

Rosilene Dias Montenegro
Fábio Ronaldo da Silva
Raquel da Silva Guedes
Rafael Porto Ribeiro
(organizadores)

Escola Politécnica:

memórias do ensino superior em Campina Grande



ROSILENE DIAS MONTENEGRO
FÁBIO RONALDO DA SILVA
RAQUEL DA SILVA GUEDES
RAFAEL PORTO RIBEIRO
(ORGANIZADORES)

ESCOLA POLITÉCNICA: MEMÓRIAS DO ENSINO SUPERIOR EM CAMPINA GRANDE



CAMPINA GRANDE - PB
2018

E74 Escola politécnica : memórias do ensino superior em Campina Grande [recurso eletrônico] / Rosilene Dias Montenegro ... [et al.] (orgs.). - Campina Grande-PB : EDUFMG, 2018. 230 p.

E-book
ISSN 978-85-8001-239-2

1. Identidade. 2. Memória e Desenvolvimento. I. Montenegro, Rosilene Dias.

CDU 378.4(092)

EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE - EDUFMG
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE – UFGG
editora@ufcg.edu.br

Prof. Dr. Vicemário Simões
Reitor

Prof. Dr. Camilo Allyson Simões de Farias
Vice-Reitor

Prof. Dr. José Helder Pinheiro Alves
Diretor Administrativo da Editora da UFGG

Simone Cunha
Revisão

Yasmine Lima
Editoração Eletrônica

CONSELHO EDITORIAL

Anubes Pereira de Castro (CFP)
Benedito Antônio Luciano (CEEI)
Erivaldo Moreira Barbosa (CCJS)
Janiro da Costa Rego (CTRN)
Marisa de Oliveira Apolinário (CES)
Marcelo Bezerra Grilo (CCT)
Naelza de Araújo Wanderley (CSTR)
Railene Hérica Carlos Rocha (CCTA)
Rogério Humberto Zeferino (CH)
Valéria Andrade (CDSA)

Agradecemos ao Conselho Nacional de Pesquisa (CNPQ) e ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), cujos apoios possibilitaram ao projeto História e Memória da Ciência e Tecnologia (Projeto Memória) transformar os projetos em pesquisas de caráter permanente.

Agradecemos à Universidade Federal de Campina Grande, nas pessoas de Thompson Fernandes Mariz e Eduardo Jorge Lira Bonates; ao Centro de Ciência e Tecnologia, na pessoa de Benedito Guimarães Aguiar Neto; à Associação Técnico Científica Ernesto Luiz de Oliveira Junior (ATECEL), na pessoa de João Batista Queiroz de Carvalho (*in memoriam*); à Fundação Parque Tecnológico, nas pessoas de Francilene Procópio Garcia e Vicente de Paulo Albuquerque Araújo; a Maria Elizabete Ferreira, secretária, assessora, amiga leal de Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque; e ao Centro de Humanidades, na pessoa de Lemuel Dourado Guerra Sobrinho, pelos auxílios concedidos nos diversos momentos de dificuldade do Projeto Memória.

Agradecemos muito carinhosamente aos professores pesquisadores Marilda Aparecida de Menezes, Magnólia Gibson Cabral da Silva, Else de Farias Albuquerque, Fábio Gutemberg Ramos Bezerra de Sousa (*in memoriam*), Benedito Antônio Luciano e José Benjamim Montenegro, pessoas importantes na criação e consolidação do Projeto Memória.

Agradecemos aos professores, alunos e funcionários (era assim que se chamavam) da antiga Escola Politécnica e antigo Centro de Ciência e Tecnologia, do campus de Campina Grande, pelas entrevistas que nos concederam.

Agradecemos a todos os pesquisadores discentes que desenvolveram atividades de iniciação científica, de extensão e de iniciação científica júnior. São quase sessenta alunos que passaram pelo Projeto Memória até o momento atual.

Agradecemos a José Marques de Almeida Júnior - Dr. Zezé (*in memoriam*), Antônio da Silva Moraes, José Stênio de Lucena Lopes e Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque, pelo entusiasmo com que saudaram o Projeto Memória e pelo tempo generoso que nos concederam com suas entrevistas. Somos profundamente gratos a Dr. Zezé, Antônio Moraes, Stênio Lopes, e, muito especialmente, a Lynaldo Cavalcanti, por acreditarem em nosso potencial de pesquisa.

Declaramos sempre a nossa gratidão a esses indivíduos singulares, especiais e emblemáticos da história da Escola Politécnica e também da cidade de Campina Grande.

“Um acontecimento vivido é finito, ou pelo menos encerrado na esfera do vivido, ao passo que o acontecimento lembrado é sem limites, porque é apenas uma chave para tudo que veio antes e depois.” (Walter Benjamim).

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	11
IDEIAS QUE INVENTAM O FUTURO, INDIVÍDUOS QUE CONSTROEM O PRESENTE	19
INTRODUÇÃO	19
IDEIAS QUE INVENTAM O FUTURO	22
INDIVÍDUOS QUE CONSTROEM O TEMPO PRESENTE	34
CONCLUSÃO	41
REFERÊNCIAS	43
QUEM (E O QUÊ) É A ELITE DE CAMPINA GRANDE?....	47
INTRODUÇÃO	47
ARES DE MODERNIDADE	49
IDEIAS DA ELITE CAMPINENSE	54
OS IDEALIZADORES: NOMES POR TRÁS DOS PROJETOS	57
CONCLUSÃO	70
REFERÊNCIAS	72
A ESCOLA POLITÉCNICA E O DESENVOLVIMENTO: DISCURSOS DO <i>DIÁRIO DA BORBOREMA</i>	75
INTRODUÇÃO	75
PRIMEIRA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR.....	77
COM A PALAVRA, OS EDITORIAIS	81
CONCLUSÃO	102
REFERÊNCIAS	106

A POLITÉCNICA DE CAMPINA GRANDE: PROJETO DE DESENVOLVIMENTO E CULTURA ESCOLAR.....	109
INTRODUÇÃO	109
AS “PEDRAS NO CAMINHO”	11
APOIOS E PARCERIAS.....	122
BIBLIOTECA: UM ESPAÇO DO SABER.....	129
NOVAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS.....	131
RIGOR NO VESTIBULAR	138
CONCLUSÃO.....	143
REFERÊNCIAS	145
A ESCOLA POLITÉCNICA: CULTURA POLÍTICA E BURLAS (1964-1976).....	149
INTRODUÇÃO	149
TRADIÇÃO CONSERVADORA.....	151
FEDERALIZAÇÃO DA POLITÉCNICA.....	155
DISPUTAS E RESISTÊNCIAS.....	158
CONCLUSÃO.....	176
REFERÊNCIAS	181
“EU SOU CAPAZ DE IR À LUA”: AS MULHERES DA POLITÉCNICA DE CAMPINA GRANDE.....	185
INTRODUÇÃO	185
REFLEXÕES FEMININAS SOBRE SER ENGENHEIRA	186
A MULHER NA C&T TEM QUE SER MAIS FORTE?.....	188
CONCLUSÃO.....	223
REFERÊNCIAS	224
SOBRE OS AUTORES	227

APRESENTAÇÃO

Campina Grande tem uma história singular comparada com as demais cidades do interior do país, e, particularmente, as do interior do Nordeste. É uma cidade privilegiada pela sua localização geográfica, pois se encontra situada entre a cidade de João Pessoa, capital da Paraíba, e as demais cidades do interior da Paraíba, sendo caminho obrigatório para quem vem do sertão da Paraíba; além de não estar muito distante das capitais Recife e Natal.

A origem da cidade de Campina Grande remonta ao ano de 1697, com a formação de um povoado que, em 6 de abril de 1790, foi promovido à condição de vila, com o nome de Vila Nova da Rainha; e, em 11 de outubro de 1864, transformado em cidade de Campina Grande. Na história dessa cidade, foi marcante a presença dos tropeiros¹. Estes, desde tempos longínquos, contribuíram para o crescimento do local quando escolheram essa cidade como parada para repouso, o que demandava pousada e alimentação para os tropeiros; pouso, pasto, e água para os animais. Os tropeiros faziam o comércio de gado e também de produtos entre o sertão e a capital, João Pessoa então chamada Parahyba.

¹ Tropeiros: condutor de tropa de bestas ou gado; indivíduo que vende ou troca tropas de mulas, gado ou éguas.

Os tropeiros passaram a fazer parada em Campina Grande, a abastecer essa cidade com seus produtos, e muitos deles a residir nela. Foram muito importantes para a transformação de Campina Grande em entreposto comercial. Por sua vez, criavam-se na cidade condições de atração de tropeiros, demais comerciantes e indivíduos que quisessem aventurar um futuro. O progresso econômico da cidade passou a atrair, a partir do séc. XX, indivíduos de outras localidades do estado da Paraíba, de outros estados do país e, também, estrangeiros. As atividades econômicas geraram interesses interdependentes, tendo seu auge com o crescimento econômico decorrente do comércio algodoeiro.

Na década de quarenta do século XX, no período em que a Inglaterra esteve na Segunda Guerra Mundial, a cidade de Campina Grande transformou-se no segundo maior comércio algodoeiro do mundo, ficando atrás apenas da cidade inglesa Liverpool. Foi tão importante o lugar que Campina Grande ocupou no comércio mundial de algodão, o “ouro branco”, que Campina Grande foi chamada de “a Liverpool brasileira”.

Nos anos 1950, últimos anos desse período significativo de prosperidade e riqueza, já haviam se transferido para Campina Grande indivíduos, famílias e empresas em busca de enriquecimento, atraídos pelo dinamismo econômico dessa cidade e determinados em construir riquezas e patrimônios econômicos.

A cidade enriquecera e seu comércio era vigoroso, atraindo investidores, empresários, banqueiros, dentre outros grupos sociais interessados em realizar negócios, muitas vezes se estabelecendo em

Campina Grande. Nesse período, vivia-se no Brasil o início do desenvolvimentismo e, em Campina Grande, um momento singular, caracterizado pela recepção das ideias desenvolvimentistas e da reunião de indivíduos idealistas que constituíam uma elite com perfil empreendedor, determinação e entusiasmo para realizar mudanças. Esse período da história da cidade, com a reunião de todos esses elementos, foi marcado por ideais de desenvolvimento, anseios de modernidade e sonhos de um futuro próspero para a cidade dando ensejo ao surgimento de uma identidade, cujo sentimento de pertencimento foi instigado e mobilizado por seus grupos dirigentes.

É nesse contexto de configurações político-econômicas singulares para uma cidade do interior do país e do Nordeste que essa região passa a ser vista no cenário nacional como “região problema”, que parte de sua elite que tinha a visão política de desenvolvimento, de sociedade e de cultura reproduz, no âmbito local, o debate político-econômico que ocorria no centro político do país. Essa elite, sintonizada com o debate nacional, apostando no desenvolvimento do país e na criação das condições para o desenvolvimento local e regional, pensando a cidade de Campina Grande, define um projeto de desenvolvimento e busca sua realização. Esse projeto constituía-se prioritariamente da criação de uma instituição de ensino superior na área de engenharia:

[...] quando nós chegamos a Campina Grande, [...] comentávamos sobre a estrutura da cidade, a verdadeira garra do povo paraibano, do povo campinense para com as coisas. E começamos a pensar o que vamos fazer? Pensávamos em algo que pudesse carac-

terizar a nossa passagem por aqui [...]. Então decidimos fazer alguma coisa pela educação. [...] surgiu a ideia de montar, em Campina Grande, uma área de estudos da tecnologia no sentido da engenharia. [...] nasceu a ideia de criação da Escola de Engenharia de Campina Grande, que foi denominada, posteriormente, de Escola Politécnica da Paraíba. (MORAIS, 2004, p. 2-3)

Criada em 1952, na cidade de Campina Grande, tendo como seu primeiro curso o de Engenharia Civil, a Escola Politécnica da Paraíba tinha como meta tornar-se uma instituição de ensino superior com referência na qualidade da formação de profissionais na área da ciência e tecnologia. Em poucos anos, essa meta foi alcançada, sendo sua primeira turma de concluintes em Engenharia Civil absorvida pelo mercado de trabalho da cidade e região. De modo que a Escola Politécnica da Paraíba, doravante também chamada de Poli, em seus 26 anos de existência (1952-1978), se constituiu em um marco na história do ensino superior no Estado da Paraíba em Campina Grande, tendo se tornado, logo nos primeiros anos de funcionamento, uma instituição reconhecida regional e nacionalmente pela qualidade da formação de engenheiros civis e engenheiros eletricitistas.

A história da Escola Politécnica é, pois, um capítulo singular da história do ensino superior no país, seja pelos imaginários e ideais que mobilizou, seja pelos gigantescos desafios que venceu, como, por exemplo, as dificuldades de infraestrutura, a carência de recursos financeiros e de recursos humanos, o contexto histórico local e nacional desfavorável, etc.

Não obstante a dimensão dos desafios, os fundadores e pioneiros da Poli tiveram uma trajetória singular de êxito, para a qual concorreram o idealismo, a determinação, a persistência, a perseverança, a criatividade, a ousadia e grande ambição, que somadas às descobertas e aos aprendizados no fazer da escola politécnica, bem como às habilidades e competências aprendidas e desenvolvidas no percurso dessa trajetória, fizeram da Escola Politécnica da Paraíba, já em fins dos anos sessenta do século XX, uma das mais renomadas instituições de ensino em engenharia civil e em engenharia elétrica da região Nordeste, e uma instituição reconhecida no Brasil.

Em 1978, a Escola Politécnica definitivamente deixou de existir, transformou-se em Centro de Ciências e Tecnologia (CCT), do *campus* II (cidade de Campina Grande) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Esse fato se deu por força da reforma cêntrica, determinada pelo Ministério da Educação, a qual modificava as antigas estruturas de ensino superior, em que existiam as escolas superiores, as faculdades e os institutos, transformando-os em centros da universidade. Desse modo, a Escola Politécnica da Paraíba, que possuía sua estrutura organizacional interna, deu lugar ao Centro de Ciências e Tecnologia, cuja estrutura organizacional passou a seguir uma estrutura e organização padrão dos centros das universidades federais do país.

Na época de sua extinção, em 1978, a Poli possuía, além de Engenharia Civil e Engenharia Elétrica, os cursos de Sistemas e Computação, Engenharia Mecânica, Engenharia Química, Enge-

nharia Agrícola, Meteorologia, Desenho Industrial (atual curso de Design), Física e Matemática.

A extinção da Escola Politécnica da Paraíba fechava um capítulo da história do ensino superior em Campina Grande e na Paraíba, deixando um legado de ideais, determinação, reconhecimento, prestígio e, principalmente, de sentimento de pertencimento a uma instituição que construiu uma identidade. A Poli entrava para a memória dos indivíduos que compuseram sua comunidade acadêmica envolta em aura de glamour produzido pelas conquistas e ousadias de indivíduos que fizeram história. Um tempo da história da cidade, da história do ensino superior em Campina Grande e de indivíduos idealistas, empreendedores, inovadores que deixaram às gerações seguintes seu legado de visão de futuro e o exemplo de determinação para enfrentar os desafios e buscar as vitórias.

A Universidade Federal de Campina Grande é também um dos frutos da Poli, neste livro apresentados em alguns momentos da história da Escola Politécnica, compreendendo desde a fundação da Poli, passando pela criação da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Também são abordados momentos da extinção da Poli, com sua transformação em Centro de Ciência e Tecnologia (CCT) do campus II da UFPB, até a criação da Universidade Federal de Campina Grande, em 2002.

O primeiro artigo deste livro, “**Ideias que inventam o futuro, indivíduos que constroem o presente**”, analisa a criação da Escola Politécnica a partir das ideias predominantes num contexto em que os indivíduos buscavam marcar suas passagens pela vida,

inscrevendo seus nomes na história. Tempos de sentimento de pertença e mobilização de imaginários coletivos. Análise esta enriquecida pelo artigo “**Quem (e o quê) é a elite de Campina Grande?**”, que traz uma abordagem sobre as elites de Campina Grande dos anos cinquenta do séc. XX, mostrando o papel fundamental dessa elite que criou não somente a Poli, mas também outras importantes instituições nessa cidade.

Alguns aspectos da articulação entre a Escola Politécnica, seus fundadores e pioneiros com os demais segmentos da sociedade são analisados no capítulo “**A Escola Politécnica e o desenvolvimento: discursos do Diário da Borborema**”. Mostra-se ao leitor a relevância do apoio desse jornal Diário da Borborema na divulgação e popularização das atividades de ensino, pesquisa e extensão realizados na Escola Politécnica e, particularmente, na valorização das conquistas e ousadias que concorreram para a criação da identidade dessa instituição.

O capítulo “**A Politécnica de Campina Grande: projeto de desenvolvimento e cultura escolar**” mostra a consolidação da Poli com a realização dos ideais traduzidos em metas alcançadas e, por conseguinte, a sua contribuição na formação de pessoal qualificado para o mercado de profissionais diferenciados ao desenvolvimento local e regional. E “**A Escola Politécnica: cultura política e burlas (1964-1976)**” faz um recorte para analisar o comportamento e a direção institucional da Escola Politécnica no período da ditadura militar, tema importante à memória (ou ao esquecimento) dessa instituição, mostrando como ela se comporta e como atravessa esse

período sombrio da história brasileira, ao mesmo tempo em que se expande e se projeta entre as instituições reconhecidas regional e nacionalmente pela qualidade de ensino.

Por fim, o capítulo **“Eu sou capaz de ir à lua”: as mulheres da Politécnica de Campina Grande**” trata de um tema de extrema importância para a reflexão sobre algumas mudanças culturais no tocante às relações de gênero na ciência e tecnologia, mas também reflete como a permanência de práticas culturais de manutenção da desigualdade de gênero tem limitado o desenvolvimento científico e tecnológico.

Um livro que fala de história, memória e também de esquecimentos, identidade, idealismo e ousadia na construção do presente, imprescindível ao futuro de desenvolvimento cultural, educacional, científico e tecnológico para uma cidade e região. Um livro que exercita a revisão do passado como opção política de crítica do tempo presente.

Rosilene Dias Montenegro

IDEIAS QUE INVENTAM O FUTURO, INDIVÍDUOS QUE CONSTROEM O PRESENTE

Rosilene Dias Montenegro

INTRODUÇÃO

Sempre que pensamos sobre Campina Grande, a cidade em que vivemos, procuramos relevar os aspectos negativos (aqueles de que não gostamos), ao tempo que buscamos valorizar os que reconhecemos como coisas boas, com os quais nos identificamos. Assim, logo nos vem à mente a importância do ensino superior nesta cidade, seguido dos nomes dos indivíduos cuja contribuição foi fundamental para essa história. Aflora, então, um sentimento de admiração por esses indivíduos cujas imagens estão marcadas por características altruístas de idealismo e determinação, qualidades que foram fundamentais ao papel desempenhado na história recente de Campina Grande. História em parte construída consciente e obstinadamente a partir de suas ações.

Refletimos sobre a importância dos projetos e acontecimentos do passado recente da cidade de Campina Grande, que criaram o ensino superior de qualidade nesta cidade, ampliaram e fortaleceram o ensino nos níveis fundamental e médio e, com suas visões e realizações, construíram a base do que é hoje a cidade de Campina

Grande: um polo educacional com importantes impactos econômicos e sociais.

Nossa admiração por esses sujeitos históricos se faz ainda maior quando paro em elucubrações sobre como seria difícil a vida em Campina Grande não fossem os acontecimentos idealizados, articulados e realizados por esses sujeitos históricos a partir da segunda metade do século XX. Mais precisamente há 65 anos.

As bases do ensino superior na cidade, mais algumas importantes realizações relacionadas à infraestrutura para o desenvolvimento econômico da cidade de Campina Grande, atualmente, têm a ver com as realizações ocorridas a partir dos anos cinquenta do século XX. Iniciativas empreendidas a partir do idealismo próprio dessa época, do sentimento de nacionalismo e patriotismo e das concepções de desenvolvimento para o Brasil, que animavam os debates, alimentavam polêmicas e provocavam o posicionamento frente aos desafios. Mas, sobretudo, o sentimento de que era preciso realizar, sair da posição de somente criticar para a de fazer acontecer. Foi nesse ambiente de debate sobre os destinos do país e, principalmente, da constatação das grandes necessidades da cidade de Campina Grande que alguns homens, então profissionais liberais, técnicos, funcionários públicos, e políticos, se juntaram em torno de uma ideia: criar uma escola de ensino técnico superior. Essas pessoas se constituíram como grupo de *status* social de prestígio, no sentido do conceito de Bourdieu (1998) de capital social. Esse grupo, parte da elite campinense - que nomearemos de grupo dirigente - acreditou ser possível tomar para si a responsabilidade de construir uma nova história para a cidade.

Eram tempos em que predominavam as discussões sobre os desafios nacionais para a superação da situação de atraso do Brasil em relação aos países industrializados; em que se debatiam os projetos para o desenvolvimento econômico e a importância do planejamento; e em que o saber técnico de profissionais como engenheiros e economistas estava em alta conta nas instituições voltadas para a construção do Estado brasileiro. Sobre esse contexto histórico, destacamos:

A história brasileira dos anos 1930-1964 dificilmente pode ser compreendida em sua especificidade sem a consideração do então crescente e cada vez mais influente movimento nacionalista. Sua força emocional, ideológica e política era incontestável e não por acaso Caio Prado Jr., sempre atento à realidade de seu tempo, disse contundente, em 1955, que a “(...) campanha nacionalista já hoje se situa no mesmo plano da luta pela independência e da campanha da abolição”. (MOREIRA, 1998, p. 331)

O que a autora Vania Moreira compreende por “força emocional, ideológica e política” em o mesmo sentido de imaginário político e força mobilizadora da ação utilizado por Georges Sorel (1992) em suas *Reflexões sobre a violência*. O forte sentimento de nacionalismo relacionado às visões sobre as iniciativas que deveriam ser tomadas para atender às necessidades de desenvolvimento econômico; a crença de que o homem é sujeito de sua história em um momento em que os sujeitos sonhavam em marcar seus nomes na história; um ambiente favorável emocional, ideológica e politicamente à transformação de ideias em realidades constituíram a força

mobilizadora para a ação desse grupo, que marcou com suas realizações a história de Campina Grande.

Nesse sentido, propomos aqui analisar os elementos que concorreram para a criação da Escola Politécnica; a difusão de ideias de invenção de um futuro promissor para a cidade de Campina Grande; a criação de sentimentos de pertença; e a mobilização de imaginários coletivos.

IDEIAS QUE INVENTAM O FUTURO

Os anos cinquenta do século passado foram de intenso debate sobre os destinos do país. Buscavam-se soluções para o enfrentamento da situação de miséria e atraso econômico. Duas concepções de desenvolvimento polarizavam o debate com seus diversos matizes de nacionalismo: de um lado a concepção que defendia o liberalismo econômico; de outro, o intervencionismo estatal.

No interior do Nordeste brasileiro, a cidade de Campina Grande começava, no início da década de cinquenta, a viver os últimos tempos do dinamismo econômico resultante das atividades de beneficiamento e exportação do algodão. As elites dessa cidade que crescera prosperamente entre as décadas de 1910 e 1940 certamente percebiam que o *boom* do algodão ocorrido durante a Segunda Guerra Mundial havia passado e que a tendência daquela economia seria o declínio.

Nesse mesmo tempo, o estado da Paraíba estava sendo governado pelo político, intelectual de formação humanista, advogado,

professor, escritor, poeta e cronista José Américo de Almeida (1951-1956). Este era conhecido nacionalmente como um dos escritores do estilo literário identificado como romance regionalista, por alguns estudiosos considerado como projeto estético e ideológico (LAFETÁ, 2001, p. 19-21; 227-230). Também ele, José Américo de Almeida, pensava como os grandes políticos de seu tempo: marcar seu nome na história da Paraíba e do Brasil. Provavelmente, o governador da Paraíba viu, no setor da educação, o espaço para as realizações políticas que marcariam o seu governo no presente e na posteridade.

Os temas educação e desenvolvimento estavam na pauta, mas não ocupavam lugar de prioridade. A educação no Brasil era um tema impertinente, mantido em discussão pelo projeto da Escola Nova, defendido por pensadores e formuladores da política para educação no Brasil, dentre eles Fernando Azevedo e Anísio Teixeira (BOMENY, 2017). Estes não cessavam de reivindicar decisões políticas de grande envergadura para a solução do problema da falta de educação no país. O movimento manteve esse tema em constante provocação junto aos segmentos políticos e às autoridades governamentais.

Entendemos que o contexto histórico de forte sentimento de nacionalismo, a busca de soluções para os problemas do país, o predomínio de ideias de desenvolvimento econômico e de superação de atrasos também no tocante à educação formal corroboram para o imaginário de crença no destino de grande nação. Ideias e debates que se reproduziam no contexto particular de Campina Grande, ao qual se somava a construção de uma visão local de que a cidade reunia condições para se tornar um lugar próspero no interior da região. Estavam postos, dessa maneira, os elementos das realidades dessa

cidade e da subjetividade de ideias, ideais e sentimentos de pertencimento para a mobilização do imaginário como força de ação.

Foi nesse contexto da década de cinquenta, especialmente, mas com repercussões também nos anos sessenta, que se deram os acontecimentos fundamentais ao desenvolvimento econômico e social da cidade. Entre esses acontecimentos, destacamos a criação da Escola Politécnica em 1952, que seria chamada de Poli. A Escola Politécnica foi uma instituição de ensino técnico em nível superior que teve como primeiro curso ofertado a graduação em Engenharia Civil. Sua criação foi possível, naquele momento, graças ao incentivo e apoio inicial do governador da Paraíba, José Américo de Almeida, e do empenho pessoal de seu chefe de gabinete, o também jornalista e escritor José Lopes de Andrade.

Encontraram-se, desse modo, os interesses do governador letrado, intelectual com pretensões de grandes voos políticos, com os interesses de um grupo da elite de Campina Grande. Uma vez criada, a Escola Politécnica passou a ser dirigida no sentido de alcançar sua grande meta: tornar-se uma instituição de ensino técnico superior de qualidade. Essa meta foi alcançada em poucos anos, conseguindo a Poli, devido à qualidade dos profissionais que formava, ser reconhecida por sua incontestável relevância acadêmica. A empolgação com o êxito do projeto institucional e a realidade das dificuldades de funcionamento de uma instituição de ensino superior em um Estado e região pobres levaram as lideranças dessa instituição a solicitar à bancada paraibana a apresentação, no Congresso Federal, de seu projeto de federalização. A Poli queria tornar-se instituição federal de ensino superior.

Foi a partir do movimento pela federalização da Escola Politécnica que surgiu a Universidade Federal da Paraíba, a UFPB. A bancada paraibana aceitou a proposta da criação de uma instituição federal de ensino superior na Paraíba, mas com a condição de que seria sediada na cidade de João Pessoa, capital do Estado, e constituída não somente pela Escola Politécnica, mas por dez instituições de ensino superior, sendo oito delas da capital João Pessoa e duas em Campina Grande: a Poli e a Faculdade de Ciência Econômica (FACE).

A Universidade Federal da Paraíba (UFPB) surgiu, desse modo, do movimento feito pela Poli para se tornar uma instituição federal de ensino superior. Projeto que somente se realizaria meio século depois, com a criação da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). A Escola Politécnica consiste, pois, em um dos mais importantes acontecimentos da cidade nessas últimas seis décadas.

Ainda nesse contexto favorável à criação de instituições de ensino superior, é criada, também em Campina Grande, em 1955, a Faculdade de Ciência Econômica (FACE), que estava relacionada às propostas de desenvolvimento da cidade discutidas nas rodas de conversas informais do grupo fundador da Poli. A FACE tinha como objetivo viabilizar a formação em nível superior de profissionais formados na áreas das ciências sociais aplicadas, nesse caso, de economistas, profissionais importantes na reformulação do Estado que se pretendia voltar para projetos mais marcadamente econômicos.

A Faculdade de Ciência Econômica, igualmente à Escola Politécnica, tinha como projeto a expansão de cursos: a primeira na área das ciências humanas e sociais aplicadas; e a segunda na área

da ciência e tecnologia. A FACE foi uma das dez instituições que compuseram o projeto de criação da UFPB e pode ser considerada a origem do Centro de Humanidades (do *campus* II da UFPB e, atualmente, *campus* sede da UFCG). A Escola Politécnica, assim como a Faculdade de Ciência Econômica, foram extintas pela reforma cêntrica, determinada pelo Ministério da Educação (MEC).

Com a extinção, a Poli e a FACE foram incorporada às novas estruturas de organização institucional da UFPB, passando a se chamar respectivamente de Centro de Ciência e Tecnologia (CCT) e Centro de Humanidades (CH), do *campus* II da UFPB. O processo de reforma cêntrica determinado pelo MEC se iniciou na UFPB em 1973 e se concluiu em 1978, como uma alteração do modelo institucional da universidade pública brasileira resultante de acordo de 1968 firmado entre o Brasil e os Estados Unidos, conhecido como MEC/USAID.

Outro grande acontecimento da década de cinquenta em Campina Grande foi a criação da Fundação para o Desenvolvimento da Ciência e da Técnica (FUNDACT), em 1956. Tratava-se de órgão de apoio ao governo municipal que tinha como missão o planejamento no campo da ciência e da técnica para o desenvolvimento industrial e econômico da cidade. A criação desse órgão, por sugestão de Lopes de Andrade, Lynaldo Cavalcanti e Edvaldo do Ó, tinha um objetivo estratégico: apoiar o funcionamento da Escola Politécnica.

Ainda na década de cinquenta, foi criada, em Campina Grande, a Faculdade de Serviço Social, que seria a origem da Universidade Regional do Nordeste (URNE), cuja mantenedora era a

Fundação Regional do Nordeste (FURNE) - outra importante instituição de ensino superior que está na origem da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), em 15/03/1966.

Na década de sessenta, a cidade seria ainda beneficiada com a criação de órgãos e instituições que concorreram para o fortalecimento das ações voltadas para o desenvolvimento econômico e social em curso e, também, para criar condições para a realização de projetos futuros, conforme Torres (2010).

Foram, portanto, muitas iniciativas bem-sucedidas que se tornaram empreendimentos e realizações para aqueles tempos, mas com clara compreensão de que se buscava contribuir para o futuro próximo da cidade. Ou seja, essas ações buscavam construir o que esse grupo dirigente entendia ser a base necessária para o futuro e para o desenvolvimento econômico da cidade.

Têm nos chamado a atenção na pesquisa sobre a Escola Politécnica, as memórias do grupo dirigente, bem como as memórias de membros dessa instituição - ex-professores, ex-alunos e funcionários - o apego, o carinho, o sentimento de pertencimento e de orgulho com que fundadores, pioneiros, contemporâneos e alunos (engenheiros e engenheiras) formados na Poli narraram suas experiências nessa instituição. A saudade é evidente e, algumas vezes, tão forte que sensibiliza os pesquisadores.

Falar sobre a Poli é ser remetido no túnel do tempo para uma memória que nos parece refeita somente para fixar o que de melhor houve nessa instituição de modo que não apareçam as tensões, ou, pelo menos, não tão grandes que possam assim ser nomeadas. As dis-

putas se resolvem sem grandes ressentimentos, e tudo se fazia realidade desde que seus fundadores e pioneiros se determinassem a fazer acontecer, segundo o que pudemos depreender dos depoimentos.

Que formação, quais experiências e quais influências levaram esses indivíduos da elite de Campina Grande a se lançarem a um projeto tão ousado? Que visões de sociedade e valores apresentaram em suas narrativas e em suas práticas? Tivemos a sorte de alcançar com vida e saúde quatro dos mais importantes fundadores e pioneiros da Escola Politécnica: Antônio da Silva Morais, José Marques de Almeida Júnior, Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque e José Stênio de Lucena Lopes.

Começamos pela narrativa de Antônio da Silva Morais, reconhecido pelos seus pares como líder do processo de criação e consolidação da Escola Politécnica.

[...] quando nós chegamos a Campina Grande, começamos a observar [o dinamismo econômico dessa cidade] e comentávamos sobre a estrutura da cidade, a verdadeira garra do povo paraibano, do povo campinense (...) e ficávamos trocando ideias, (...). O nosso interesse era contribuir. E começamos a pensar o que vamos fazer? Pensávamos em algo que pudesse caracterizar a nossa passagem por aqui, (...). Então decidimos fazer alguma coisa pela educação. (MORAIS, 2004, p.2, grifos nossos)

Morais, engenheiro químico, lembra os seus primeiros anos na cidade de Campina Grande, quando veio trabalhar no Laboratório de Análises Mineraias, na segunda metade da década de quarenta

do século passado. Observava o progresso de Campina Grande, decorrente do comércio do algodão, dos minérios e do couro. O algodão não era plantado nessa cidade, nem seu solo possuía qualquer minério de valor comercial nem as condições propícias ao pasto de gado, mesmo assim era nessa cidade que se concentrava e comercializava a exportação desses produtos (MORAIS, 2004, p. 1).

O que mais poderia ser promovido em Campina Grande? Era a pergunta que Morais e os outros indivíduos do grupo que se encontrava ao fim da tarde na Livraria Pedrosa se faziam. A resposta foi se construindo até o consenso: faltava uma importante instituição de ensino superior em nível tecnológico.

O grupo que frequentava a Pedrosa se constituía de técnicos e profissionais liberais, eram engenheiros que trabalhavam no Laboratório de Produção Mineral, no Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), diretores de escolas e gestores de órgãos públicos, principalmente. Chama-nos a atenção entender as motivações desses indivíduos. Por que se envolver em projeto tão ousado? Que motivações poderiam ir além das conversas animadas e, às vezes, das enfáticas trocas de opinião que ocorriam na Livraria Pedrosa? Antônio da Silva Morais afirma “o nosso interesse era contribuir” e, acrescenta: “Pensávamos em algo que pudesse caracterizar a nossa passagem por aqui” (2004, p. 2). Antônio da Silva Morais foi o entrevistado que destacou essa referência ao “espírito” da época como o espírito de um tempo em que se tinha o interesse em contribuir, em que se pensava entrar dignamente a passagem na história.

Leitor de Monteiro Lobato, engenheiro civil na década em que engenheiros e economistas tiveram relevante participação na

gestão de órgãos públicos, especialmente nos ministérios e assessorias do Governo Federal, conforme análise histórica de Ângela Castro Gomes (1994), Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque não falava de si com vaidade, ao contrário, era contido e humilde.

Na série de entrevistas que Lynaldo Cavalcanti concedeu a Manoel Domingos, então vice-presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), e sua equipe, pode-se perceber o interesse do pesquisador em provocar as lembranças quanto às ideias, aos posicionamentos políticos, às experiências de leitura, arte e cultura que pudessem ter influenciado Lynaldo em sua formação, reconhecida personalidade nacional e internacional na gestão política, científica e tecnológica (MOTOYAMA, 2002).

Nesse sentido, Manoel Domingos pergunta sobre seus contatos com os eminentes professores e pesquisadores em Física na Escola de Engenharia do Recife, nos anos cinquenta: Luis Freire e Mário Schenberg (ALBUQUERQUE, 2004, p. 10-11); se Lynaldo tinha preferências políticas – num momento em que as ideias e o debate político eram efervescentes na Escola de Engenharia (ALBUQUERQUE, 2004, p. 13); qual opinião sobre os governos e as políticas de Getúlio Vargas (ALBUQUERQUE, 2004, p.12); e quais influências de leitura: “(...) eram [as] vigentes na época, né? Monteiro Lobato foi uma leitura muito constante... Monteiro Lobato... e... alguns desses autores aí...” (ALBUQUERQUE, 2004, p. 14).

Às questões de Manoel Domingos e equipe de entrevistadores, Lynaldo respondeu sempre laconicamente, frustrando entrevistadores e leitores também. Embora conhecesse Luis Freire e Schenberg

como aluno, não se aproximou deles. Sobre Luis Freire diz: “(...) Luis Freire não me motivou, não. Motivou[-me] Nilton Maia, professor de Cálculo... Nilton Maia motivou muito, né?!” (08/12/2004, p. 10).

Lynaldo não gostava de política. Segundo ele próprio, o debate político “(...) repercutia [na comunidade acadêmica do Recife] e tinha um diretório [de estudantes] muito atuante, mas eu, como eu disse, (...) era avesso a essa... a esse tipo de coisa, né” (ALBUQUERQUE, 2004, p. 13). Era avesso e não se envolvia, como afirmou, mas acompanhava atentamente o debate.

Reconhecia os méritos do Governo Vargas e admirava suas realizações, particularmente as do segundo mandato em que se destacava a Petrobras.

(...) eu, inclusive, na década... de 51 a 55, quando eu estava na faculdade... era uma época muito rica que a gente acompanhava. A criação da Petrobras repercutiu tremendamente dentro da Escola de Engenharia [do Recife], porque de repente todo mundo via [a grandiosidade desse projeto]... Aliás, da minha turma, eu acho que talvez 25% foram trabalhar na Petrobras. (ALBUQUERQUE, 2004, p. 13)

Não obstante, Lynaldo guardava desconfianças quanto a Getúlio Vargas (p. 12-13), provavelmente por influência de seu pai, que era antivarguista e detestava esse político: “(...) meu pai era muito revoltado com esse governo” (ALBUQUERQUE, 2004, p. 17). Ou, também, dessa visão que se plasmou na sociedade brasileira de desconfiança e descrédito em relação à política, pois,

(...) no Brasil, desenvolveu-se uma forte tradição que, não reconhecendo relações complementares entre política e administração, construiu uma percepção segundo a qual, ao invés de haver confluência entre essas “funções”, ocorre distanciamento e mesmo oposição. (GOMES, 2002, p. 2)

Mas quais ideias, quais influências, quais experiências teriam formado a personalidade tão marcadamente empreendedora e inovadora de Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque? Pois conviveu e esteve no centro de ambiente de efervescência política, de ideias nacionalistas, de destaque acadêmico, artístico-cultural, de produção de conhecimento (particularmente na área da Física). Ele via tudo e tudo assimilava, mas filtrava as boas experiências como coisas que deveriam ser apropriadas e transformadas em ações e realizações para o bem comum.

Lynaldo não tinha um discurso político. Não tinha um discurso nacionalista. Não tinha um discurso desenvolvimentista. Tinha ideais para transformar em realidades, com todas as influências, por mais contraditórias, que resultassem no “produto” objetivo da ação: desenvolver, progredir, evoluir, inovar, superar. Mas sua prática política, seu fazer burocrático e seu pensar inovador eram fundados na concepção nacional desenvolvimentista, no que de mais rico e complexo pode essa visão de Brasil implementar.

No tocante exclusivamente à experiência da Escola Politécnica, arriscamo-nos em afirmar que Antônio da Silva Morais e Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque empenharam suas experiências profissionais e de vida para construir uma experiência coletiva de

alto significado histórico. Eram engenheiros imbuídos da máxima “resolver problemas”, mas com habilidade para, além de executar, prospectar, formular, dirigir, liderar. Em suas gestões, precisaram do envolvimento de todos que os apoiavam e comungavam da determinação em construir, consolidar e, depois, expandir o projeto. Uma das pessoas chave durante todo o período da Poli foi o engenheiro químico, José Marques de Almeida Junior, chamado carinhosa e respeitosamente pela comunidade acadêmica de Dr. Zezé.

Dr. Zezé nos concedeu uma das entrevistas mais emocionantes que tivemos. Ele esteve na origem do sonho que ganhou maior definição como ideia e se transformou em projeto que se fez realidade, sendo fundamental ao êxito do projeto Escola Politécnica. Esteve na concepção e no desenvolvimento de todas as ações práticas referentes a laboratórios, infraestrutura, decisões de locais, construção de ambientes e prédios, contatos para angariar recursos financeiros e articulações com empresários da cidade, Federação das Indústrias do Estado da Paraíba (FIEP), Prefeitura, Governo do Estado, órgãos federais sediados em Campina Grande e no estado da Paraíba, como Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), Departamento de Estradas e Rodagens (DER), etc.

Dr. Zezé era também um político que atuava nos bastidores. Foi fundamental na vitória de disputas internas da Poli, como a escolha de Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque para compor a lista tríplice para nomeação do diretor da Poli. E atuava nos contatos e nas articulações políticas com deputados, estaduais e federais, senadores, prefeitos, governadores, chefes de gabinete, secretários de secretarias municipais e estaduais. Não obstante suas competências e habilida-

des vocacionadas às atividades práticas, fazia parte e era atuante na discussão das ideias e projetos mais significativos da época.

Stênio Lopes só passaria a frequentar a Pedrosa a partir de 1957, ano em que chega a Campina Grande para assumir o cargo de diretor do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI). Suas lembranças e os registros de momentos da história da cidade são por ele narrados em dois livros sobre a história da Escola Politécnica.

[...] Esse tema – progresso de Campina Grande – para onde ia Campina Grande, o que se podia fazer para o futuro de Campina Grande, isso era uma coisa muito importante e as figuras principais eram: Lynaldo Cavalcante, Luiz Almeida, irmão de Átila [Almeida], José Lopes de Andrade, que se chamava sociólogo, Edvaldo do Ó, de todos era o mais barulhento; José Paulino da Costa Filho, que veio para cá como chefe da Agência de Estatística do IBGE e tornou-se professor e depois foi diretor da FACE; e alguns industriais muito dinâmicos, entre os quais um chamado Clovis Mato Sá, de Cajazeiras; eu não podia esquecer de Josemir Camilo; Zezé Marques (...). (LOPES, 2004, p. 8)

INDIVÍDUOS QUE CONSTROEM O TEMPO PRESENTE

Pertencimento é definido como o sentimento baseado na compreensão de uma origem comum aos indivíduos, que os une e os torna membros da mesma coletividade.

Passados 65 anos da criação da Escola Politécnica, em um tempo distante do vivido por seus idealizadores, os quais foram

partícipes dos processos de criação e consolidação das instituições criadas no período das décadas de 1950 a 1970, analisamos, neste texto, acontecimentos no campo do desenvolvimento econômico, social e cultural relativos àquele momento. São marcos na história de Campina Grande e no ensino superior nessa cidade com impactos os mais variados possíveis, especialmente nas atividades acadêmicas desenvolvidas nas suas três grandes instituições públicas de ensino superior: UFCG, UEPB e Instituto Federal da Paraíba (IFPB), além das instituições privadas de ensino superior, das escolas públicas e privadas de ensino fundamental e de ensino médio, e da Escola Técnica Redentorista (ETER).

A Escola Politécnica faz parte da transformação de Campina Grande: de polo algodoeiro – que entrou em declínio na década de cinquenta – para polo educacional de reconhecida qualidade de ensino em todos os níveis, especialmente na qualidade dos profissionais em nível superior formados nas instituições públicas, que se destacam nacionalmente em vários de seus programas de pós-graduação e para as quais concorrem estudantes de todos os estados da região Nordeste e demais regiões do país.

A cidade de Campina Grande e sua população foi, desde os anos cinquenta do século passado, e ainda é, beneficiada pela criação da Escola Politécnica e das demais instituições acima mencionadas. A criação de cada uma delas constitui acontecimento não somente singular, mas também marco divisório entre o passado, o presente e o futuro. O futuro sonhado pelo grupo de idealizadores e/ou fundadores dessas instituições e também de outros órgãos públicos do nosso presente, conforme analisado por Ribeiro (2016). É o nosso hoje.

Esse grupo foi constituído por homens brancos, letrados, em sua maioria, homens jovens, oriundos de famílias economicamente remediadas para os padrões da época, alguns deles membros de famílias proprietárias de terra. Esse grupo tinha em comum a compreensão de que era necessário promover o desenvolvimento da cidade de Campina Grande. Uma visão baseada em concepções de progresso, desenvolvimento, prosperidade, mudanças econômicas e sociais politicamente voltadas para o desenvolvimento do caráter público das ações para o benefício da coletividade. Uma visão marcada pela compreensão de que cabia aos entes públicos e ao Estado o desenvolvimento econômico e social. Esse grupo de homens esteve presente, senão em todas, em quase todas as iniciativas e ações que ampliaram significativamente as condições de desenvolvimento de Campina Grande, especialmente no âmbito do ensino público superior. Sobre eles, assim se referiu Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque:

Poucos ousaram tanto quanto os homens que a sonharam e enfrentaram insuspeitáveis dificuldades do país e da região nas áreas das engenharias. Nesses tempos (1952), somente homens maiúsculos, plenos de sonhos e realizações seriam capazes de vislumbrar o futuro, hoje alcançado pela Poli. Dentre esses gigantes, relembro Antônio da Silva Morais, seu primeiro diretor, José Marques de Almeida Júnior, Giuseppe Gióia, Austro de França Costa, Josemir de Castro e, posteriormente, Edvaldo do Ó (na época, ainda um estudante) e Luiz José de Almeida, que souberam responder ao desafio e à vontade política do estadista José Américo de Almeida, então governador da Paraíba, bem como ao empenho de seu secretário José Lopes de Andrade. Destacamos estes homens sem esquecer o mérito de muitos outros

que contribuíram decisivamente para esta história de sucesso. (LOPES, 1993, p. 2)

Estiveram presentes na reunião que criou a Escola Politécnica: Antônio da Silva Morais, José Marques de Almeida Júnior, Giuseppe Gióia Filho, Austro de França Costa, José Lopes de Andrade (sociólogo, chefe de Gabinete do Governo do Estado da Paraíba), Edvaldo de Souza do Ó (estudante universitário), general Oliveira Leite (representante do Clube de Engenharia de João Pessoa), Adelmo Alves Machado (representante do Diretor da Escola de Agronomia do Nordeste) e Milton Paiva (diretor do Colégio Estadual da Prata); sendo os proponentes e defensores da proposta de criação de uma instituição de ensino tecnológico em nível superior os senhores engenheiros Antônio da Morais, José Marques, Giuseppe Gióia, Austro França, José Lopes e Edvaldo do Ó. Os demais membros eram contrários ou sem decisão formada sobre o assunto.

Além desse grupo proponente e defensor do projeto de criação da Escola Politécnica, presente à reunião que decidiu o assunto, havia outros defensores da ideia, entusiastas e depois partícipes do projeto, como Josemir de Castro e José Stênio de Lucena Lopes, que se ampliaria ainda com Max Hans Karl Liebig, Luiz Almeida e, a partir de 1959, com o reforço de uma das mais brilhantes personalidades de Campina Grande e do Brasil; o senhor Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque.

Que força, que necessidades, que anseios, que sonhos mobilizaram esses indivíduos?

Parece-nos que tudo começou com um sonho, um reflexo, sem dúvida, das dificuldades desses homens e de sua sociedade naqueles tempos. Um sonho, palavra que significa:

1. Conjunto de ideias e de imagens que se apresentam ao espírito durante o sono; 2. Utopia; imaginação sem fundamento; fantasia; devaneio; ilusão; felicidade; que dura pouco; esperanças vãs; ideias quiméricas; [ou ainda] 3. Bolo muito fofo, de farinha e ovos, frito e depois geralmente passado por calda de açúcar ou polvilhado com açúcar e canela (DICIONÁRIO AURÉLIO ON-LINE).

Sonho que evoluiu para o estágio de ideia. Ou seja: “1. uma representação mental de algo concreto, abstrato ou quimérico; 2. Conhecimento, informação, noção” (DICIONÁRIO AURÉLIO ON-LINE). Ideia que foi tornada realidade concreta por meio da Escola Politécnica.

Ideias todos temos aos montes, mas torná-las realidade depende de muitos fatores, primeiramente da vontade de fazer. Moraes, Dr. Zezé, Lynaldo, Lopes de Andrade, Edvaldo do Ó, Stênio, dentre as demais figuras eminentes mencionadas neste texto, fundadores, pioneiros, herdeiros, seguidores, enfim, todos que se doaram ao projeto Poli, viviam um tempo de debate sobre o Brasil, com propostas de superação dos atrasos, de construção de um país próspero, de criação de oportunidades para que a população rompesse as barreiras econômicas e sociais, enfim, todo um ideário de sociedade de bem-estar social dos anos cinquenta.

A filosofia e a sociologia produziram visões de mundo, pensamentos, interpretações e conhecimentos sobre o indivíduo e a sociedade, a relação intrínseca que os envolve e as possibilidades de fazer a história, que é sempre a história do presente, das necessidades e dos anseios dos indivíduos. Sem dúvida, o ser humano, independentemente de sexo e gênero, é sujeito da história e pode fazer a história, de acordo com a contribuição do marxista russo Plekanov (2000) Mas os dispositivos que acionam os acontecimentos históricos marcantes estão:

(...) longe de ser determinados exclusivamente pela atividade consciente dos homens; só esta circunstância bastaria para sugerir a ideia de que os acontecimentos se processam sob a influência de certa necessidade latente que atua de maneira cega, como os elementos da natureza, mas conforme determinadas leis *inexoráveis* [sic]. (PLEKHANOV, 2000, p. 127-128, grifo nosso).

O homem faz a história, no sentido de uma intervenção consciente no curso dos acontecimentos, seja em Weber, Elias ou Bourdieu, no cotidiano, em processos lentos e também em processos de ruptura que coexistem em contextos de uma mesma configuração/figuração histórica, sociológica, econômica, cultural, em que podem ocorrer retrocessos, permanências e/ou rupturas. Sendo social e vivendo em sociedade, o indivíduo tem suas experiências, em parte, ligadas ao contexto da configuração de seu tempo; e, em parte, ao produto de suas subjetividades.

Nas entrevistas realizadas pelo Projeto Memória para a pesquisa “Projeto História e Memória da Ciência e Tecnologia e Cam-

pina Grande”, observamos que os professores, alunos e funcionários da Escola Politécnica foram unânimes em destacar Antônio Morais e Lynaldo Cavalcanti como principais lideranças do processo de implantação e consolidação dessa instituição, respectivamente.

Mas, ao inquirir esses mesmos colaboradores (da pesquisa citada) sobre quem, na opinião deles, foi mais decisivo para as transformações que ocorreram na cidade a partir dos anos cinquenta e para a criação da Escola Politécnica, a resposta tem sido: Lynaldo, Edvaldo do Ó e Lopes de Andrade. Essa foi a resposta de Stênio Lopes também. Sabendo da importância de Stênio Lopes, uma das figuras mais citadas nas memórias sobre a Poli, perguntamos a ele como avaliava sua própria participação nessas ações dos anos 50 aos anos 70, ao que ele respondeu humildemente dizendo ter sido apenas o secretário do grupo (*sic*), o que sabemos não corresponder ao testemunho da comunidade acadêmica da época, nem aos memorialistas da história da cidade de Campina Grande. Foi Stênio Lopes uma personalidade de destacada relevância nesse grupo da elite campinense. Homem de significativo capital intelectual, escritor, gestor, com habilidade de análise e elaboração de políticas públicas, auxiliou os empreendedores do grupo - Lynaldo, Edvaldo e Lopes de Andrade - a pensar, propor e elaborar projetos, regimentos, enfim, os documentos textuais necessários aos trâmites burocráticos a serem percorridos para a formalização das propostas.

Já ao inquirir Doutor Lynaldo sobre o assunto, ele destacou por ordem de relevância: Edvaldo do Ó, Lopes de Andrade e, em terceiro lugar - colocando-se humildemente -, ele próprio, Lynaldo.

Revisitando as memórias de colaboradores do Projeto Memória, ex-professores, ex-alunos e ex-funcionários que foram testemunhas desses tempos, notamos a saudade e até o compreensível saudosismo, mas nos encanta o sentimento de pertencimento à Escola Politécnica da Paraíba. Sem dúvida, há o orgulho de ter participado de algum modo dessa experiência histórica marcante, seja pelo reconhecimento dos resultados significativamente positivos que promoveu, com o desenvolvimento de Campina Grande; seja pela herança que essa instituição deixou para o ensino superior da cidade, especialmente na área tecnológica do antigo CCT, desmembrado nos Centros de Tecnologia e Recursos Naturais (CTRN), Centro de Engenharia Elétrica e Informática (CEEI) e Centro de Ciência e Tecnologia (CCT) da UFCG.

CONCLUSÃO

Exageros à parte, a serem colocados em suspeição pelos historiadores, talvez seja oportuna a reflexão sobre uma época em que havia nos discursos e nas práticas projetos com finalidades voltadas para a coletividade. Talvez seja oportuna essa revisita ao passado recente de nossa cidade, principalmente, porque vivemos tempos sombrios de desmonte do Estado, de ataque ao ensino público em todos os níveis e, especialmente, no nível superior, de destruição das bases - que já eram insuficientes - de desenvolvimento com inclusão social.

Nesse momento inominável em que foi lançada a sociedade brasileira, a partir de acontecimentos que levaram à consumação de

um processo de impeachment arquitetado como golpe de Estado, por meio da nova modalidade de desrespeito à democracia, denominado golpe parlamentar-jurídico; nesse momento em que o processo de profunda crise moral e ética de longo curso na sociedade brasileira corroborou para a tragédia que vivemos; em tempos de rapinagem brutal, de cinismo sem igual, de absoluta falta de projetos de responsabilidade econômica e social para o Brasil, que estejam fundamentados no respeito ao regime democrático, no funcionamento imparcial das instituições, nos princípios republicanos de impessoalidade, equidade e imparcialidade; que tenham compromisso com a continuidade do processo de inclusão social, com a promoção da melhoria das condições de vida, educação, saúde, cultura, segurança, prosperidade, princípios e valores éticos e morais da sociedade brasileira, expressamos o nosso horror.

Em tempos de terror, em que imperam os interesses de individualismo e de grupos dirigentes radicalmente diferentes dos que aqui apresentamos na história e nas memórias da Poli, de Campina Grande, em que assaltam o poder, o presente e o futuro do país, assistimos impotentes ao desenrolar da tragédia de absurdos no Brasil, como naufragos que procuram desesperadamente uma tábua em que se segurar, não temos como deixar de comparar as ações de homens/sujeitos/indivíduos da gestão e da política de hoje com os de setenta anos atrás.

As ações levadas a termo pelo grupo dirigente da Escola Politécnica, e seus reflexos no antigo CCT, UFPB e UFCG, contribuíram significativamente com a população que vive na cidade de Cam-

pina Grande e até mesmo na região. Com certeza e principalmente, resultaram em melhores condições de educação.

Analisamos, enfim, um tempo que tem contribuições com as quais podemos aprender e indivíduos e grupo dirigente cuja concepção de educação, visão e experiência têm muito a nos inspirar.

REFERÊNCIAS

BOMENY, Helena. **O Brasil de JK - Educação e desenvolvimento: debate nos anos 1950.**

Disponível em: < <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Educacao/Anos1950>>. Acesso em: 4 out. 2017.

DECANAL, José Hildebrando. **A literatura brasileira no século XX.** Porto Alegre: Mercado Aberto, 1984.

HOLLANDA, Aurélio Buarque de. **Dicionário Aurélio on-line.** Disponível em: < <https://dicionariodoaurelio.com/images/webp/sonhos.webp> >. Acesso em: 3 out. 2017.

GOMES, Ângela Castro (Org.). **Engenheiros e economistas: novas elites burocráticas.** Rio de Janeiro: FGV, 1994.

LAFETÁ, João Luiz. **1930: a crítica e o modernismo.** São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2001.

LOPES, Stênio. **Escola Politécnica de Campina Grande – uma experiência de desenvolvimento tecnológico no Nordeste.** João Pessoa, PB: Editora Gráfica União, 1993.

MOREIRA, Vania Maria Losada. **Nacionalismo e reforma agrária nos anos 50.** Rev. bras. Hist. v. 18 n. 35. p. 329-360. São Paulo:

1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01881998000100015>. Acesso em: 4 out. 2017.

MOTOYAMA, Shozo. **50 Anos de CNPq contados pelos seus presidentes**. São Paulo: Editora FAPESP, 2002.

PLEKHANOV. **O papel do indivíduo na história**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2000.

RIBEIRO, Rafael Porto. **“A luz que não se apaga”**: a elite de Campina Grande e a construção da Escola Politécnica da Paraíba (1950-1962). Monografia de conclusão de curso (TCC). Licenciatura em História. CH/UFCG, 2016.

SOREL, Georges. **Reflexões sobre a violência**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

TORRES, José Valmi Oliveira. **Escola Politécnica e a construção identitária de Campina Grande como polo tecnológico**. Dissertação de Mestrado. PPGH/UFCG, 2010.

Entrevistas

ALBUQUERQUE, Lynaldo Cavalcanti de. Entrevista I, concedida em 20/07/2009. Entrevistadores: Rosilene Dias Montenegro e José Benjamim Montenegro. Brasília-DF, 2004. arquivo.mp3 (60 min.). A entrevista na íntegra contém 25 páginas e se encontra transcrita nos arquivos do Projeto Memória da Ciência e Tecnologia em Campina Grande (Projeto Memória).

ALBUQUERQUE, Lynaldo Cavalcanti de. Entrevista concedida em 08/12/2004, 1ª Sessão. Entrevistadores: Manuel Domingos e Roberto Muniz. Brasília-DF, 2004. A entrevista na íntegra contém 26 páginas. Arquivo do Centro de Memória do CNPq.

ALBUQUERQUE, Lynaldo Cavalcanti de. Entrevista concedida em 06/01/2005, 2ª Sessão. Entrevistadores: Manuel Domingos e Roberto Muniz. Brasília-DF, 2005. A entrevista na íntegra contém 26 páginas. Arquivo do Centro de Memória do CNPq.

ALBUQUERQUE, Lynaldo Cavalcanti de. Entrevista concedida em 11/01/2005, 3ª Sessão. Entrevistadores: Manuel Domingos e Fernando. Brasília-DF, 2005. A entrevista na íntegra contém 26 páginas. Arquivo do Centro de Memória do CNPq.

ALBUQUERQUE, Lynaldo Cavalcanti de. Entrevista concedida em 14/01/2005, 4ª Sessão. Entrevistadores: Manuel Domingos e Fernando. Brasília-DF, 2005. A entrevista na íntegra contém 26 páginas. Arquivo do Centro de Memória do CNPq.

ALMEIDA JÚNIOR, José Marques de. Entrevista concedida em 25/06/2004. Entrevistadores: Rosilene Dias Montenegro e Luis Henrique H. Cunha. Natal-RN, 2004. Arquivo audiovisual (150 min.). A entrevista na íntegra contém 46 páginas e se encontra transcrita nos arquivos do Projeto Memória da Ciência e Tecnologia em Campina Grande (Projeto Memória).

MORAIS, Antônio da Silva. Entrevista concedida em 25/06/2004. Entrevistadores: Rosilene Dias Montenegro e Magnólia Gibson Cabral. Natal-RN, 2004. Arquivo audiovisual (150 min.). A entrevista na íntegra contém 46 páginas e se encontra transcrita nos arquivos do Projeto Memória da Ciência e Tecnologia em Campina Grande (Projeto Memória).

LOPES, José Stenio de Lucena. Entrevista concedida em 28/07/2004. Entrevistadoras: Rosilene Dias Montenegro e Else Farias Albuquerque. Campina Grande-PB, 2004. Arquivo audiovisual (120 min.). A entrevista na íntegra contém 23 páginas e se encontra transcrita nos arquivos do Projeto Memória da Ciência e Tecnologia em Campina Grande (Projeto Memória).

QUEM (E O QUÊ) É A ELITE DE CAMPINA GRANDE?

Rafael Porto Ribeiro

INTRODUÇÃO

Nos dias atuais, podem-se encontrar vários trabalhos acadêmicos ou sobre a cidade de Campina Grande ou situados nela. É possível afirmar que há uma sólida historiografia envolvendo a referida cidade e que essa historiografia está em constante desenvolvimento. Para se pôr em perspectiva, durante o período de 2011 até 2015, foram produzidas 33 dissertações de mestrado pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande (PPGH-UFCG) envolvendo a cidade ou as possíveis vivências nela de alguma maneira¹. Todavia, apesar da diversidade de temas e objetos de pesquisa, nenhum trabalho propôs analisar os grupos mais abastados da sociedade campinense, caracterizados como uma elite urbana e intelectual local, ora por historiadores, ora por memorialistas, frequentemente integrantes desse grupo privilegiado².

Este artigo propõe justamente explorar esse viés da historiografia pouco trabalhado sobre a cidade de Campina Grande. Neste

1 Disponível em: <<http://www.ufcg.edu.br/-historia/ppgh/index.php/processo-seletivo>>. Acesso em: 22 abr. 17 às 12:09.

2 Sobre a caracterização desses grupos realizada por historiadores, ver: SOUSA, 2003 e AGRA DO Ó, 2007. Sobre a caracterização realizada por memorialistas, ver: LOPES, 1986, 2014; SYLVESTRE, 2004 e SOUSA DO Ó, 1960.

trabalho, procuro identificar os indivíduos reconhecidos como “elite campinense”, além de problematizar a própria identificação utilizada. Tendo em vista não ser possível abranger todo um grupo social dentro da cidade neste trabalho, pretendo aqui falar especificamente do grupo por trás do incentivo ao ensino superior da cidade durante os anos de 1950-1952, responsáveis diretos pela construção da Escola Politécnica da Paraíba, instituição chave para a compreensão do desenvolvimento da ciência e tecnologia na cidade.

Campina Grande é uma cidade cujo crescimento populacional está diretamente relacionado com sua posição geográfica estratégica que, somada às particularidades históricas de comercialização de produtos agrícolas, especialmente o algodão, deu ensejo ao desenvolvimento econômico da cidade. Essas particularidades contribuíram para atrair para o município significativo contingente populacional vindo de outras cidades do estado da Paraíba e também de outros estados da região, em busca de progresso e prosperidade econômica.

Esse crescimento não foi uniforme nem gradual e teve início com o surgimento de Campina Grande como cidade em 11 de outubro de 1864, devido principalmente ao fácil acesso à água se comparado ao resto da região, graças ao Açude Velho e ao rio das Piabas. Com o aumento da população e da demanda de água no século XX, a disponibilidade dos recursos hídricos no local passou a ser insuficiente, sendo necessária a construção do açude de Vaca Brava em 1939 e, posteriormente, do açude Epitácio Pessoa (Boqueirão) em 1958 (LOPES, 1989).

A partir do começo do século XX, Campina Grande passou por um período de crescimento populacional acelerado, devi-

do à inserção da cidade no mapa das vias ferroviárias no Nordeste, com a abertura de uma estação de trens em 1907. A partir de então, Campina passou a figurar no cenário regional como entreposto comercial, sendo considerado um ponto de parada obrigatória para os comerciantes em trânsito – assim como faziam os tropeiros ainda durante o período de vila.

O comércio de algodão se tornou a principal atividade econômica na cidade, trazendo consigo outras atividades relacionadas, como o beneficiamento do algodão e o processamento de couro (curtume). A constante prática comercial atraiu negociadores, que se fixaram em Campina Grande e construíram galpões e armazéns para estocar seus produtos nas ruas centrais, além de erguerem solares em ruas paralelas. Esses galpões se farão presente no cenário urbano até os anos de 1930-1940, quando a proposta de reforma urbana pensada por Vigneaud Wanderley³ prevê a remoção dos armazéns nas ruas centrais para o alargamento destas e a criação de novas avenidas arborizadas.

ARES DE MODERNIDADE

A reforma proposta por Wanderley, de cunho higienista e urbanista, afetou diretamente toda a população que vivia seu cotidiano

³ Vergniaud Borborema Wanderley foi prefeito de Campina Grande em duas oportunidades: de 1935 até 1938; e de 1940 até 1945. Nas duas ocasiões, pôs em prática um processo de reforma urbana higienista nos moldes das reformas ocorridas em grandes cidades no Brasil do começo do século XX.

no centro da cidade e foi sentida não só pela população carente, expulsa dos cortiços (cujas origens se deve ao êxodo rural dos anos de 1920) e tendo suas moradas derrubadas, mas também pela população de maior poder aquisitivo, que também perdia suas propriedades sem a possibilidade de indenização.

O caráter mais “universalista” dessa reforma urbana, em dissonância com as reformas urbanas nas grandes cidades do país, torna possível a compreensão de como as lideranças políticas, os comerciantes e demais habitantes da cidade reagiram às mudanças, inclusive as que trouxeram reveses. A respeito dessa reforma urbana em Campina Grande, Sousa (2003) afirma:

Era uma medida que atingia diversas ruas, mas que teve maior repercussão ao ser implantada na Rua Maciel Pinheiro. A Rua Grande, ou Maciel Pinheiro, era o epicentro de Campina Grande. Nela morava a maior parte da elite política, proprietária e comercial da cidade, até pelo menos meados dos anos [de 19]30 (...). Esse território da cidade conheceu o seu alçóuz no final de 1935. (...). (SOUSA, 2003, p. 68)

Os comerciantes, cujas atividades representavam a maior parte da arrecadação tributária da cidade, adquiriram prestígio com a sociedade local ao se fazerem presentes frequentemente no espaço urbano de Campina Grande. Ocasionalmente, também se envolveram nos embates políticos decorridos de campanhas eleitorais, até então protagonizados pelas representações oligárquicas, aumentando sua representatividade no cenário político. Para o autor, os comerciantes que se fixaram na cidade integravam uma elite dentro

da sociedade campinense, tendo nas ruas principais o seu palco de teatralização do poder (idem, p. 66).

Apesar do prejuízo adquirido com a reforma, os comerciantes continuam com suas atividades na cidade, dinamizando suas práticas, comercializando, além do algodão, produtos das primeiras fábricas instaladas - como vestimentas de algodão e calçados de couro - e da agricultura local - como hortaliças, laticínios e carne.

As representações políticas na cidade refletiam a influência desses comerciantes, responsáveis pela atividade econômica mais importante de Campina Grande naquele momento. Durante as décadas que se seguiram à reforma urbana, a camada da população agrupada na categoria de “comerciantes e profissionais liberais⁴” já se fazia presente no cenário político local.

A formação da câmara municipal campinense para o período de 1951 até 1955 é exemplo dessa organização, sendo composta em sua maioria por vereadores oriundos dessa camada populacional. Eram eles⁵: Américo Porto (UDN); Antônio Cabral Sobrinho (PL); Bonald Filho (PSB); Dulce Barbosa (UDB); Félix Araújo (PL); Gumercindo Dunda (UDN); Luiz Pereira da Silva (PL); Manoel Figueiredo (UDN); Pedro Sabino (PSD); Petrônio Figueiredo (UDN); Protásio Ferreira (PL); Zoroastro Coutinho (PSD).

⁴ De acordo com a Confederação Nacional de Profissões Liberais (CNPL), é considerado um profissional liberal aquele que, com nível técnico ou superior, possa exercer sua profissão em total liberdade, ainda que em um vínculo empregatício. Nessa categoria, encaixam-se profissionais como: médico, advogado, jornalista, engenheiro etc. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/economia/o-que-e-ser-profissional-liberal-acctuzvohck8guj1ptxpgdff2>>. Acesso em: 22 abr. 2017.

⁵ Relação dos vereadores da cidade de Campina Grande durante o mandato de 1951-1955.

Na formação da vereança de Campina Grande, percebe-se a presença majoritária de representantes vinculados à União Democrática Nacional (UDN)⁶, partido que era chefiado por oligarquias rurais e suas cúpulas. Em uma tentativa de reforçar a participação política na cidade, o partido procurou lançar, além de seus líderes rurais - como o Coronel Américo Porto, candidatos oriundos das classes de profissionais liberais, como o advogado Antônio Ovídio, que não alcançou os votos necessários para se eleger em 1951 (SYLVESTRE, 2004).

Rivalizando em números com a UDN, o Partido Libertador (PL), partido do então governador José Américo de Almeida, se fez presente no cenário político local lançando as campanhas de mais candidatos representantes das profissões liberais e comerciantes, como o empresário Olívio Rique, o comerciante Francisco Timóteo, que não conseguiram se eleger; e o então estudante de Direito Félix Araújo. Representantes das oligarquias rurais também se fizeram presentes nas fileiras do PL, como Antônio Cabral Sobrinho, filho do coronel Severino Bezerra Cabral. A predominância, porém, continuava em torno dos candidatos identificados com as ocupações urbanas (SYLVESTRE, 2004).

Esses partidos protagonizaram as mudanças políticas características do fim do primeiro governo Vargas. Fundamentados em ideais liberalistas, esses partidos criticavam as medidas políticas tomadas durante a ditadura do Estado Novo, enquanto apoiavam políticas de

⁶ A UDN foi um partido fundado em 1945, definindo-se como conservador e oposição a Getúlio Vargas e ao populismo. Defendia uma forma de governo liberal, embasado no liberalismo clássico, e criticava a intervenção estatal no mercado. Tinha como principal liderança o jornalista Carlos Lacerda.

abertura econômica, questionando as práticas e os ditames do populismo. Ambos os partidos saíram fortalecidos após o fim da Era Vargas, compondo as maiores bancadas no Congresso Nacional no decorrer da década de 1950. Juntas, essas duas forças políticas preencheram o equivalente a 75% das vagas para vereador em Campina Grande, refletindo sua dominância mesmo nos cenários marginais ao eixo Rio-São Paulo, além de evidenciar a polarização política da cidade.

O Partido Social Democrático (PSD) elegeu dois vereadores, Zoroastro Coutinho e Pedro Sabino, reconhecidos como lideranças rurais do partido. A última vaga restante foi preenchida pelo médico Bonald Filho, representando o Partido Socialista Brasileiro (PSB), na época encabeçado por referências das profissões liberais na cidade.

O cenário político na cidade durante o período de 1951-1955 revela a força desses grupos urbanos ao nomearem representantes de seus interesses para o governo (e os elegerem com sucesso), bem como sua dinamicidade, ao prontamente se aliarem a grupos oligárquicos mais consolidados. Frente à polarização política da cidade e à virtual ausência de representantes das classes sociais menos favorecidas, Josué Sylvestre afirma que “as possibilidades eleitorais continuaram com os integrantes das elites políticas, econômicas e sociais da comunidade (...)” (2004 p. 27).

Durante esse período, as elites de Campina Grande, cidade mais populosa do estado e responsável pela maior contribuição na arrecadação de impostos (AGRA DO Ó, 2007), estavam organizadas de maneira que as oligarquias rurais e seus descendentes dividiam o espaço com os personagens mais recentes no cenário campini-

nense: comerciantes, banqueiros e profissionais liberais, que, devido à circulação crescente de bens e habitantes na cidade, encontraram oportunidades de trabalho nessa nova convivência urbana. A partir de 1949, com a fundação da FIEP⁷ e, em 1950, com a chegada do SENAI⁸ em Campina Grande, os proprietários de indústrias na cidade, agora mais organizados e propriamente representados, também se fizeram presentes nessa configuração.

Apesar de esses grupos serem eventualmente caracterizados como elites de Campina Grande, nem todos os seus integrantes eram nascidos na cidade – na realidade, a maioria dos integrantes nasceu em outras cidades, bem como os mais proeminentes (SOUSA DO Ó, 1960). Ainda assim, identificavam-se e eram identificados com esse específico cenário urbano.

IDEAIS DA ELITE CAMPINENSE

Durante a segunda metade da década de 1940, o Brasil saía da ditadura do Estado Novo⁹ de Getúlio Vargas, passando por um processo de gradual abertura política. Tal processo culmina na fundação de novos partidos (ou na reabertura de partidos antigos, extintos em 1937) e em certa “renovação” das elites políticas regionais, contando inclusive com uma transição ideológica e uma reorgani-

7 Federação das Indústrias do Estado da Paraíba, entidade filiada à Confederação Nacional das Indústrias (CNI).

8 Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, fundado em 1942, no Rio de Janeiro.

9 Regime político em vigor no Brasil de 1930 a 1945, caracterizado pela centralização do poder e repressão política.

zação interna dos grupos políticos. Sobre essa renovação, Adriano Codato afirma que:

Pode-se objetar que, com o fim do Estado Novo, esse processo [de renovação das elites regionais], se não foi natural, já era esperável, pois teria havido uma *renovação geracional* da elite: novos políticos (isto é, políticos mais jovens), em novos partidos, criados somente em 1945, justamente contra as máquinas políticas oligárquicas e depois de um longo hiato institucional. (CODATO, 2011, p. 60)

A perspectiva apresentada pelo autor infere que há uma substituição de protagonismo dentro (ou entre) das elites políticas, e que esse movimento se apresenta antagônico à ideologia anterior. No entanto, como o próprio autor deixa claro posteriormente, o processo não é necessariamente contrário à ordem existente, aproximando-se mais de um movimento de manutenção que de substituição: “Há uma troca de posições entre os grupos dominantes sem que haja nem exclusão de antigos interesses político-econômicos em nome de novos interesses, nem transformação das estruturas de dominação” (CODATO, 2011, p. 63).

As mudanças ocorridas com as elites locais seguem próximas àquelas descritas por Codato: há, de fato, uma substituição de indivíduos e de ideologias nas cúpulas políticas que influenciam Campina Grande, e essas mudanças foram, até onde as documentações apresentam, motivadas menos por pressão popular e mais por mobilização própria dos mais ricos, que procuravam garantir (novamente) seu espaço no centro campinense, tanto fisicamente, no tocante

à reorganização de espaços que a reforma urbana acelerou ao padronizar, higienizar e secularizar o terreno de atuação desses grupos; quanto ideologicamente, ao juntarem forças políticas emergentes às já existentes, almejando conciliar o conservadorismo rural com os novos projetos urbanos para a política e a economia.

Essa nova elite, repensada para o novo contexto urbano campinense, também substituiu (ou adapta) a mentalidade agrária por concepções que enfatizavam o incentivo à produção industrial como protagonista do desenvolvimento econômico e social de uma sociedade.

Tal concepção não se apresenta isoladamente no interior paraibano. Em vez disso, o desenvolvimentismo¹⁰, a ideologia popular entre os intelectuais da cidade, se faz presente em projetos políticos no sudeste brasileiro, principalmente no estado de Minas Gerais, como nos informa Heloisa Helena Cardoso:

Os anos 1950, em Minas Gerais, são marcados por projetos de desenvolvimento econômico, atrelados às propostas do governo federal para o período, voltados para uma concepção de capitalismo que almejava uma industrialização rápida, baseada em investimentos públicos e privados em infraestrutura e indústrias de base. (...) Estas políticas se apresentam sob a forma de planejamento para cada gestão, onde o Estado assume papel central como condutor da política desenvolvimentista e autor das propostas modernizantes, nas quais se incluem também as de democracia e justiça social, expressões formais da fase liberal do capitalismo. (CARDOSO, 2015, p. 149)

10 Política econômica centrada na produção industrial de base, em liberdades individuais e na extensa participação do estado como patrocinador da iniciativa privada.

Em confluência, portanto, com o que pensam outras elites locais no Brasil, a elite urbana em Campina Grande vê no incentivo industrial um caminho para o progresso da cidade. Mais que isso, o discurso propagado por essa elite apresentava essa proposta como o único caminho possível, transformando em “respostas erradas” qualquer sugestão que desviasse desse caminho (AGRA DO Ó, 2007).

Esse grupo, formado pelos segmentos mais privilegiados economicamente da sociedade, é denominado elite urbana por terem em comum a vida na cidade, pois nela exerciam sua influência, além de nela também vivenciarem seu próprio cotidiano. Também será (auto) denominada uma elite intelectual, por pensarem a cidade. Discutem projetos políticos, econômicos, sociais e educacionais para serem aplicados em Campina Grande, procurando “estarem em sintonia” com o que é discutido nas grandes metrópoles do país (LOPES, 2014).

OS IDEALIZADORES: NOMES POR TRÁS DOS PROJETOS

Campina Grande, em 1950, já superava o número de 170 mil habitantes em suas regiões urbanas, o equivalente a aproximadamente 10% de toda a população do estado¹¹, enquanto a capital João Pessoa, no mesmo período, chegava a 119 mil habitantes. A cidade mais populosa do estado foi o lugar de reunião e atuação desse grupo de intelectuais que, quando não integrava a equipe administrativa da

11Disponível em: <<http://memoria.org.br/pub/meb000000362/censo1950vol16t1pb/censo1950vol16t1pb.pdf>> p. 64. Acesso em: 10 mar. 16.

prefeitura municipal ou do governo estadual, aproximando-se pessoalmente deles, pensava o desenvolvimento econômico da cidade através de projetos políticos e educacionais de acordo com a realidade e o contexto local. A prática de relacionar-se com a política sem se envolver diretamente (concorrer por cargos em eleições) é uma característica dos membros das elites pós-Estado Novo, sendo estes caracterizados como políticos semiprofissionais. De acordo com Angelo Panebianco:

Ele [o político semiprofissional] “dispõe de independência econômica, em razão dos proventos profissionais extrapolíticos”, como o notável; e conta com “grande disponibilidade de tempo livre” para dedicar-se à atividade política, como o profissional. Os *políticos semiprofissionais* são educados, treinados e exibem competências específicas como os peritos (em geral, são advogados, professores, jornalistas, médicos), sem deter ainda uma extensa capacidade técnica ou experiência em assuntos superespecializados (PANEBIANCO, 2005, p. 460-461 apud CODATO, 2011, p. 69)

Nota-se também que uma característica do político semiprofissional é justamente a ocupação, fora da política, como um profissional liberal.

Os estudos sobre história social de elites no país costumam enfrentar uma dificuldade de natureza historiográfica: os pesquisadores convivem com a ausência de documentos que registrem o cenário regional das disputas políticas durante o período do Estado Novo, dando preferência às manobras políticas de nível nacional, ou resu-

mindendo-se ao eixo Rio de Janeiro-São Paulo. Por tal motivo, menos trabalhos são produzidos sobre as elites regionais no período que se refere à reabertura política pós-Vargas. Ora, é justamente no Estado Novo que o paradigma das elites no país se transforma, impulsionado tanto pelas medidas políticas do presidente Getúlio Dornelles Vargas quanto pela nova fase do capitalismo mundial, após o fim da 2ª Grande Guerra, em 1945. A respeito dos estudos sobre as transformações no universo das elites nesse período, o mesmo autor observa:

Muito embora a documentação histórica para esse período (arquivos privados, correspondências pessoais, documentos oficiais, depoimentos de protagonistas, etc.) trate quase exclusivamente das disputas políticas intrarregionais (*sic*) e interregionais, não existem tantos estudos sobre os *políticos profissionais* como se poderia esperar. Os “atores políticos”, para falar na terminologia dessa literatura, são tema quase sempre de biografias, memórias ou autobiografias, e o que conta, no caso, são os feitos e fatos da história de um indivíduo, suas amizades, inimizades, aspirações, frustrações, mais que a *estrutura política* na qual esses agentes estão inseridos. Essa ocorrência se deve possivelmente mais à metodologia de estudo ou mesmo à natureza das fontes de sociólogos e historiadores do que a opções teóricas. Todavia, quatro perguntas simples sobre os profissionais da política, tomados como grupo de elite, quase nunca são postas: quem são?; de onde vêm?; o que fazem?; como pensam? (CODATO, 2011, p. 60)

A preocupação com a identificação dos indivíduos integrantes de um grupo social contribui para a escrita de uma história sobre as intenções por trás desse grupo, bem como suas interações com

outros grupos que formam a mesma sociedade. Ter cuidado em observar os personagens dessa elite ajuda a compreender os interesses e as atitudes tomadas pelas classes dominantes, que, com maior acesso às instituições políticas e midiáticas, fazem uso de estratégias para se manterem no poder.

Com a maior população do estado, Campina Grande teria a possibilidade de possuir um alto número também de letrados e intelectuais. Porém, ao mesmo tempo em que quase 170 mil habitavam a cidade, apenas 48 mil – o equivalente a aproximadamente 28% da população - sabiam ler e escrever, e destes, apenas 210 (0,12%) de todos os habitantes possuíam diploma de ensino superior. Ainda em termos de comparação, a capital, João Pessoa, tinha mais que o dobro de habitantes nesse grau de escolaridade.

A elite urbana e intelectual campinense, como já foi evidenciado neste trabalho, era formada não só pelos graduados, mas também por comerciantes e descendentes de oligarquias rurais. Dentre esses integrantes da elite, destacaram-se alguns indivíduos por pensarem em um projeto de ensino superior para Campina Grande no decorrer da década de 1950. Eram eles: Edvaldo de Sousa do Ó, José Lopes de Andrade, José Stênio de Lucena Lopes, Antônio da Silva Moraes, José Marques de Almeida Jr., Giuseppe Gióia, Max Hans Karl Liebig e Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque, embora nem todos estivessem presentes nas primeiras discussões sobre o ensino na cidade, entre os anos de 1950 e 1952. Lynaldo, por exemplo, não participou efetivamente do projeto de criação da Escola Politécnica. Juntos, integraram o grupo pensador que planejou a educação supe-

rior de Campina Grande através da Poli. Além de Lynaldo, Stênio Lopes foi o outro indivíduo que chegou à cidade após o início das atividades da Escola, enquanto que o restante já promovia debates anos antes.

O grupo destacou-se por planejar e incentivar a criação de uma instituição de ensino superior que pudesse suprir, simultaneamente, duas demandas: a de vagas em graduações para os cidadãos que procuravam uma formação além do ensino técnico; e a de formação de profissionais que pudessem atuar em altos cargos nas novas indústrias que chegavam à cidade. Esse projeto culminou na criação da Escola Politécnica da Paraíba, em Campina Grande, instituição estadual que oferecia inicialmente a graduação em Engenharia Civil, posteriormente expandindo seus cursos para ofertar graduações e pós-graduações também em outras engenharias.

Representante dos interesses das classes sociais mais abastadas em Campina Grande, o grupo idealizador da Escola Politécnica elaborou um projeto educacional que continuava a prestar suporte ao desenvolvimento industrial na cidade, ao planejar uma instituição de ensino superior que formasse engenheiros para atender à demanda de profissionais da cidade, a qual, durante os anos de cinquenta do século passado, procurava atrair novas empresas para formar o seu parque industrial. Ora, em Campina Grande, já havia, desde 1950, cursos técnicos e profissionalizantes para a população, providos pela iniciativa privada. Esses cursos atendiam uma larga camada da população campinense que, durante esses anos, alcançava pela primeira vez o acesso ao ensino profissionalizante. Para os filhos

da elite campinense, porém, ainda não havia um espaço onde estes pudessem participar do “desenvolvimento” da cidade.

O grupo idealizador da Escola Politécnica, procurando discutir como deveria ser a participação da elite campinense no “processo de desenvolvimento” de Campina Grande, articula-se, através de reuniões encabeçadas por Edvaldo de Souza do Ó e Antônio da Silva Moraes, para definir o melhor método de atuação. A respeito da organização e dos interesses envolvidos na criação de uma Escola Politécnica, Edvaldo de Souza do Ó escreve:

Entendia a União Universitária que Campina Grande, pela sua projeção social e econômica, com profundas repercussões no resto do país, tinha direito, já naquela época, de realizar uma campanha de promoção das suas elites dirigentes, através da criação de escolas universitárias, destinadas à formação profissional e ao aprimoramento intelectual de sua juventude, com o aproveitamento das vocações que mais se destacassem para o exercício das profissões liberais. (SOUZA DO Ó, s/d, p. 13)

Segundo a fala do próprio presidente da União Universitária, as elites da cidade precisavam se aperfeiçoar no tocante à instrução e à educação formal, a fim de se desenvolverem e, conseqüentemente, ajudarem a desenvolver a cidade. O meio sugerido por esses grupos articulados seria a do incentivo ao ensino superior.

Ao nomearem a si próprios como “elites” de Campina Grande, os integrantes do grupo idealizador da Escola Politécnica atribuíram a eles próprios uma identidade (HALL, 1987), estabelecida a

partir da situação econômica, política, cultural e social da qual fazem parte. Esse processo de identificação serviu não só para delimitar quem deveria ser chamado de “elite campinense” sob a ótica dele, mas também para validar o seu discurso, nomeando-o como um discurso de uma classe habilitada a falar sobre o tema.

Então estudante de Economia, Edvaldo de Sousa do Ó, nascido em Campina Grande no ano de 1928, viria se tornar Reitor durante os anos de 1966-1969 da Universidade Regional do Nordeste – URNe, atualmente Universidade Estadual da Paraíba - UEPB. Em 1951, fundou a União Universitária Campinense, congregação que reunia os estudantes de ensino técnico e superior da cidade, mas que estudavam fora, devido à pouca oferta de cursos que Campina Grande provia. Foi através da liderança na União Universitária Campinense que Edvaldo de Sousa do Ó conseguiu mobilizar os estudantes secundaristas para a causa do ensino superior na cidade. Além da Escola Politécnica, participou, no fim da década de 1950, da criação da Faculdade de Ciências Econômicas (FACE) e contribuiu para a memória da Escola Politécnica ao organizar um livro (com data imprecisa) que reunia, além de reportagens em jornais sobre a fundação da referida instituição, documentos e “efemérides” sobre os primeiros anos da Poli.

José Lopes de Andrade, nascido em julho de 1914, acumulou várias ocupações durante a vida. Formado em Estudos Sociais em Recife, foi cronista do Diário da Borborema¹² e professor na URNe, além de chefe da Casa Civil no governo de José Américo de Almei-

12 Jornal de circulação diária em Campina Grande, vinculado ao grupo Diários Associados, de propriedade de Assis Chateaubriand. Circulou de 1957 até 2012.

da (1951-1956). Representou o Governo do Estado da Paraíba nas reuniões que discutiram a implantação de uma instituição de ensino superior em Campina Grande. Presente nas reuniões da União Universitária Campinense, Lopes de Andrade demonstrou apoio à criação de uma instituição de ensino superior na cidade.

Natural de Garanhuns-PE, Antônio da Silva Morais foi professor no Liceu Paraibano, em João Pessoa; posteriormente mudou-se para Campina Grande em 1945, para trabalhar no Departamento de Produção Mineral. Devido à influência desse diretor e à infraestrutura do laboratório desse departamento, surgiu a ideia de criar uma instituição que oferecesse o curso de Química Industrial. Essa ideia foi preterida frente ao projeto da Escola Politécnica, que poderia, no futuro, oferecer, além do curso de Engenharia Química (para atender à demanda do DPM), outras graduações na área de engenharia.

Industriário na área de óleos vegetais e natural de Itabaiana-PB, José Marques de Almeida Júnior era formado em Química Industrial. Mudou-se para Campina Grande em 1942 para trabalhar no Departamento de Produção Mineral. Ao lado de Antônio Morais, sugeriu a ideia de ser Química Industrial o primeiro curso a ser oferecido na Escola Politécnica, por ser ele próprio formado na área.

Giuseppe Gioia, professor de Matemática no ensino médio (então chamado de científico) e técnico em Campina Grande, fez parte, junto com José Marques de Almeida Jr. e Max Hans Karl Liebig, da comissão de criação da Escola Politécnica, responsável por interpor o Governo do Estado e a comunidade campinense. Max

Hans Karl Liebig era também professor em Campina Grande. Alemão de nascença e naturalizado brasileiro, após a fundação da Escola Politécnica participou de sua administração, assumindo cargos na direção da Escola ao lado de Antônio Morais .

O cearense José Stênio de Lucena Lopes nasceu em julho de 1916. Tinha formação seminarista e formou-se em Letras pela Universidade Federal do Ceará. Chegou a Campina Grande no fim da década de 1950 para assumir o cargo de diretor regional do SENAI. Também trabalhou como jornalista no Diário da Borborema e como professor na Escola Politécnica da Paraíba. Também é autor de livros memorialistas sobre Campina Grande, nos quais apresenta o panorama e o cotidiano da cidade à época em que se mudou para ela. Dá nome ao Centro de Educação Profissional Prof. Stênio Lopes, instituição de ensino técnico e superior administrado pelo SENAI. Chegando apenas em 1957, Stênio Lopes já encontrou a Escola Politécnica em funcionamento, durante os primeiros anos. Apesar de não fazer parte da idealização do projeto, Lopes deu apoio ao desenvolvimento da Escola Politécnica, que durante seus primeiros anos passava por dificuldades econômicas. Pelo apoio e participação na consolidação da referida instituição, Stênio Lopes é considerado, junto ao restante do grupo idealizador, responsável pela consolidação do ensino superior na cidade.

Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque nasceu em Campina Grande, no ano de 1932. Formado engenheiro civil na Universidade Federal de Pernambuco, em 1955, Lynaldo foi convidado a se tornar professor da Escola Politécnica em 1957. Na década seguinte,

tornou-se diretor da Poli, de janeiro de 1964 até março de 1971, trazendo à Escola Politécnica cursos de pós-graduação e especialização, além de abrir os cursos de Engenharia Elétrica, Engenharia Mecânica e Sistemas de Informação. Em 1975, foi nomeado reitor da Universidade Federal da Paraíba, com mandato até 1980. Após o término do mandato, assumiu a presidência do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, até 1985.

Reunidos através da União Universitária Campinense, estudantes e representantes das elites dirigentes tornaram públicos seus projetos para a cidade, que consistiam na construção de instituições de ensino superior em Campina Grande, seguindo igualmente o modelo que já estava sendo realizado na capital do estado, João Pessoa, pelo governador Argemiro de Figueiredo.

Para discutir o projeto para a cidade, reuniões foram organizadas e realizadas no ambiente de preferência da elite campinense: a livraria de José Cavalcanti Pedrosa, situada na Rua Maciel Pinheiro (rua central de Campina Grande, até os dias de hoje importante para o comércio local).

José Stênio de Lucena Lopes confirma a informação, alegando ser a Livraria Pedrosa “o ‘lar’ dos intelectuais da cidade” (LOPES, 2014, p. 41). Já Antônio Morais, em entrevista cedida ao Projeto Memória da Ciência e Tecnologia em Campina Grande no ano de 2004, ressalta a importância de Pedrosa e sua livraria para o projeto de criação da Escola Politécnica:

Tinha uma livraria excelente para aquela época. Frequentavam a livraria os professores, engenheiros,

médicos, químicos, bacharéis, etc. Quando acabava o expediente, íamos para a livraria de Pedrosa e ficávamos trocando ideias. Pedrosa passava pela gente e falava; às vezes, eu até pensava que aquilo pudesse provocar certo mal-estar a ele porque, às vezes, o pessoal se entusiasmava e começava a falar alto, mas ao contrário, Pedrosa vibrava com aquilo, ele sentia que havia calor naquelas discussões, boa intenção, boa vontade de produzir cada vez mais. Pedrosa foi um dos grande amigos da Politécnica, um dos camaradas que me ajudou muito, nos trabalhos de criação, de instalação da Politécnica. (LOPES, 2004, p. 5)

É possível inferir, a partir da fala de Antônio Morais, o público da livraria Pedrosa: a população letrada de Campina Grande que se interessava pelos livros expostos e que procurava um lugar de socialização para debater as ideias e as polêmicas sobre a cidade. Ao listar os possíveis frequentadores da livraria, o entrevistado cita apenas ocupações liberais, ocasionalmente, profissões cujos idealizadores da Escola Politécnica exerciam.

Tendo acesso a esse espaço frequentado pela elite intelectual campinense, o grupo idealizador da Escola Politécnica organizou-se e aprimorou seus projetos políticos e educacionais, além de ter encontrado mais um aliado que compartilhava das ideias para a cidade: o próprio livreiro José Pedrosa.

Pedrosa incentivava as discussões em sua livraria, porém não participava diretamente das discussões. A contribuição do livreiro para o grupo se deu de forma mais material: durante os processos de mudança e instalação da Escola Politécnica, o livreiro contribuiu com materiais de papelaria, vendidos “a prazo” para o grupo idealizador.

É no ambiente da Livraria Pedrosa que surge, pela primeira vez, a ideia de uma Escola Politécnica (MORAIS, 2004). No decorrer das reuniões seguintes, a ideia foi amadurecendo até que, em 1952, depois de seguidos encontros do grupo idealizador com representações do governo do estado da Paraíba, da Associação Comercial de Campina Grande e da Associação de Professores Secundários de Campina Grande, fica definida a criação de uma instituição de ensino superior para a cidade.

A última de uma série de reuniões se deu em seis de setembro daquele ano, realizada na sede da Associação Comercial Campinense, e nesse dia foi definido o *modus operandi* para a fundação da Escola Politécnica da Paraíba. Declararam-se responsáveis pela fundação da Escola, após a reunião: Antônio da Silva Moraes, José Marques de Almeida Júnior, Giuseppe Gióia, Edvaldo de Souza do Ó e Onofre Pereira Chaves¹³, além da participação do governador que assinou a Lei Estadual nº 792/1952, criando a Escola Politécnica. Além dos nomes que oficialmente¹⁴ se responsabilizaram pela fundação da Escola Politécnica, através da assinatura da ata da reunião, são citados como colaboradores do projeto: Max Hans Karl Liebig e o engenheiro civil Austro de França Costa.

O envolvimento do grupo idealizador na política paraibana esteve presente durante todo o período de planejamento da Escola

¹³ Onofre Pereira Chaves também trabalhou no Departamento de Produção Mineral durante a década de 1940 junto a Antônio Moraes e José Marques, mas não participava das discussões sobre o ensino superior em Campina Grande.

¹⁴ Após a reunião que decidiu pela instalação de uma instituição da Escola Politécnica da Paraíba em Campina Grande, os presentes foram convidados a assinarem a ata da reunião, concordando em se tornarem responsáveis pela execução do projeto e posterior administração da instituição de Ensino Superior que seria criada.

Politécnica. Tanto Edvaldo do Ó quanto Lopes de Andrade fizeram parte do governo municipal como secretários do primeiro mandato de Elpidio de Almeida em Campina Grande (1947-1951). Nesse mesmo período, Lopes de Andrade foi convidado a chefiar a Casa Civil do governo de José Américo. Os outros integrantes do grupo idealizador que não compunham o governo tinham certo prestígio junto às autoridades devido às suas atividades profissionais em evidência no cenário campinense (TORRES, 2010).

Na segunda metade da década de 1950, principalmente a partir da abertura de um novo periódico na cidade em 1957 - o *Diário da Borborema*, tanto o grupo idealizador quanto seu projeto ficaram em evidência também na imprensa local, sendo observados de perto (ou até mesmo de dentro) por jornalistas e cronistas de Campina Grande. Dois dos próprios integrantes dessa elite campinense escreviam para o referido jornal, Stênio Lopes e José Lopes de Andrade. Sendo entusiastas da Escola Politécnica, escreviam embaixados na propriedade que teriam para falar por terem participado direta ou indiretamente da gestão da Escola, anunciando-a também como produto dos empenhos combinados do grupo envolvido e da administração de José Américo de Almeida como governador.

Contando com integrantes do governo e da imprensa local, o grupo idealizador executou seus planos com poucas resistências¹⁵ e muitos discursos apoiadores, e o projeto da Escola Politécnica da

¹⁵ A dissidência mais recorrente nas documentações e memórias do período é a do general Manoel de Oliveira Leite, presente na reunião ocorrida na associação comercial. Durante a reunião, Oliveira Leite se opôs à criação da Escola Politécnica argumentando que a capital do estado seria mais propícia para a instituição. Tal sugestão não foi bem aceita entre os presentes na reunião, e a proposta do grupo idealizador confirmou-se sem alterações.

Paraíba foi apresentado como uma urgente necessidade, enquanto que a própria escola foi caracterizada como um valioso patrimônio de Campina Grande e seus habitantes.

CONCLUSÃO

Marcada pela mobilização de um pequeno grupo de letrados radicados na cidade, autodenominados “elites” locais, Campina Grande passou por uma mudança na realidade e no cotidiano local através de projetos político-econômicos elaborados durante a década de 1950, focados no desenvolvimento do ensino superior. Tais projetos objetivavam transformar o paradigma de Campina de uma “cidade do comércio”, dependente da produção agrária, para um contexto voltado ao incentivo à tecnologia e ao ensino superior. A cultura local de empreendimento e comércio passou a dividir espaço com a cultura pretendida de cidade universitária, sendo possível encontrar hoje várias instituições de ensino superior, privadas e públicas, como referências regionais e nacionais.

Esse grupo de letrados, considerados “políticos semiprofissionais”, elaboraram o projeto da Escola Politécnica a fim de suprir, ao mesmo tempo, a necessidade de uma indústria emergente no local e a demanda dos jovens campinenses, herdeiros desse mesmo grupo, que procuravam por formação e possibilidade de especialização localmente.

O grupo idealizador da Escola Politécnica pode ser considerado uma elite devido às suas características definidoras: profissionais li-

berais de poder aquisitivo considerável, proximidade com os políticos no poder - apesar de não se candidatarem a cargos elegíveis por voto direto -, representantes dos interesses industriários na cidade e formadores de opinião através das mídias de massa. É devido ao acesso a essas ferramentas que o grupo idealizador conseguiu pôr em prática seu projeto e consolidar a Escola Politécnica em Campina Grande. Tendo como principais articuladores Antônio da Silva Morais e Edvaldo de Sousa do Ó, a elite campinense conseguiu o decreto autorizando a criação da Escola em outubro de 1952, aproximadamente dois anos após o início das discussões sobre o ensino na cidade.

A “procura pelo progresso e desenvolvimento”, argumento utilizado pelo grupo idealizador, não era característica singular da elite campinense. Esse argumento é consequência direta de discussões realizadas no Brasil e no mundo a respeito das medidas a serem tomadas pelos líderes políticos em prol da continuidade do desenvolvimento econômico dos países capitalistas. É nos anos de 1950 no Brasil que o desenvolvimentismo ganha força, e seus preceitos são popularizados entre os grupos no poder das concentrações urbanas mais densas no país. A consequência direta dessa ideologia no Brasil foi o investimento do estado em infraestrutura para o desenvolvimento da iniciativa privada, além do evidente aumento na procura por cursos de nível técnico e superior na área das engenharias.

Tendo em vista a articulação desse grupo em projetos tão presentes no cotidiano da cidade até os dias atuais, mostra-se necessário um estudo voltado especificamente para compreender quem são, o que fazem e o que pensam esses indivíduos que usam da posição privilegiada de poder e das articulações com lideranças políticas

para pôr em prática os seus projetos, propagandeados como uma necessidade não apenas de um grupo, mas de toda uma cidade.

A elite de Campina Grande, presente nas negociações políticas, mas de frequência reticente na discussão historiográfica, diz “trazer para a cidade” uma instituição de ensino superior responsável por guiar o município para uma nova fase de progresso. Com sucesso, esse grupo consegue criar e apoiar a instituição com fundos municipais até a federalização em 1974, quando a Escola Politécnica é transformada em campus II da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, o qual, em 2002, se desmembra para criar a Universidade Federal de Campina Grande – UFCG. A universidade se apresenta, portanto, como fruto direto de um projeto desenvolvimentista da elite local, presente no cotidiano e no imaginário da cidade, reforçando assim a necessidade de uma análise crítica sobre aqueles por trás de sua fundação e expansão.

REFERÊNCIAS

ARANHA, Gervácio Batista. As estações de trem nas cidades do Norte brasileiro como símbolos de um novo espaço-tempo (1880-1930). In: SOUZA, Antônio Clarindo Barbosa de. **Cidades e experiências modernas**. Campina Grande: EDUFCG, 2010.

CARDOSO, Heloisa Helena Pacheco. Desenvolvimento e modernização nas páginas do jornal *Estado de Minas* nos anos 1950. In: PAULA, Dilma Andrade de, CORRÊA, Maria Letícia (Org.). **Intelectuais e Desenvolvimento**. Perspectivas da pesquisa em história. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2015.

CODATO, Adriano. A transformação do universo das elites no Brasil pós-1930: uma crítica sociológica. In: HEINZ, Flávio Madureira. **História Social de Elites**. p. 56-74. São Leopoldo: Oikos, 2011.

LOPES, Stênio. **Escola Politécnica de Campina Grande**. Uma experiência de desenvolvimento no Nordeste. Campina Grande: Tecnal, s/d.

_____. **Campina Grande e seu destino**: Uma Cidade de Muitas Conquistas e uma Grave Ameaça. Campina Grande: Eduepb, 2014.

SOUSA, Fábio Gutemberg Ramos Bezerra de. Campina Grande: cartografias de uma reforma urbana no Nordeste do Brasil (1930-1945) In: **Revista Brasileira de História**. v. 23, n. 46, p. 61-92. São Paulo, 2003.

SOUZA DO Ó, Edvaldo de. Politécnica. **Primeira Escola Superior de Campina Grande**. Campina Grande: Editora Campina Grande Ltda., s/d.

SYLVESTRE, Josué. **A Trajetória Interrompida de Félix Araújo**. João Pessoa: A União, 2004.

A ESCOLA POLITÉCNICA E O DESENVOLVIMENTO: DISCURSOS DO *DIÁRIO DA BORBOREMA*

Fábio Ronaldo da Silva

INTRODUÇÃO

A imprensa ocupa uma posição de grande destaque nas sociedades contemporâneas. Como uma organização política formadora de opinião, é capaz de conduzir a opinião pública para a aceitação ou recusa de determinados projetos políticos.

Segundo Ciro Marcondes Filho (1986), os meios de comunicação efetivamente colaboram com a formação de opinião. “É incorreto dizer que eles somente a reforçam: em alguns sentidos e em casos muito específicos, eles exercem uma ação verdadeiramente condutora” (p. 21). Dessa forma, é importante sempre considerar os discursos divulgados pela mídia imprensa, devido ao seu caráter multiplicador, de fundamental importância para construção da identidade social, na medida em que, por um lado, instauram a possibilidade de novos discursos e, por outro, interferem na construção do nosso cotidiano e na forma como configuramos as relações sociais e a memória.

Os fatos, que são a matéria-prima com a qual opera a imprensa, têm uma ligação com interesses políticos e econômicos, e práticas sociais que, na nossa sociedade, estão relacionados com os interesses de grupos ou classes. Abordá-los acriticamente significa

não levar em conta a sua natureza. Ademais, uma abordagem neutra, se isso fosse possível, suporia a imprensa como órgão neutro na sociedade, distante dos conflitos de interesses e de concepções de mundo. Por isso, torna-se importante estudar e problematizar a imprensa local, em especial, pois é onde estamos inseridos e é através dela que buscamos nos manter informados sobre o que acontece na cidade.

A escolha pelo jornal *Diário da Borborema* (DB) como uma das fontes para a análise da história da Escola Politécnica da Paraíba se deve ao fato de ser o único jornal contemporâneo a essa instituição de ensino superior que possuía circulação diária, ao contrário de outros periódicos que, em sua maioria, eram diários; depois, por várias questões - dentre elas, as de caráter financeiro -, passaram a ser semanais, mensais até deixarem de ser publicados. Outro motivo para nossa escolha pela pesquisa nos arquivos do DB foi a questão de que, desde a sua fundação, em 02 de outubro de 1957, até 01 de fevereiro de 2012, foi o periódico que mais trouxe notícias sobre a cidade de Campina Grande. Mesmo nos seus primeiros anos, quando muitas notícias vinham de agências, havia em torno de vinte matérias sobre os acontecimentos na cidade. Um segundo motivo que nos fez escolhê-lo se deve a recursos financeiros, pois grande parte do acervo, quase que completo, desses jornais que circularam em Campina Grande no período de funcionamento da Escola Politécnica da Paraíba se encontra na cidade de João Pessoa, o que nos exigiria um investimento ainda maior de tempo e recursos.

Quanto ao recorte temporal, a escolha pelo ano de 1957 corresponde ao ano em que foi criado o periódico *Diário da Borborema*; e 1961, um ano depois que o presidente Juscelino Kubitschek assinou

o Decreto nº 50.148, federalizando a Escola Politécnica, juntamente com mais nove cursos de nível superior existentes em João Pessoa, criando dessa maneira a Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

Cabem aqui algumas considerações teóricas sobre o nosso recorte. Orlandi (1984) o define como “uma unidade discursiva”, esclarecendo que uma unidade discursiva compreende “fragmentos correlacionados de linguagem e situação”. Portanto, para a autora, um recorte é um fragmento de uma situação discursiva e o princípio segundo o qual “se efetua o recorte, varia segundo os tipos de discurso, segundo a configuração das condições de produção e mesmo os objetivos e o alcance da análise” (p. 14). É por isso que, na constituição do nosso *corpus*, embora o façamos apontando seções, não foi esse o fator previamente determinante. O movimento foi inverso. Observadas as marcas, procuramos os lugares “privilegiados” para compreendê-las.

PRIMEIRA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR

De acordo com Lopes (1989), a implantação do ensino superior em Campina Grande era uma aspiração idealizada por muitos na década de 50, ou mesmo em datas que antecederam essa década, e para se tornar realidade muitos obstáculos tiveram que ser vencidos. Um dos principais motivos para a implementação de uma escola de nível superior em Campina Grande foi para atender aos estudantes que desejavam seguir carreira universitária, pois, por falta de uma instituição de ensino superior na cidade de Campina Grande, estes

se viam obrigados a se deslocarem para outros estados ou mesmo outras regiões a fim de fazerem uma graduação.

O caminho empreendido pelos fundadores foi árduo, todavia bem estruturado. Eles findaram com a ideia de ser criada uma escola de caráter técnico-científico, que, segundo DO Ó (s/d), era uma ideia do governador José Américo de Almeida.

Os argumentos foram seguros e unânimes, passando-se logo a outra sugestão, que foi a da criação de uma Escola Politécnica, começando com o curso de Engenharia Civil. Aceita unanimemente essa ideia, designou-se uma comissão constituída dos srs. José Marques de Almeida Jr., Giuseppe Gióia, Austro de França Costa e Antônio da Silva Morais, para posteriormente se reunirem e redigirem um convite a todos os técnicos do Estado, solicitando-lhes a presença a uma reunião, em que o assunto fosse mais largamente debatido. (DO Ó, s/d, p. 25)

Os debates para a criação da Escola Politécnica prosseguiram até que, em 6 de outubro de 1952, em reunião presidida pelo general Oliveira Leite com técnicos e realizada na Associação Comercial de Campina Grande, foi criada a Escola Politécnica de Campina Grande com o curso de Engenharia Civil, sob a Lei nº 792, no governo de José Américo de Almeida. Todavia, seu funcionamento só foi autorizado em 14 de julho de 1953, através do Decreto Federal nº 33.286, aprovado pelo então presidente Getúlio Vargas. O primeiro vestibular da Politécnica ocorreu em 1954, e o reconhecimento do curso em outubro de 1958. Ainda neste último ano, formou-se a primeira turma de engenheiros da escola.

Sob a direção do engenheiro e professor Antônio da Silva Morais, a instalação da Escola Politécnica na cidade foi um problema. De início, ela foi alojada no Colégio Estadual de Campina Grande em 1954 (atual Escola Estadual de Ensino Médio Dr. Elpídio de Almeida); em 1957, foi transferida para o antigo prédio do Colégio Sólon de Lucena (prédio onde funciona o Museu de Arte Assis Chateaubriand - FURNE¹⁶); e, em 1961, foi transferida para o bairro de Bodocongó, onde foi construída sua sede definitiva, local onde permanece até os dias atuais, agora como Universidade Federal de Campina Grande (UFCG).

O período de criação e implantação da Escola Politécnica foi marcado pela necessidade e pelo entusiasmo de homens de inabalável determinação que, conforme José Stênio Lopes em entrevista ao Projeto Memória, eram “homens que se encontraram no tempo e no lugar certo”. Todavia, nem sempre as coisas funcionaram da maneira idealizada, e o sonho se chocava com realidades adversas, em que o retrocesso e o progresso caminhavam juntos, em meio às dificuldades de uma região fortemente marcada pelas desigualdades sociais.

Segundo Adalberto Machado Moita¹⁷, a Escola era como uma segunda casa, principalmente para aqueles que eram de outros estados: “(...) Dr. Antônio Morais mantinha a Escola aberta praticamente 24 horas por dia, inclusive aos sábados e domingos”. De acordo com Moita, cerca de 90% dos alunos que compunham o quadro discente não eram de Campina Grande, mas sim, de outros

¹⁶ Localizado na Rua Floriano Peixoto, no centro da cidade de Campina Grande.

¹⁷ Ex-aluno da Escola Politécnica da Paraíba em entrevista concedida ao Projeto Memória: Ciência e Tecnologia em Campina Grande.

estados. “A clientela da Escola Politécnica da Paraíba não se resumia a Campina Grande e estendia seus ensinamentos para diversos outros estados”, afirmou o ex-aluno.

Nesses termos, o que se pode perceber é que o malabarismo empreendido pelos fundadores obteve êxito em sua tentativa de manter a proposta de uma escola técnica de nível superior, com a criação de um curso de Engenharia Civil e a realização do ideal de progresso que desejavam para a cidade de Campina Grande.

Na década de cinquenta, também foi criada a Faculdade de Ciências Econômicas (FACE), que funcionava no campus universitário do bairro de Bodocongó, no prédio onde está instalada a reitoria e parte da administração superior da UFCG.

Vemos nascer, ainda nessa década, a Fundação para o Desenvolvimento da Ciência e da Técnica (1952), a Faculdade Católica de Filosofia de Campina Grande (1955), a Faculdade de Serviço Social de Campina Grande (1957) - origem da Universidade Regional do Nordeste (URNE). Foram também criadas, nessas décadas de 50 e 60, várias empresas municipais e órgãos voltados para o desenvolvimento da cidade: a Companhia Municipal de Desenvolvimento (COMUDE), a Saneamento de Campina Grande Sociedade Anônima (SANESA), a Companhia de Eletricidade da Borborema (CELB), o Fundo de Desenvolvimento Agro-Industrial (FADIN), o Banco de Fomento da Produção (BANFOP), a Companhia de Industrialização do Estado da Paraíba (CINEP), a TELINGRA - empresa de serviços telefônicos, dentre outras.

Dessa forma, partimos do pressuposto de que a história da ciência e tecnologia em nossa cidade passa pela criação desses cursos

de ensino superior. E estes tiveram relação com iniciativas e realizações voltadas para a pesquisa em ciência e tecnologia e para o desenvolvimento da cidade e região.

COM A PALAVRA, OS EDITORIAIS

Os editoriais analisados são de autoria de José Lopes de Andrade¹⁸ e do diretor do SENAI, José Stênio Lopes¹⁹, dois editorialistas que escreviam para o jornal nas colunas “Instantâneos da

18 Lopes de Andrade nasceu no dia 28 de julho de 1914, em Queimadas, estado da Paraíba, falecendo no Rio de Janeiro em 13 de abril de 1980. Foi aluno da turma pioneira do curso de História e Geografia da Universidade Federal da Paraíba. Já formado, exerceu o cargo de secretário da Prefeitura de Campina Grande; foi nomeado chefe da Casa Civil do governador José Américo de Almeida. Foi designado Ministro da Viação e Obras Públicas. Lopes de Andrade ocupou a Chefia do Serviço de Documentação deste Ministério, só voltando à Paraíba ao término do mandato do ministro. Instalou-se em Campina Grande e retornou às suas funções docentes. Informação disponível no site: <http://www.iguatemicampina-grande.com.br/v_evento.asp?id=42>. Acesso em: 18 out. 2006. É importante acrescentar que, enquanto chefe da Casa Civil do governador, além de redigir a mensagem de criação da Escola Politécnica, redigiu ainda os principais documentos quando do início da Escola.

19 Segue trecho da entrevista concedida ao Projeto Memória onde Lopes nos fala quando começou a escrever para o Diário da Borborema: “Quem ocupa a posição de diretor do SENAI chega numa posição de certa evidência e tem alguns contatos (...). Eu me relacionei muito bem com os industriais da época, me tornei até amigo do prefeito da época, que era Elpídio de Almeida, com Lopes de Andrade, Edvaldo do Ó, José Paulino Costa Filho, José Gaudêncio de Brito, era uma turma jovem muito interessante e eu fiquei bem relacionado com eles todos. Outra coisa que me ajudou muito, em 1958, o Assis Chateaubriand resolveu fundar um jornal em Campina Grande, o Diário da Borborema; em 1958, em Fortaleza, eu trabalhava no SENAI e trabalhava em um jornal também (...) quem veio fundar o jornal, quer dizer fazer o jornal funcionar, foi o meu editor lá em Fortaleza, onde eu trabalhava, chamava-se O Diário, jornal dos Diários Associadas, quando ele soube que eu estava aqui em Campina Grande, ‘mas, rapaz, isso é uma beleza! Você vai trabalhar conosco aqui’. Então o jornal Diário da Borborema foi fundado na base de Epitácio Soares, Lopes de Andrade e o Nilo Tavares e esse rapaz inesquecível Felizardo Montalverne, veio aqui abrir o jornal, mostrar como era que funcionava, explicar tudo e foi embora para Fortaleza, e eu fiquei no jornal (...)”

Cidade” e “Encruzilhadas”, respectivamente. Esta última, no início da década de 60, ganhou outro nome, sendo chamada de “Rosa dos Ventos”. Nesses editoriais, falava-se, dentre outros assuntos, sobre o cenário sociopolítico e econômico campinense da época.

Optamos por apresentar os editoriais completos e, em seguida, fazer nossas considerações. Nossa análise não será feita necessariamente de forma cronológica, mas de acordo com os temas que serão abordados no decorrer de sua apreciação.

Analisaremos os editoriais vendo-os como um “outro meio” de se passar a notícia. E, como afirma Orlandi (2001, p. 153), “os meios não são indiferentes aos sentidos, não são apenas veículos neutros. Podem ser pensados como um ‘instrumento’ no domínio da informação”.

O primeiro editorial analisado tem como título “Auxílio à Politécnica” e informava aos leitores que,

MOSTROU-SE o deputado João Agripino entusiasmado com a construção da nova sede da Escola Politécnica de Campina Grande.

Pôde ele ver que a obra está sendo empreendida não somente com o máximo de economia, como ainda obedecendo aos melhores padrões de técnica e oferecendo outrossim campo para a observação dos alunos daquela ativa unidade do ensino superior em nosso Estado.

Pode-se dizer - e temo-lo dito - que a grande vantagem da Escola Politécnica de Campina Grande é ser ela dotada de um corpo de dirigentes e de professores do tipo inteiramente diverso do padrão

comum dos professores de curso superior. Em vez de catedráticos empavados em suas cadeiras, muitas vezes tão empavonados quanto vazios de ciência e dedicados a formar aqui um núcleo não somente de profissionais competentes na arte da engenharia de construções, mas ainda um centro de rapazes voltados para o estudo sério e para uma atitude científica diante da profissão que irão abraçar.

Tudo isto viu de relance o deputado João Agripino em seu contacto com a Escola Politécnica de nossa cidade. E de tal modo se entusiasmou com o que pôde observar que não se furtou a uma promessa de elevado sentido imediato para os dirigentes daquela Escola: disse êle que, na medida de suas forças, fará dotar no orçamento da República a Escola Politécnica de verbas que sejam suficientes para a conclusão de sua sede até 1964. Naquele ano, em que se comemorará o primeiro centenário de Campina Grande como cidade, poucos marcos tão significativos poderiam ficar como a nova sede, inteiramente construída, da nossa mais pujante Escola Superior.

O deputado João Agripino não é campinense. No entanto, poucos de nossos representantes no Congresso, seja na Câmara, seja no Senado, se tem tão fortemente interessado pelo progresso de nossa cidade. Seja dito isto em favor do brilhante parlamentar paraibano que tem exercido com respeito de todos os seus pares na Câmara o espinhoso mister de líder da União Democrática Nacional.

A Fundação para o Desenvolvimento da Ciência e da Técnica, criado em nossa cidade pelo prefeito Elpídio de Almeida, mereceu do deputado de Catolô do Rocha igual solicitude como a Escola Politécnica. Aliás, disse êle, em discurso no jantar que lhe foi oferecido pela Fundação, que em seu espírito não dissociava as duas entidades. (ANDRADE, DB, 24/06/1960)

O texto fala da visita do deputado paraibano João Agripino Filho²⁰ à Escola Politécnica quando ela estava sendo construída no bairro de Bodocongó, em Campina Grande. Além de destacar a ótima estrutura do prédio que estava sendo construída, cita a boa qualidade de professores e alunos, estando estes interessados em difundir a cultura e a ciência, por terem consciência e responsabilidade da profissão que iriam assumir. Isso, segundo o editorialista, foi suficiente para fazer com que o deputado João Agripino mantivesse o interesse em buscar verbas para a concretização do prédio da Politécnica em 1964, ano em que a cidade de Campina Grande completaria 100 anos, sendo a sede da Escola um grande marco para a cidade.

É possível perceber a ideia de pertencimento²¹ à cidade: “Tudo isto viu de relance o deputado João Agripino em seu contato com a Escola Politécnica de nossa cidade”. Lopes, ao usar pronome possessivo na terceira pessoa do plural, circunscreve um espaço para

20 Paraibano de Catolé do Rocha, João Agripino Filho nasceu em 19 de março de 1914. Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito do Recife, foi líder estudantil, fazendo parte do grupo que se opunha ao Integralismo e ao nazismo. Foi professor primário, promotor público no Rio Grande do Norte e na Paraíba, e advogado de pequenos camponeses. Um dos fundadores da União Democrática Nacional (UDN), candidatou-se nessa legenda pelo seu Estado, em 1946, cumprindo sucessivos mandatos até 1961. Licenciou-se, neste ano, para ser o primeiro titular do Ministério das Minas e Energia, permanecendo poucos meses no cargo e voltando à Câmara Federal. Foi reeleito e, em 1962, elegeu-se ao Senado. Apoiou o movimento militar que, em 1964, depôs o presidente João Goulart; com a instauração do bipartidarismo, filiou-se à Aliança Renovadora Nacional (ARENA). Foi governador da Paraíba de 1966 a 1971; diretor do Banco Industrial de Campina Grande; ministro do Tribunal de Contas da União (TCU), do qual foi presidente. Com a volta do pluripartidarismo, filiou-se, em 1981, ao Partido Popular (PP), e, com a incorporação deste ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), elegeu-se deputado federal, nessa legenda, em 1982. Informação disponível em: <<http://www.alepe.pe.gov.br/perfil>>.

21 De acordo com Halbwachs (1990), a função da memória coletiva institucionalizada é a de definir e reforçar, numa tentativa mais ou menos consciente, sentimentos de pertencimento e de fronteiras entre coletividades diferentes (partidos, igrejas, famílias, nações, etc.) e para que essa função seja exercida, é necessário um trabalho de “enquadramento” da memória.

os leitores do *Diário da Borborema* e, em especial, aqueles que leem o editorial. Estabelecer cumplicidade com o leitor é um gesto que não se faz nas matérias. Por isso, buscamos compreender a dimensão interdiscursiva da interlocução com os leitores.

Podemos perceber que o texto já busca construir a imagem de uma escola magnificente, que contribui para a formação de engenheiros que poderão levar o progresso para outros locais e, por este fato, o deputado se dispôs a ajudá-la com verbas provindas do Senado.

Compreende-se ainda que o editorial é construído, quase que completamente, falando de um fato do nosso cotidiano, isto é, a construção de um período. A vida cotidiana apresenta-se como uma realidade interpretada pelos homens e subjetivamente dotada de sentido para eles na medida em que forma um mundo coerente.

O mundo da vida cotidiana surge do pensamento dos homens comuns e se torna, assim, real para eles. Temos consciência das múltiplas realidades que nos constituem – sabemos a distinção entre a vida cotidiana e o mundo dos sonhos, por exemplo, mas sabemos também que o mundo real, por excelência, é aquele da vida cotidiana, em que estamos em vigília o tempo todo. É exatamente pela linguagem que os objetos dessa vida ganham sentido, pois, essencial para a compreensão da realidade da vida cotidiana, ela é o principal sistema de sinais da sociedade. “A linguagem é capaz de se tornar o repositório objetivo de vastas acumulações de significados e experiências, que pode então preservar no tempo e transmitir às gerações seguintes” (BERGER E LUCKMANN, 1995, p. 57).

Quando falamos, o que dizemos se torna mais palpável ao ser ouvido por nós mesmos. Em outras palavras, a própria subjeti-

vidade se torna mais real pela linguagem. “Por meio da linguagem, um mundo inteiro pode ser atualizado a qualquer momento” (idem, p. 60). Vale lembrar que a linguagem, ao mesmo tempo em que constitui a realidade da vida cotidiana, também auxilia a transcendê-la – quando se fala de um sonho, por exemplo. A linguagem oferece papel imprescindível também no processo de institucionalização:

A linguagem assegura a superposição fundamental da lógica sobre o mundo social objetivado. O edifício das legitimações é construído sobre a linguagem e usa-a como seu principal instrumento. Assim, a ‘lógica’ atribuída à ordem institucional faz parte do acervo socialmente disponível do conhecimento, tomado como natural e certo. (BERGER; LUCKMANN, 1995, p. 92)

O papel do discurso na mudança social e, portanto, na constituição da sociedade é analisado no campo da análise crítica do discurso por Fairclough (2001). Em sua explicação sobre a teoria social do discurso, ele afirma que “o discurso é uma prática, não apenas de representação do mundo, mas de significação do mundo, constituindo e construindo o mundo em significação” (p. 91). O autor se refere, aqui, ao termo discurso como o uso da linguagem, como forma de prática social. A constituição discursiva da sociedade vem da prática social concreta e pode promover mudanças ou ajudar a reforçar o *status quo* vigente.

Tanto no primeiro editorial analisado quanto nos próximos, poderemos perceber que, em sua grande maioria, tentam criar e reforçar no imaginário dos leitores a ideia de uma Campina Grande científica e tecnologicamente desenvolvida graças à implantação da

Escola Politécnica na cidade. Tal ideia só foi sendo assimilada devido à credibilidade que o *Diário da Borborema* obteve, não apenas por ser diário, mas também pelas pessoas que escreviam para o jornal.

Sobre a questão de credibilidade, Schutz e Luckmann (2003) afirmam que: “El grado de credibilidad del conocimiento socialmente distribuido está bastante más esencialmente codeterminado por la ‘autoridad’ de la fuente²²” (SCHUTZ; LUCKMANN, 2003, p. 165). A credibilidade é considerada, pelos autores, a dimensão mais importante na aquisição de conhecimento. Como o discurso da mídia é apreendido pelo senso comum como um discurso de autoridade, de quem sabe mais para quem sabe menos, ele conta com um elevado grau de credibilidade.

O poder da mídia na construção social da realidade, decerto, precisa ainda ser estudado com mais afinco. Spink e Medrado (2000) ressaltam que a mídia não somente faz circular conteúdos simbólicos, mas também “possui um poder transformador ainda pouco estudado – e, talvez, ainda subestimado – de reestruturação dos espaços de interação, propiciando novas configurações aos esforços de produção de sentidos” (idem, p. 58). Eles coadunam com o pensamento de Fairclough no que diz respeito à construção social da realidade pela linguagem – no caso, pela linguagem da mídia:

A concepção de fatos como construções sociais pressupõe que os métodos produzem, antes de tudo, versões de mundo, podendo ter maior ou menor poder performático, dependendo do con-

22 O grau de credibilidade do conhecimento socialmente distribuído é muito mais essencialmente co-determinado pela “autoridade” da fonte.

texto de produção, do momento histórico, das relações sociais em que ocorre essa produção, aliados à intencionalidade de quem produz e do grau de conformidade de quem recebe. (FAIRCLOUGH, 2001, p. 61)

No próximo editorial, é interessante observar que, mesmo tendo estrutura similar, no próprio texto o autor denomina-o de *suelto*, assim, fica subentendido que será feita uma pequena análise sobre um fato da atualidade, que, na época, era a necessidade da implementação, na Politécnica, de algum curso de língua estrangeira para os universitários daquela instituição.

A ESCOLA POLITÉCNICA dessa cidade, por seus docentes e sua diretoria, nos merece o maior respeito em nosso meio. Há, sobretudo, o espírito novo, que anima e orienta os seus professores e os seus dirigentes, o qual se tem revelado em iniciativas as mais felizes. Bastaria citar o sistema de ministrar certas aulas teóricas nos próprios locais (barragens, pontes, estruturas de concreto armado, fábricas, etc.) onde os princípios são na prática, para se ter elevada ideia dos métodos vigentes na nossa Politécnica.

A iniciativa da criação, primeiramente como curso de extensão, futuramente como matéria do currículo de extensão, futuramente como matéria do currículo, de uma cadeira de Problemas do Nordeste, é outra mostra patente do espírito novo a que nos referimos.

Neste *suelto*, desejamos, com a devida vênua, fazer uma sugestão aos homens da Escola Politécnica. Trata-se da criação de cursos especiais de línguas (inglês, francês e alemão) para os estudantes de engenharia, de modo a que êstes possam, quando diplomados, abeberar-se nos livros técnicos publicados naquelas três línguas, a fim de ficarem, pela vida profissional em fora perfeitamente a ar dos avanços

da técnica, a qual, afinal de contas, nos vem em maior parte dos Estados Unidos e da Inglaterra, da França e países de língua francesa, da Alemanha, e outros países de língua alemã.

O que se pretende de línguas estrangeiras no nosso curso secundário é flagrantemente insuficiente para o consumo próprio do estudante do curso superior. Sem cursos especiais de línguas, o estudante brasileiro não lê nem traduz simples trechos literários de francês ou inglês, quanto mais textos escritos em linguagem técnica.

Um simples instrutor do SENAI não pode ser completo, se não souber pelo menos inglês para aperfeiçoamento de seus conhecimentos técnicos. Um engenheiro não pode prescindir das três línguas que citamos. E não poderá aprendê-las senão por meio de cursos especiais, ministrados por professores especializados. (LOPES, DB, 11/01/1968)

Além de elogiar a diretoria da Escola e os professores dessa instituição, Lopes fala do dinamismo das aulas práticas²³ em locais como barragens, fábricas, dentre outros locais, e fala do curso de Problemas do Nordeste - inicialmente curso de extensão e que depois a Politécnica transformaria em disciplina curricular. Mesmo não sendo esses os assuntos do editorial, o autor faz questão de mostrar que a Politécnica contribui para o crescimento da cidade e para a solução de problemas que envolvem não só a Paraíba, mas também o Nordeste.

Tal afirmação também pode ser encontrada em livro onde Lopes (1992) afirma que, na década de 50 do século XX, Campina Grande se apresentava como um dos maiores centros de atividades

²³ Uma das características que diferenciava a Escola Politécnica de outras instituições de ensino superior era a de ministrar aulas práticas em locais ao ar livre, especialmente naqueles onde os estudantes pudessem pôr em prática os conhecimentos adquiridos nas aulas teóricas.

na Paraíba; e que, em 1955, a arrecadação de impostos superou a de Manaus, João Pessoa, Aracaju, Maceió, Natal, São Luís, Florianópolis, Teresina e Cuiabá.

Sob a lógica do desenvolvimento, o periódico *Diário da Borborema* estaria trazendo para si, seja através de notícias, editoriais ou artigos, a responsabilidade de ser o principal difusor da imagem de uma Campina Grande desenvolvida, moderna e de ares progressista. Entretanto, ao mesmo tempo em que o editorial mostra a modernização da cidade, com que a Politécnica também contribui, o autor atenta sobre a importância da ampliação da qualidade de formação dos alunos do curso de Engenharia Civil, alertando para a necessidade do aprendizado de novas línguas:

Percebemos que Lopes incentiva a capacitação dos professores e alunos no que tange a uma maior instrumentalização, em especial, ao aprendizado de línguas estrangeiras. Havia a necessidade de mostrar a importância da qualificação desses futuros engenheiros, não apenas para eles, enquanto alunos da Escola Politécnica, mas também para os professores e para a própria direção daquela instituição, no intuito de oferecer à sociedade pessoas que, além de formadas em uma área tecnológica, poderiam versar em outras línguas.

Vejamos o que relata o próximo editorial.

INTERCÂMBIO CULTURAL

A necessidade de intercâmbio cultural entre centros menos adiantados torna-se uma necessidade cada vez mais sensível.

Em nossa cidade, a Escola Politécnica tem sabido socorrer-se da cultura proveniente de outros centros, quando contrata professores de fora para ministrar aulas e orientar estudos de seus alunos. Da mesma forma, o Hospital Alcides Carneiro vem realizando com o melhor êxito o intercâmbio cultural com outros centros, trazendo para cá, para cursos rápidos, conferências ou assistência durante algum tempo, especialistas de alto grau, mandados do Rio de Janeiro ou de outras capitais.

Há poucos dias, em palestra no Rotary Club local, o dr. Rego Lins, autoridade em obstetrícia, que está atuando junto ao Hospital do IPASE e deverá permanecer entre nós cerca de um mês, dizia da necessidade de o médico tornar-se um eterno estudante.

O mesmo se poderia dizer do engenheiro, do bacharel em Direito, do dentista, do agrônomo, do professor, enfim de qualquer especialista e técnico. Campina Grande está um pouco à margem dos poderosos influxos dos grandes centros culturais. Com exceção dos cursos acima mencionados, da Escola Politécnica e do Hospital do IPASE, permanecemos entregues ao nosso quase auto-didatismo, depois de deixados os estudos para o ingresso nas atividades práticas.

A Fundação para o Desenvolvimento da Ciência e da Técnica tem procurado fazer alguma coisa nesse sentido, vale frisar. Já fez realizar aqui um simpósio de assuntos econômicos e tem programa de realizações no mesmo sentido desde que possa contar com recursos para a contratação de especialistas.

Resta a Faculdade de Filosofia. Mas também os colégios poderiam promover reuniões de estudos, trazendo professores de fora, mas em dia com as matérias e com os novos processos didáticos que estão sempre experimentando melhoria.

De um ponto de vista muito mais modesto, o SENAI tem procurado mandar seus professores ao Sul

do país, procurando que eles vejam e observem processos modernos em uso em boas escolas daquele Serviço e empenhando esforços no sentido de que os estágios feitos pelo seu pessoal docente possam produzir frutos, mesmo quando é necessário fazer despesas para o reaparelhamento de oficinas ou de salas de aula.

Agora mesmo, no ensino primário, podemos louvar a injeção de vida nova que deverão trazer professores que, por conta do INEP, realizaram curso de preparação para ensinar trabalhos manuais nos Grupos Escolares, em oficinas de iniciação profissional que estão sendo construídas em nossa cidade, uma delas junto ao Externato S. Vicente e outra no Grupo Escolar Félix Araújo.

Devemos incentivar ao máximo essa comunicação e intercâmbio de cultura e de técnica. Devemos criar entre nosso pessoal de nível superior, médio e elementar condições de estudo permanente. (LOPES, DB, 30/01/1960)

Os editoriais de 11/01/1958 e de 30/01/1960 falam da importância de se conhecer novas línguas e ter contato com diferentes instrutores, especialistas e professores que tenham tido alguma experiência ou contato com outras culturas. Percebe-se que a Escola Politécnica ganha destaque por ser a única instituição de ensino superior campinense que se preocupava em trazer, para dar aulas, professores de outras cidades²⁴ e até países. Pêcheux (1999a, p. 57) afirma que, “na própria prática do discurso jornalístico, no ‘como se diz’, já se encontra aí embutido o ‘quem vai ler’”. Podemos inserir essa afirmação na construção discursiva do seu leitor. Discursiva porque

24 A Escola Politécnica de Campina Grande possuiu, entre seus docentes, vários que vieram de outras instituições, a exemplo do professor José Rezende Pereira Neto, engenheiro eletrônico oriundo do Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA).

estamos trabalhando com a materialidade da língua cuja ordem simbólica, afetada pelo interdiscurso, produz sentidos.

Por trás desse discurso, há a ideia de que a Politécnica era, segundo o editorialista, a única instituição que se preocupava com o processo ensino-aprendizagem, objetivando a qualidade do profissional e do cidadão que se pretendia formar. Apenas o SENAI²⁵ (Serviço Nacional de Aprendizagem) de Campina Grande, escola de nível industrial, é que se preocupava, segundo o autor, a investir no intercâmbio cultural dos seus professores.

Veremos a seguir uma sequência de editoriais que falam sobre a formatura da primeira turma de engenheiros da Escola Politécnica. Perceberemos, tanto no texto de José Stênio Lopes quanto no de Lopes de Andrade, a importância que eles dão ao fato, mas não pela formação desses engenheirandos, e sim, pela formação que estava sendo oferecida pela Escola Politécnica de Campina Grande, “escola superior que nenhuma outra cidade do interior do país, em toda região Norte/Nordeste conseguiu instituir e manter”, como afirma um dos editoriais que seguem. Os dois primeiros editoriais são de 1958 e o terceiro, que é sobre formatura, mas não da primeira turma, é de 1961, ano em que a Politécnica foi federalizada.

Deixar de encher as ruas de pernas

Vai a Escola Politécnica desta cidade diplomar neste ano os seus primeiros engenheirandos civis, em número de 8, os primeiros, aliás, a se formarem na Paraíba.

25 O Departamento Regional do SENAI da Paraíba foi criado no dia 28 de dezembro de 1952, com sede em Campina Grande. No entanto, só a partir de 1953, o DR/PB passou a ter existência própria, tendo como primeiro diretor Regional o professor Amaro Salvatore Simoni.

O que isto representa para o progresso do Estado e do interior da Região que habitamos somente os que sentem, diretamente, a necessidade de técnicos de nível superior podem avaliar.

Não está ainda a Escola Politécnica devidamente instalada para a especialização de seus engenheiros de modo a atender a todas as exigências da evolução econômica. Mas isto tem de ser levado à conta do pouco tempo que ela começou a atuar.

A Prefeitura de Campina Grande, para poder dispôr de um engenheiro eletro-técnico, necessita contratar os serviços de um profissional em Recife que vem de 15 em 15 dias dar assistência, que é reclamada a toda hora pela rede de distribuição local.

O mercado de mão de obra especializada de ensino superior caracteriza-se por uma procura desesperada e uma oferta cada dia menor do que no dia anterior.

Esta competição pelo engenheiro tem elevado os salários desse tipo de técnico de nível superior a alturas astronômicas. As ofertas feitas cobrem praticamente todos os índices inflacionários, situando-se às vezes na raia dos absurdos.

Não sei como as famílias de classe média ainda encorajam os seus filhos a estudarem Direito, Filosofia e outras profissões liberais em que a procura de profissionais, mesmo os mais competentes e experimentados, é cada vez menor e mais mal paga.

Havendo em Campina Grande uma Escola de Engenheiros reconhecida em caráter definitivo pelo Governo da República, compreende-se que alguns pais esnobes mandem ainda os seus filhos estudar em Recife ou até Rio de Janeiro e São Paulo.

Mas os pais membros da classe média, que fazem esforços inauditos para custear o estudo de seus filhos, de modo nenhum descartam incorrer no mesmo erro, que só a verdade sustentada pelos lucros inflacionários pode justificar.

Um engenheiro mal sai hoje da Escola encontra imediatamente quem o empregue com ordenados mensais de 15 e 25 mil cruzeiros. E se o diplomado for um rapaz com inteligência e capacidade técnica acima da média, não faltará oportunidade para fazer uma carreira que nas demais profissões liberais não lhe ocorreria senão depois de 5 a 19 anos de trabalhos estafantes.

E isto não se refere somente ao mercado de trabalho do Sul do país, como muitos podem pensar. Refere-se ao próprio mercado nordestino, caracterizado tradicionalmente pelo sub-emprego.

A Prefeitura de Campina Grande, mesmo que pudesse empregar um engenheiro exclusivamente para dirigir seus serviços elétricos, não o encontraria nesta cidade, nem em Recife, nem em Fortaleza, nem em qualquer das capitais dos estados do Nordeste, a não ser que estivesse em condições de cobrir as despesas feitas pelos grandes centros urbanos brasileiros, que chegam a pagar a um técnico, para seu uso próprio, ordenados de mais de 100 cruzeiros por mês e outras vantagens subsidiárias.

Por outro lado, aquela antiga ideia que todos repetem de que o estudo de engenharia é um privilégio de rapazes excepcionalmente dotados de inteligência, já não tem nenhum cabimento com os métodos modernos de ensino. Qualquer rapaz pode ser um engenheiro competente e mesmo brilhante, se apenas dedicar-se a estudar, ao invés de passar os dias a encher as ruas de pernas e as noites a assistir cinemas sem qualquer proveito do desenvolvimento da comunidade. (ANDRADE, DB, 20/12/1958).

Lopes de Andrade fala sobre a importância da existência da Escola Politécnica de Campina Grande que, além de estar formando os primeiros universitários do estado da Paraíba, beneficia

não apenas a cidade e o estado, mas todo o país. Com a Politécnica campinense, o governo municipal não precisaria mais gastar grandes quantidades de dinheiro para trazer de outras regiões, técnicos ou engenheiros para realizarem determinados serviços. A Politécnica supriria essa carência.

Percebemos que Andrade desvaloriza alguns cursos superiores da área de humanas, a exemplo de Filosofia e Direito. Possivelmente isso se justifique pelo cenário político e econômico da década de 60, quando o Brasil e o Estado precisavam de pessoas cuja formação estivesse ancorada em sólidas bases tecnológicas, um perfil de profissionais diferente do que vigorava até então, quando a ênfase era para profissionais liberais, como médicos e advogados. As ciências exatas eram demasiadamente valorizadas, pois o país estava precisando de engenheiros e arquitetos.

Para que não houvesse um possível estranhamento dos seus leitores acerca da possível desvalorização dos cursos da área de humanas, o autor trabalha o assunto falando de acontecimentos que são do senso comum, em especial o que fala da importância de se estudar na Politécnica, diga-se de passagem, ao invés de “encher as ruas de pernas e as noites a assistir cinema sem nenhum proveito para o desenvolvimento da comunidade”.

O senso comum compreende o que podemos chamar de universo consensual, em oposição ao universo retificado tratado pelas ciências. Portanto, nenhum conhecimento especializado se faz necessário para a compreensão das representações, que “restauram a memória coletiva e lhe dão forma, explicando os objetos e aconte-

cimentos de tal modo que eles se tornam acessíveis a qualquer um e coincidem com nossos interesses imediatos” (MOSCOVICI, 2003, p. 52). Uma importante contribuição das representações sociais é justamente colocar o senso comum como objeto de estudo para ajudar a compreender os fenômenos sociais.

Procurando dar corpo à reflexão sobre a relação existente entre autoria e interpretação, Orlandi (1996a) enfoca a relação com o outro, mostrada; e o Outro, como constitutiva. Trazendo a especificidade do discurso, Orlandi (idem, p. 74) afirma que “o outro é o interlocutor (efetivo ou virtual) e o Outro é a historicidade, concebida sob a forma do interdiscurso”. Com essas considerações, continua a autora,

[...] podemos dizer que a posição-autor se faz na relação com a constituição de um lugar de interpretação definido pela relação com o Outro (o interdiscurso) e o outro (interlocutor). O que, em análise de discurso, está subsumido pelo chamado efeito-leitor. (ORLANDI, 1996^a, p. 74)

Assim, diante da injunção à interpretação, o autor fica determinado, de um lado, pela sua relação com o Outro – memória do dizer -, por isso não pode dizer coisas que não tenham sentido. Por outro lado, fica determinado pelo interlocutor – o outro efetivo ou virtual – e, portanto, deve expor coisas que tenham sentido para um interlocutor determinado. Especificando mais a questão, Orlandi (1996a) nos mostra que o “Outro não é o interlocutor, mas o lugar da alteridade constitutiva, presença do outro sentido no sentido, presença da ideologia” (p. 74). Dessa forma, fazer Engenharia era

sinônimo de progresso, não apenas intelectual, mas também para a cidade e o estado. Perceberemos, agora, o quanto o próximo editorial se afina com o último que acabamos de ler.

Ainda sobre senso comum e representação social, sabemos que a finalidade última de qualquer representação é a familiaridade, isto é, fazer com que algo antes desconhecido se torne familiar e mais facilmente compreensível. Experimentamos objetos e acontecimentos em graus variados de familiaridade. Há coisas que nos são próximas e outras das quais apenas ouvimos falar. Podemos ter, de acordo com nossos planos e desejos, maior ou menor interesse em adquirir familiaridade com algo, ou seja, minha familiaridade é suficiente para “meus próprios fins”. Em sentido mais amplo, o interesse em jogo aqui é pragmático e determina a aquisição e a interrupção do conhecimento.

No editorial “A Escola Politécnica”, além de buscar que o leitor se sinta familiarizado com o assunto tratado, o autor reforça a ideia de que Campina Grande é uma cidade que sempre está um passo à frente das demais cidades do interior nordestino, principalmente por ser esta a única cidade interiorana que conseguiu ter uma Escola Politécnica, sendo assim uma cidade de progresso e moderna.

Passemos agora para o próximo editorial, que tem como título “Saudações aos engenheirandos”.

Duas festas de formatura na cidade foram marcadas para o mesmo dia: a dos engenheirandos da Escola Politécnica e a dos bacharelados da Faculdade de Filosofia. Impossível a gente se bilocar para prestar aos jovens estudantes que ingressaram nas fileiras da

vida profissional e institucional o preito de uma admiração sincera e um parabéns de entusiasmo caloroso. Cada um desses jovens realiza seu ideal depois de uma batalha árdua. Agora é lançar-se à vida prática, onde eles vão sentir saudades fundas dos tempos de estudante. Um professor de mau gênio? Uma dificuldade nos exames? Um conflito com colegas? Um momento de apertura financeira? Tudo isto vai se lhes tornar suave recordação, quando tiverem de enfrentar as ambições, os ódios, a concorrência desleal, a má fé, os vexames que a sociedade dos seus semelhantes lhe atirará sobre os pés. Sob os pés, se eles elevarem bastante o espírito, porque, do contrário, será sobre suas cabeças que lhe cairá a maldade dos outros.

NESTA CRONIQUETA, quero saudar os jovens engenheirandos: Moita, Dahia, Paiva. Terei pena de não estar presente a sua festa, pois naquele mesmo dia nas suas mesmas horas de cerimônias festivas de recepção dos diplomas, estarei, querendo Deus, acompanhando outros amigos: os da Faculdade de Filosofia.

PODEM ELES estar certos de que, presentes ou ausentes, todos os amigos da Escola Politécnica lhes desejarão, no dia 8 de dezembro, os melhores votos de felicidade e êxito na vida. É mais uma turma que deixa a Escola e é como se fosse mais uma pedra no alicerce solidíssimo daquela unidade de ensino superior de nossa cidade, sob cujo padrão de eficiência almejamos que todas as outras se ajustem.

LEMBREM-SE Dahia, Paiva e Moita de que a Escola Politécnica precisa mais deles agora do que eles precisaram da Escola. Se mostraram, no exercício de sua profissão de engenheiros e competência profissional que devem ter haurido dos cursos, a decência

e a dignidade que, acima dos conhecimentos científicos e técnicos, valem e brilham mais nos homens e mais necessários são à sociedade, se derem por seu comportamento profissional e moral a prova do que foi e é a Escola Politécnica uma verdadeira matriz de perfeitos cidadãos, úteis à sua Pátria. O conceito e prestígio de uma entidade educacional não estão em seu prédio, em suas instalações, nem mesmo em seus professores: residem nos alunos que forma.

TODOS somos testemunhas do esforço empreendido pela direção da Escola para dotá-la de bons mestres, inclusive quando mandou buscar nos mais adiantados centros técnicos do Sul do país aqueles professores pagos pela COSUPI e que deixaram, realmente, na Escola um caminho. Não importa isto em dizer que os outros professores, os recrutados em nosso próprio meio, não fossem bons. Ao contrário, a grande maioria era e é de primeira qualidade, tendo ademais um fator primordial a valorizar-lhes a capacidade: o amor que sempre dedicaram à sua Escola.

OUTRAS gerações de estudantes passarão pela Politécnica. Mas, em verdade, não podemos desejar senão que eles, se não puderem ser melhores, sejam ao menos do padrão dos que até hoje encerraram ali a sua fase de preparação próxima e direta para a vida. (LOPES, DB, 02/12/1961)

Como podemos perceber, mesmo o editorial falando sobre a formatura de alunos dos cursos de Filosofia, da Faculdade de Filosofia (FAFI), e de Engenharia Civil, da Politécnica, os comentários sobre os últimos se sobrepõem à formatura dos primeiros. Naquele ano, estava se formando a quarta turma de engenheiros da Escola Politécnica, de onde saíram graduados: Alceu Vilela Paiva, Adalberto

Machado Moita e Adalberto Dahia. A formação de mais uma turma é, como diz Stênio Lopes, “como se fosse mais uma pedra no alicerce solidíssimo daquela unidade de ensino superior de nossa cidade, sob cujo padrão de eficiência almejamos que todas as outras se ajustem”.

O texto de Lopes inicialmente trabalha com a ideia de vitória alcançada pelos formandos, em especial os da Politécnica, mostrando de forma implícita um “relato de trajetória”, o que faz o leitor pensar no caminho percorrido por esses alunos, no “como terão a chance” de ser profissionais de destaque. Nesse caminho, a perseverança e o esforço pessoal de cada um desses formandos são significados como fundamentais. Ou, por trás desse discurso, há a ideia de que o sucesso está aí para todos, basta correr atrás. Mas quando se alcança tal sucesso através da Escola Politécnica, é algo bom não apenas para o nível pessoal, mas também para toda a sociedade de forma geral, pois a Escola não estaria a formar apenas um bom profissional, mas pessoas de honra e caráter, devendo esses alunos se orgulharem não apenas por serem engenheiros, mas por serem engenheiros formados na Escola Politécnica da Paraíba.

Os engenheiros Machado, Moita e Dahia, em especial, adquirem no editorial o estatuto de modelos, de exemplos a serem seguidos. É como se Lopes afirmasse: assim como eles, existem tantos outros e um deles pode ser você. Nesse aspecto, o sucesso profissional apresentado na discursividade desse editorial interpela o engenheiro a ter orgulho de si, pois é ou foi aluno da Politécnica.

Outro ponto que nos é mostrado no editorial é o da Politécnica como a instituição de ensino que é um modelo a ser seguido

pelas outras da cidade e do estado. Editoriais e notícias jornalísticas estão inseridos em um processo sócio-histórico de produção de sentidos, no interior do qual, as relações são fecundadas e permeadas pelas instituições produtoras de textos, que realizam o trabalho significativo da cultura. Por isso, “quanto mais complexa uma sociedade, mais complexa a semiose que a atravessa. O ideológico e o poder estão por toda parte, enquanto chaves de inteligibilidade do campo social” (VERÓN apud GREGOLIN, 2003, p. 104). Desta feita, é possível perceber o quanto estão cheios de intenções esses editoriais. Eles não apenas contribuía para que fosse construída, no imaginário, uma Campina da ciência e da técnica, mas fortaleciam também a imagem de uma cidade do interior que era capaz de se destacar não apenas em nível científico, mas também pelo desenvolvimento político, social e econômico; e estes dois últimos, com a ajuda da Escola Politécnica, modelo padrão de eficiência.

CONCLUSÃO

Para Nisbet (1985, p. 187), a partir do final do século XVIII até o século XX, havia uma afinidade entre fé no progresso e fé no que hoje denominamos de “crescimento econômico” e essa crença era quase que unanimidade entre os pensadores daquele período. Ainda segundo o autor, embora os intelectuais discordassem sobre o que realmente significava a palavra “progresso”, existiam duas vertentes sob as quais ele, o progresso, era encarado: o “progresso” como liberdade e como poder.

No primeiro caso, temos os representantes do Iluminismo, que consideravam a liberdade como um direito sagrado e, de acordo com essa perspectiva, o último objetivo do progresso deveria ser um constante avanço da liberdade individual no mundo onde esta seria cada vez mais abrangente. No segundo caso, assim como no primeiro, o poder também é celebrado como elemento necessário para a obtenção do progresso. As doutrinas de culto ao Estado, bem como o racismo e a utopia, ligaram o poder à perspectiva de progresso, sempre em nome de algum tipo de libertação, salvação ou redenção na Terra. Esse poder estava mais preocupado em moldar e disciplinar a consciência humana do que limitar sua ação. Assim, podemos ter noção das ideias publicadas no *Diário da Borborema* naquele período, em que algumas podem ser vistas nos editoriais analisados.

Como nos mostra Veras (1988), a partir da segunda década do século XX, em Campina Grande, era possível observar um acúmulo crescente dos sintomas característicos do processo de transformação urbana, tais como: iluminação pública, tráfego regular de veículos, aumento do número de prédios, crescimento populacional, abastecimento d'água. Cinemas e colégios, “sociedades dançantes”, fábricas, praças e monumentos mostravam o quanto a cidade estava se desenvolvendo e contribuía, em conjunto, para a criação da imagem de *urbes* altamente moderna para uma cidade do interior.

A boa imagem de Campina Grande - desenvolvida, limpa e progressista - contribuiu para que algumas empresas aqui se instalassem, bem como contribuiu para a criação do Instituto de Pesquisas Econômicas, criado em março de 1958, sendo na época, equiparado aos maiores centros de pesquisa do país. Sabemos que o mundo é

o conjunto dos fatos. Fatos são alterações de um estado de coisas. Campina não era tão moderna quanto mostrava o *Diário*. Era uma cidade repleta de “sujeira”, com pessoas pobres morando em casebres no centro da cidade, sem contar com a grande massa de pessoas desempregadas, dentre outras que começavam a tomar conta da cidade na esperança de encontrar emprego²⁶ na *urbes* desenvolvida .

Devemos lembrar que os textos da mídia se apresentam como uma fonte privilegiada da percepção dos eventos do dia, com toda sua agitação e dispersão características. Como o jornal é, muitas vezes, confeccionado em poucas horas, falta ao jornalista a distância necessária para poder estabelecer relações de causa e consequência. Essa aproximação não impede, entretanto, interpretações sobre os acontecimentos que noticiam.

Singer (apud Gregolin, 2003, p. 115) afirma que todo relato precisa de um fio condutor, cuja escolha implica uma visão interpretativa dos eventos que encadeia; essa visão é construída diariamente, em meio à agitação e à dispersão dos eventos do dia.

O objetivo da prática midiática é também o presente, transmutado em acontecimento jornalístico: a formatura dos primeiros engenheiros da Escola Politécnica é um exemplo. A mídia não apenas transforma o presente em acontecimento jornalístico, como também lhe confere um estatuto histórico. Assim, a sociedade assiste à história do tempo presente sendo construída, no interior dos apa-

26 Mais sobre o assunto, ver: VERAS, Cassandra Carmo de Lima. O espelho de Narciso: Uma visão histórica das transformações urbanas em Campina Grande (1935-1945), trabalho monográfico apresentado ao curso de História da Universidade Federal da Paraíba - campus II; e AGRA, Giscard Farias. A Urbs doente medicada: a higiene na construção de Campina Grande, 1877-1935. Campina Grande: Gráfica Marcone, 2006.

relhos da comunicação de massa, sob a forma de acontecimento. O lugar, por excelência, de produção do acontecimento não é mais o discurso da história, mas o da mídia, como nos mostra Nora (1995 apud Gregolin, p. 116):

É aos *mass media* que se deve o reaparecimento do monopólio da história. De agora em diante, esse monopólio lhes pertence. Nas nossas sociedades contemporâneas, é por intermédio deles e somente por eles que o acontecimento marca sua presença e não nos pode evitar. (...) Imprensa, rádio, imagens não agem apenas como meios dos quais os acontecimentos seriam relativamente independentes, mas como a própria condição de sua existência.

Como nos mostra Orlandi (1998, p. 76), “as condições de produção constituídas pelas formações imaginárias são atravessadas pelo interdiscurso, exterioridade constitutiva, saber discursivo, não dotado, não representável”. A questão é buscar compreender quais são as relações estabelecidas com essa “exterioridade constitutiva”

Observamos, na análise da discursividade dos editoriais analisados do *Diário da Borborema*, que todo dizer se inscreve no já dito. Todavia, as posições ocupadas pelos sujeitos do discurso é que vão estabelecer diferentes relações com esse já dito. Ainda que o sujeito se mantenha na ilusão necessária de ser origem do seu dizer, o que ele não diz está constitutivamente no seu dizer.

Esses e outros discursos do *Diário da Borborema* e de outras mídias, no geral, contribuíram para construir, no imaginário dos campinenses em específico e dos que na cidade moravam, a imagem

de uma Campina Grande moderna, moderna e pronta para levar o progresso para outras regiões. E isso serviria, décadas depois, para a invenção de uma cidade *high-tech*, algo que muitas vezes se sustenta bem mais pelas falas do que pode ser visto no próprio município. Discursos que não foram produzidos aleatoriamente, mas que estavam de braços dados com os interesses políticos de legitimar e fortalecer a imagem de uma urbe que passou a ser tida como o polo tecnológico da Paraíba.

REFERÊNCIAS

AGRA, Giscard Farias. **A Urbs doente medicada:** a higiene na construção de Campina Grande, 1877-1935. Campina Grande: Gráfica Marcone, 2006.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade:** tratado de sociologia do conhecimento. Petrópolis (RJ): Vozes, 1995.

DO Ó, Edvaldo de Souza. **Politécnica** – Primeira Escola Superior de Campina Grande. Campina Grande: Editora Campina Grande LTDA, s/d.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

GREGOLIN, Maria do Rosário (Org.). **Discurso e mídia** – A cultura do Espetáculo. São Paulo: Claraluz Editora, 2003.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva.** São Paulo: Vertice, 1990.

LOPES, Stênio. **Escola Politécnica de Campina Grande** – Uma experiência de desenvolvimento tecnológico do Nordeste. Campina Grande: Editora Tecnal, s/d.

MARCONDES FILHO, Ciro. **O capital da notícia:** jornalismo como produção social da segunda natureza. São Paulo: Ática, 1986. MOSCOVICI, S. **Representações sociais:** investigações em psicologia social. Petrópolis: Vozes, 2003.

NISBET, Robert. **História da ideia de progresso.** Brasília: Editora da UnB, 1985.

ORLANDI, E. **Discurso e argumentação:** um observatório do político. Campinas, SP: Labeurb/Unicamp, 1998.

_____. **Discurso e texto** – Formulação e circulação dos sentidos. Campinas, São Paulo: Pontes, 2001.

_____. **Interpretação:** autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1996a.

PÊCHEUX, Michel. Ler o arquivo hoje. In: **Gestos de Leitura.** Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 1999a.

SPINK, Mary Jane; MEDRADO, Benedito. Produção de sentidos no cotidiano: abordagem teórico-metodológicas para análise das práticas discursivas In: SPINK, Mary Jane (Orgs.). **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano:** aproximações teóricas e metodológicas. 2. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2000.

VERAS, Cassandra Carmo de Lima. **O espelho de Narciso:** Uma visão histórica das transformações urbanas em Campina Grande (1935-1945), trabalho monográfico apresentado ao curso de História da Universidade Federal da Paraíba - campus II.

A POLITÉCNICA DE CAMPINA GRANDE: PROJETO DE DESENVOLVIMENTO E CULTURA ESCOLAR

José Valmi Oliveira Torres

INTRODUÇÃO

Pensar a construção da Escola Politécnica está para além de analisar sua consolidação em estrutura física e palpável, uma vez que se faz necessário refletir sobre todas as dificuldades, lutas e superações que levaram à sua concretização. A grandeza de sua realização está nas dificuldades enfrentadas e superadas pelo grupo de idealizadores para que essa instituição fosse uma referência de progresso. Assim, voltar ao percurso de sua constituição é, sem dúvida, dar vida e voz a sua história.

O presente artigo pretende apresentar, de forma sucinta, a história da Escola Politécnica da Paraíba, conhecida carinhosamente como Poli, que foi criada em 06 de outubro de 1952, tendo como primeiro curso de graduação Engenharia Civil. A Escola já nascia como uma instituição ousada e teve, como principal meta, tornar-se uma instituição de ensino superior de referência nacional.

Em pouco menos de uma década, graças à atuação determinada de um grupo de dirigentes, representado por engenheiros, intelectuais e jornalistas, a Politécnica passou de uma pequena escola de engenharia de um Estado com grandes dificuldades econômicas,

tornando-se reconhecida regional e nacionalmente devido à qualidade da formação de seus engenheiros.

No intuito de alcançarmos a nossa empreitada em construir e analisar a história da Politécnica, recorreremos à história oral como uma ferramenta metodológica fundamental para nossa pesquisa, pois a entendemos, conforme Paul Thompson (2002, p. 9), como “a interpretação da história e das mutáveis sociedades e culturas através da escuta das pessoas e do registro de suas lembranças e experiência”, ou seja, a metodologia para a apreensão da memória individual e coletiva, um instrumento privilegiado de apreensão da memória.

Nesse sentido, história oral e memória se imbricam para o conhecimento do passado, pois o “estudo da memória social é um dos meios fundamentais de abordar os problemas do tempo e da história, relativamente aos quais a memória está ora em retraimento, ora em transbordamento” (LE GOFF, 1992, p. 426).

Todavia, entre as inúmeras possibilidades de se reportar sobre a história oral, optamos também por aquela que a define como uma metodologia, o que nos aproxima de Delgado quando este diz que “a história oral é um procedimento metodológico que busca pela construção de fontes e documentos, registrar, através das narrativas induzidas e estimuladas, testemunhos, versões e interpretações sobre a história em suas múltiplas facetas e dimensões”, (DELGADO, 2006, p. 15).

Assim, o esforço do nosso trabalho na construção deste artigo está em apresentar as dificuldades, os desafios, os sonhos e a superação, a partir de uma investigação das memórias dos diretores, professores e do grupo que idealizou e vivenciou a criação e consolidação da primeira instituição de ensino superior de Campina Gran-

de, sabendo que as pedras que eram empecilhos foram superadas e tornaram-se peças integrantes nesse cenário histórico em que se concretizou o surgimento da Escola Politécnica.

AS “PEDRAS NO CAMINHO”

Uma lei cria uma instituição de ensino superior, mas não garante sua instalação, funcionamento e consolidação. Coube, pois, aos fundadores da Escola Politécnica da Paraíba envidar esforços, junto ao Ministério da Educação e Saúde Pública¹, para a autorização de seu funcionamento. Como a Escola Politécnica nasceu como instituição estadual, as demais incumbências e providências para seu funcionamento dependiam em parte do Estado da Paraíba e em parte dos seus fundadores, especialmente dos dirigentes escolhidos para a gestão administrativa e pedagógica da Politécnica.

Nesse sentido, Antônio da Silva Moraes² e José Marques de Almeida Junior³ apresentaram um programa mínimo para a recém-fundada Escola Politécnica da Paraíba, uma exposição de motivos que justificava a necessidade de criação dessa Escola. Vejamos:

1O Ministério da Educação foi criado em 1930, logo após a chegada de Vargas ao poder, com o nome de Ministério da Educação e Saúde Pública.

2Antônio da Silva Moraes, engenheiro químico. Natural de Garanhuns/PE, transferiu-se para Campina Grande em meados de 1940, para trabalhar no Laboratório de Produção Mineral. Moraes foi um dos principais articuladores da criação da Escola Politécnica da Paraíba e seu primeiro diretor, no período de 1952 a 1963.

3José Marques de Almeida Junior (Dr. Zezé), químico industrial, paraibano, natural da cidade de Areia, transferiu-se para Campina Grande para trabalhar no Laboratório de Produção Mineral ao lado de Antônio Moraes e, posteriormente, de Lynaldo Cavalcanti. Teve importante papel na criação e consolidação da Escola Politécnica da Paraíba.

Embora se trate de uma Escola de Engenharia que deverá se dedicar, sobretudo, ao ensino de Engenharia Civil, especial atenção será dedicada aos problemas relacionados à construção de estradas de ferro e de rodagens, açudagem e captação de energia, grandes estruturas e urbanismo, vistos como estas são de maior importância para a região Nordeste. Por outro lado, será preocupação direta da Escola o despertar dos alunos para todo objetivismo possível na perspectiva da formação técnica, de modo que, deixando a Escola, possam tranquilamente enfrentar os primeiros contatos com a profissão. Os cursos de aperfeiçoamento e alta especialização virão em épocas oportunas, de modo algum fica relegado a um segundo plano a vocação para esse mister. (LIVRO-RELATÓRIO, 1953, p. 6)

O principal objetivo da Escola Politécnica era a formação de técnicos que pudessem contribuir para o desenvolvimento da região Nordeste. A proposta expressava os anseios das elites da região, que, a partir década de cinquenta, passaram a cobrar medidas do Governo Federal no sentido de diminuir as disparidades regionais. O funcionamento de uma escola técnica de nível superior com essas características poderia contribuir para tal finalidade.

Segundo Antônio Morais, a Escola Politécnica enfrentou muitas dificuldades quando da tramitação do pedido de autorização para funcionamento nas instâncias superiores de ensino. Essas dificuldades se deviam, em primeiro lugar, à oposição das escolas de Engenharia Civil do Ceará e de Pernambuco. Esses Estados, que gozavam de maior prestígio político junto ao Governo Federal, se opunham à viabilidade da Escola Politécnica. A disputa de interesses foi vencida pela Escola Politécnica devido à atuação das elites pa-

raibanas, representadas por seus políticos, que, dentre as formas de pressão, obtiveram o apoio da imprensa.

Vencidos os obstáculos de ordem política, a Escola Politécnica obteve a autorização para seu funcionamento⁴ pelo então Presidente da República Getúlio Vargas. Fato que repercutiu não somente em Campina Grande, mas em toda Paraíba, conforme notícia veiculada em periódico pessoense:

Campina Grande está de parabéns. Funcionamento da Escola Politécnica – pelo Conselho de Ensino Superior de Educação acaba de ser autorizado o funcionamento da Escola Politécnica, sediada em Campina Grande e criada há pouco tempo, por decreto do governo do Estado. É este o oitavo estabelecimento de ensino superior existente na Paraíba e com a qual novas perspectivas se abrem ao ideal de se instalar, em breve, uma universidade na Paraíba. (FOLHA ACADÊMICA, 1953, p. 9)

Vencido esse desafio, o seguinte foi encontrar um local apropriado ao funcionamento da recém-criada instituição. Seus fundadores, mais uma vez, teriam de encontrar uma solução. Uma das alternativas foi se instalar nas dependências do Colégio José Américo de Almeida, que ficaria conhecido como “o Estadual da Prata”, então recém-inaugurado pelo governador José Américo de Almeida. O espaço atendia as exigências para as aulas do curso de Engenharia

⁴ Ver o Relatório do Primeiro Semestre da Escola Politécnica da Paraíba. Foi criada pela Lei Estadual nº 792, de 06/10/1952, no governo de José Américo de Almeida (1951-1956), tendo obtido autorização para funcionamento por meio do Decreto nº 33.286, de julho de 1953.

Civil, conforme parecer do inspetor federal Manuelino Gomes da Silva⁵, encaminhado à Diretoria de Ensino Superior do MEC:

Funcionamento em prédio do Estado – Colégio Estadual de Campina Grande – a Escola Politécnica da Paraíba dispõe de acomodações bastante amplas para atender, em fase inicial, às suas necessidades, devendo logo mais ser iniciado o movimento de construção do seu edifício próprio para que, com o fatal progresso desse novel estabelecimento de ensino, possa no futuro corresponder às mais rigorosas exigências pedagógicas impostas pela sua própria condição e finalidade como estabelecimento de ensino superior. (LIVRO-RELATÓRIO, 1955, p. 12)

O local era provisório porque a Politécnica, primeira instituição de ensino técnico em nível superior da cidade, não poderia se alojar definitivamente em uma escola de ensino médio. Sobre esse assunto, relatou-nos Antônio Morais:

O Governo do Estado nos cedeu a Escola Estadual da Prata para a gente instalar a Escola. O colégio era novo, ainda não estava nem de todo inaugurado, estava funcionando a parte de baixo e a parte de cima do primeiro andar ainda estava vazia. O colégio foi bom para a instalação, naquele momento. Mas essa acomodação da Escola nos causava um certo incômodo, porque o pessoal dizia: “saiu os alunos do curso secundário e agora vão sair os outros”, não diziam nem que eram alunos de Engenharia da Escola Politécnica, aí nós conseguimos uma nova edificação no centro da cidade. (MORAIS, 2004, p. 10)

5 Manuel Gomes da Silva foi o inspetor federal que veio a Campina Grande, responsável pela averiguação das instalações para funcionamento da Escola Politécnica.

A Escola Politécnica precisava de um novo espaço. Nesse sentido, seus dirigentes solicitaram ao Secretário de Educação do Estado, Durmeval Trigueiro, auxílio para essa demanda, tendo sido atendidos com um prédio no centro da cidade de Campina Grande. Era o prédio em que funcionava o Grupo Escolar Sólton de Lucena, então transferido para outro local.

A Escola Politécnica da Paraíba transferiu-se para o antigo prédio do Sólton de Lucena, situado no centro da cidade e atendendo naquele momento inicial suas demandas de espaço físico. Desde então, estava clara a necessidade de a Escola possuir uma sede definitiva, com espaço suficiente para salas de aula, ambientes de professores, ambientes administrativos, biblioteca, laboratórios, etc. e uma futura não distante expansão de cursos. O Sólton de Lucena não comportava essa demanda.

Dentre as propostas de prédio discutidas na Congregação da Escola Politécnica, foi acatada a defendida por Zezé Marques⁶, que era uma construção horizontal. Mas como conseguir um novo espaço? Como conseguir os recursos financeiros para a construção?

A Fundação para o Desenvolvimento da Ciência e da Técnica⁷ possuía terrenos, onde hoje é a Universidade Federal de Campina Grande, em Bodocongó. O presidente dessa fundação propôs trocar o Grupo Escolar por esse terreno, mas esse terreno era ocupado pelo agrupamento de Engenharia, que

6 José Marques de Almeida Junior também era chamado de Zezé Marques.

7 Fundação para o Desenvolvimento de Ciência e da Técnica (FUNDACT), criada em 1956. O diretor-presidente da FUNDACT foi o também Diretor da Escola Politécnica, Antônio da Silva Morais.

tinha granja, pocilgas, aviários. Eu fui ao general e pedi para ele ceder o terreno. Então ele me disse: ‘Se vocês arrumarem uma área, eu entrego esse terreno’. Ocorreu essa troca do grupo Escolar Solon de Lucena com esse terreno da FUNDACT, e o prefeito Elpídio de Almeida cedeu um outro terreno ao agrupamento. (ALMEIDA JUNIOR, 2004, p. 15)

A luta pela obtenção da sede definitiva foi fortalecida com o reconhecimento do curso de Engenharia Civil⁸ junto ao Conselho Nacional de Educação. Esse momento coincidiu com a formatura da primeira turma de concluintes da Escola Politécnica. Pouco tempo depois, o governador Pedro Gondim⁹ autorizou a construção da sede definitiva da Politécnica¹⁰.

As dependências físicas da Escola mereciam um projeto arquitetônico arrojado. Promoveu-se, então, um concurso para a seleção do projeto que melhor representasse os anseios da comunidade acadêmica da Escola de Engenharia de Campina Grande. Segundo Zezé Marques:

Numa das reuniões do Conselho Técnico e da Congregação [da Escola Politécnica], o diretor Antônio da Silva Moraes fez um concurso e oferecia

8 Escola Politécnica foi reconhecida pelo decreto presidencial nº 44.768/1958. Fato noticiado nos meios de comunicação no Estado da Paraíba: jornal *A União* (em 23/10/1958; 01/11/1958; 05/11/1958); jornal *O Norte*, da empresa Diários Associados (em 23/10/1958); jornal campinense *Diário da Borborema* (26/10/1958; 04/11/1958). As matérias ressaltaram o orgulho pela Politécnica e parabenizaram a cidade de Campina Grande pelo reconhecimento do curso de Engenharia Civil da Escola Politécnica da Paraíba.

9 Pedro Moreno Godim governou o Estado da Paraíba no período de 1958 a 1960.

10O jornal *A União* publicou matéria sobre a autorização do governador da Paraíba para a permuta do terreno destinado à construção da sede definitiva da Politécnica.

uma importância [em dinheiro] ao arquiteto para apresentar o projeto da escola futura (...). O projeto foi ambicioso e as turmas da Politécnica eram pequenas: de seis, de dois, de quatro e de doze alunos. Ele projetou a Escola em que as salas de aulas fossem móveis, as paredes móveis, botavam-se paredes para frente ou para trás, de acordo com o número de turmas, a parede se movia... O projeto dele era baseado nisso. Mas no decorrer da construção, abandonou-se o projeto e construiu as salas padrões que dessem para número razoável de alunos. (ALMEIDA JUNIOR, 2004, p. 16)

O projeto vencedor não foi executado porque, segundo Zezé Marques, parte dos professores discordava de que a sede definitiva fosse de autoria de pessoas externas à instituição, pois como justificar a competência de uma Escola de Engenharia Civil se a mesma não estava apta a construir seu próprio prédio? Por isso, decidiu-se não abrir o processo público de concorrência para a construção. Coube a Zezé Marques a missão de dar providências à construção da sede, a partir de projeto dos engenheiros da própria Politécnica:

(...) Aceitei o desafio, e logo foi criado o Escritório Técnico Auxiliar do qual eu era o chefe. O doutor Max Liebig era encarregado da construção. O doutor Lynaldo Cavalcanti era encarregado dos cálculos estruturais, naquela época, em que não havia dinheiro, tudo era difícil. Comecei a instalar o Escritório Técnico de Construção e não tinha dinheiro. Eu montei o escritório com doações dessas firmas construtoras, com meus amigos. Pedia máquina de escrever usada, máquina de calcular usada, e montei um ambiente que pudéssemos trabalhar e prestar o serviço na construção da Escola. O Escritório funcionou maravilhosamente bem dentro das

normas do Escritório Técnico de Construção¹¹, nós dávamos doze alunos do quarto ano e dois alunos do quinto para estagiarem permanentemente. Independente de qualquer outro aluno que quisesse estagiar, o escritório estaria aberto, era um campo de treinamento para o pessoal de engenharia. (...), nos dávamos muito bem, porque além de construir a Escola Politécnica, o Escritório Técnico de Construção construiu mais dois grupos escolares para o Estado e reformou cerca de seis grupos escolares. (ALMEIDA JUNIOR, 2004, p. 17)

Apesar das dificuldades da construção, os professores e alunos participaram diretamente da empreitada, ajudando na construção das primeiras instalações da Politécnica. O ideal de se fazer a Escola com as condições mínimas necessárias a um bom funcionamento estava sendo realizado. Esse ideal era reforçado pelas matérias publicadas no *Diário da Borborema*, conforme segue:

Escola Politécnica: dia 12 sua transferência para nova sede

No aprazível bairro de Bodocongó – **Churrasco** comemorativo aos professores e alunos e autoridades de ensino. Será comemorado, no próximo dia 12 de outubro, na transferência da Escola Politécnica em caráter definitivo do antigo prédio onde funcionava o Grupo Escolar Solón de Lucena, para sua sede no bairro de Bodocongó. Apesar de só parcialmente construído, o novo edifício da Politécnica já se presta à instituição de todos os serviços

11 Sobre o Escritório Técnico de Construção (ETC), Zezé Marques afirmou em seu relato que os professores da Politécnica, apesar dos baixos salários recebidos, costumavam apoiar as viagens em missão de trabalho do diretor Antônio da Silva Morais, fazendo-se cota entre eles para prover as despesas da feira da família do diretor quando ele precisava se ausentar de Campina Grande.

daquela Escola Superior campinense da Universidade Federal da Paraíba. [...] deverão comparecer também autoridades de ensino. O novo edifício da Escola Politécnica obedeceu às mais modernas técnicas arquitetônicas, teve os seus trabalhos de construção executados pelo Escritório Técnico constituído por professores e alunos da própria Escola, representando contribuição inestimável ao melhoramento dos padrões de engenharia da região, além da experiência didática nova e digna de louvores. [...] estará sendo construído muito em breve e integrada por duas unidades escolares, além de construções para residências e recreios de professores e alunos, uma pequena cidade universitária, a primeira que se edifica na Paraíba. **Pioneirismo** – Para a condução dos professores e alunos da Escola Politécnica, a Universidade da Paraíba acaba de providenciar a aquisição de um moderno ônibus, devendo ser adquirida nova unidade logo que a Faculdade de Ciências Econômicas para ali também se transferir. Assim Campina Grande é mais uma vez pioneira, no interior do Nordeste, tendo sido a primeira cidade do interior desta região, a possuir Escolas Superiores dentre as quais uma Escola de Engenharia, que é orgulho do ensino superior paraibano, e sendo agora a primeira a dar início, de fato, à construção de uma cidade universitária fora das capitais de Estado. (DIÁRIO DA BORBOREMA, 07/09/1962, p. 3)

No bairro de Bodocongó, também seriam instaladas a Faculdade de Ciências Econômicas¹² e, posteriormente, a Escola Técnica Redentorista¹³. Apesar de não especificar quais outras instituições, o

12 Criada pela Lei Municipal nº 512, de 1º de julho de 1955, pelo prefeito Plínio Lemos.

13 A Escola Técnica Redentorista (ETER) foi fundada em 1975 pelo padre Edelsino de Araújo Pitiá, tendo como um dos objetivos a formação profissional de jovens de classes menos favorecidas, qualificando-os como profissionais de nível técnico para o mercado de trabalho.

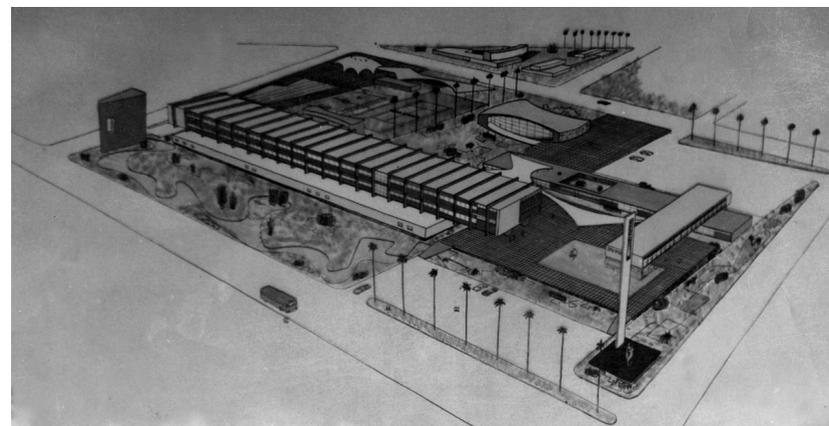
Diário apresentava a Politécnica como uma instituição que se sobrepunha às demais do interior do Nordeste. Ao ressaltar que o novo edifício da Escola Politécnica obedecia às “mais modernas técnicas arquitetônicas” e teve seus trabalhos executados pelo Escritório Técnico, constituído por professores e alunos da própria instituição, o *Diário da Borborema* reforçava a ideia de que a Politécnica estava em sintonia com o que havia de mais avançado à época, sendo ímpar no Nordeste.

O Escritório Técnico foi fundamental à construção da Politécnica, mas não foram os alunos e tão pouco os professores que construíram o prédio, pois não eram pedreiros. A participação de professores e alunos era, pois, uma participação de mão de obra qualificada, o projeto, o cálculo estrutural, o acompanhamento e supervisão da execução do projeto.

O *Diário da Borborema* apresentava a Escola Politécnica como um projeto não só de Campina Grande, mas também da Paraíba, colocada à frente dos demais estados nordestinos no tocante à ciência e à tecnologia. E Campina como a única cidade do interior nordestino a possuir escolas superiores e única urbe interiorana a construir uma cidade universitária.

Não havia referência aos problemas certamente ocorridos na construção do prédio. Interessava ao jornal mostrar o lado positivo da Politécnica, aquilo que a tornasse atraente, até porque a Politécnica era um espaço de trabalho para os autores dessas matérias, a exemplo de Stênio Lopes, contratado como professor em 1964; e, Lopes de Andrade, apesar de não ser professor da Politécnica, era um de seus fundadores, interlocutor no processo de sua criação, membro do grupo idealizador, proponente e executor desse projeto acadêmico e político.

FIGURA 1 - MAQUETE DO PROJETO ARQUITETÔNICO ORIGINAL DA ESCOLA POLITÉCNICA DA PARAÍBA



Fonte - Acervo do Projeto Memória da Ciência e Tecnologia (UFCEG)

Limitado pelos escassos recursos, o projeto final ficou conforme apresentado na Figura 2 a seguir.

FIGURA 2 - PRÉDIO DA SEDE DEFINITIVA DA ESCOLA POLITÉCNICA



Fonte - Acervo do Projeto Memória da Ciência e Tecnologia (UFCEG)

APOIOS E PARCERIAS

Em sua existência, a Politécnica não se limitou às verbas recebidas do governo estadual e federal. Até porque os recursos eram muito reduzidos e infinitamente escassos se comparados aos dias atuais. De modo que sempre buscou apoio e parcerias de segmentos sociais e instituições locais, nacionais e, também, estrangeiras.

Quais os motivos que levaram indivíduos e empresas sediadas em Campina Grande a serem solidárias com a Politécnica? Teria conseguido essa solidariedade se não fosse uma Escola de Engenharia? Se não estivesse relacionada à possibilidade de desenvolvimento técnico-científico?

Em um dos trechos de sua entrevista ao Projeto Memória da Ciência e Tecnologia em Campina Grande, Antônio da Silva Moraes nos relatou que a “rede de esgoto da cidade, a energia local, os serviços de comunicação principalmente na área eletrônica, como rádio e telefone” passavam pela atuação da Escola, o que nos leva a inferir que a proposta de criação de uma escola técnica em nível superior contou, desde o início, com o respaldo de comerciantes e empresários que ansiavam por um empreendimento educacional dessa dimensão e natureza em Campina Grande. Isso explica a mobilização, em diversos momentos da história da Politécnica, de entidades particulares, estaduais e federais no apoio em recursos financeiros e materiais que ajudaram a instituição a construir paulatinamente a infraestrutura necessária ao seu funcionamento.

Nos primeiros anos de funcionamento da Politécnica, então instituição estadual de ensino superior, as verbas do governo do Estado não chegavam com regularidade e atrasavam sempre as datas estipuladas para o repasse. E, quando chegavam, eram sempre insuficientes para as despesas da instituição. Foi a partir dessa realidade que se criou a prática de buscar parcerias.

Uma parceria muito importante foi a relatada por Zezé Marques abaixo:

[...] o doutor Antônio Moraes conseguiu uma verba para as esquadrias..., a Escola estava sendo construída, mas faltavam as portas e janelas para a Escola funcionar. Essas verbas e doações que ele [Moraes] arrecadava mandava para o Escritório Técnico de Construção e nós [do Escritório Técnico] aplicávamos e prestávamos conta à diretoria. Ele [Moraes] repassou esse dinheiro para comprar as esquadrias e viajou para o Rio de Janeiro. Eu fiquei de posse desse dinheiro e não comprei nenhuma esquadria. Em vez disso, comprei uma oficina completa de carpintaria e a instalei. Quando Moraes chegou, ficou indignado, me desculpei e disse que, com a carpintaria, construiria todas as esquadrias e ainda serviria para aula prática. Fui ao SENAI, consegui dois alunos voluntários para trabalhar na carpintaria sem nenhuma remuneração. Fui ao então Secretário de Agricultura do Estado, Dr. Antônio Cabral, irmão do ex-prefeito Severino Cabral, e pedi para me autorizar a retirar madeira de uma mata em Rio Tinto de propriedade do Estado, ele me autorizou. Depois fui ao coronel Queiroz e pedi para que, quando ele estivesse testando os veículos por ele consertados, carregassem a madeira de Rio Tinto para Campina Grande, coisa que foi feita. Assim, foram construí-

dos os primeiros prédios, sendo transferida a Escola Politécnica para a Bodocongó. (ALMEIDA JUNIOR, 2004, p. 17-18)

Dentre os parceiros, colaboradores da Politécnica, um dos principais foi o comerciante José Pedrosa, que era proprietário da livraria e disponibilizava seu estabelecimento para a Politécnica. Foi nessa livraria que esse sonho se tornou um projeto com grandes chances de ser realizado. Uma vez criada a Politécnica, era a Livraria Pedrosa o estabelecimento comercial que fornecia também materiais didáticos e de expediente, além de manter o espaço para a discussão de ideias.

Mas os pagamentos à livraria invariavelmente atrasavam. Antônio Morais nos relatou como eram suas conversas com Pedrosa sempre que precisava dar satisfações do atraso do pagamento àquele estabelecimento comercial:

Estou em uma situação muito complicada porque o tempo está se passando, as verbas que recebi até então já foram gastas e as que têm a receber até agora não tive nenhuma notícia. Não sei o que eu faço, mas você tenha paciência que o que eu estou devendo a você, eu pagarei. Ele disse [Pedrosa] “eu não quero saber disso, não, quero saber quanto é que o senhor está precisando de papel, de material escolar que a livraria está a sua disposição”. Isso é um gesto fabuloso para um comerciante. E, de fato, no dia seguinte pela manhã, eu estava pedindo material lá. (MORAIS, 2004, p. 11)

A atitude de Pedrosa, um comerciante que sacrificava parte de suas finanças para colaborar com a Politécnica, era social e amigá-

vel, pois, ao vender a prazo à Politécnica, já mostrava sua disposição em colaborar com essa instituição, destoando, assim, do mais razoável, que seria interromper o fornecimento das mercadorias até que se fosse paga a dívida anterior. Isso demonstra grande identificação com o projeto da Escola Politécnica e crença na consolidação dessa instituição, sentimento presente em outros segmentos das elites financeiras, intelectuais, políticas, estudantis, entre outros.

Segundo Zezé Marques, a Politécnica sempre contou com a simpatia e colaboração de comerciantes, industriais e estudantes que se mobilizaram desde o início para angariar recursos:

A Escola Politécnica era muito bem recebida pela comunidade campinense, tanto é que a associação dos alunos universitários que estudavam em Recife, que tinha o Edvaldo do Ó como “cabeça”, conseguiu no cinema de Campina Grande o aumento de uma pequena parcela do ingresso para ajudar a Escola Politécnica. Todos os comerciantes e industriais de Campina Grande eram favoráveis e sempre ajudaram com doações de máquinas de escrever, dinheiro, etc. (ALMEIDA JUNIOR, 2004, p. 11)

Esses relatos dos dois fundadores que faziam parte da direção da Politécnica nos mostram que a instituição recebeu vários tipos de ajuda, como a doação em dinheiro e em máquinas, o que foi muito importante para seu funcionamento e posterior consolidação. Possivelmente, sem essas colaborações, não teria conseguido sobreviver às grandes dificuldades de seus primeiros anos e, conseqüentemente,

não teria se tornado nas décadas seguintes um centro de referência em ciência e tecnologia no Nordeste brasileiro.

Esses auxílios passaram a ser mais frequentes na década de sessenta do século XX, o que pode ser constatado nos relatórios semestrais e anuais da Escola Politécnica da Paraíba, provavelmente pela fama que essa instituição ia alcançando regional e nacionalmente. De acordo com o relatório anual do ano de 1963¹⁴, entre as principais doações recebidas pela Politécnica, constava um motor a gasolina doado por Willys Overland do Brasil; um motor elétrico, pela SANBRA; e diversos outros materiais, pela SANESA.

As doações se intensificavam e possibilitavam a melhoria da estrutura dessa instituição, a exemplo da cooperação de órgãos como o DNOCS, que, em 1964, após ter fechado o Laboratório Central de Solos e Concreto, doou um importante acervo para a Politécnica, que também recebeu a doação de um motor pela Arno, um gerador doado pela SANBRA e, mais uma vez, vários equipamentos da SANESA, tendo ainda doações da Eletromar, entre outros.

Em 1965, a Politécnica ainda aumentou seu patrimônio material graças às doações de várias empresas, algumas de abrangência internacional, conforme o Relatório Anual de 1965:

A Escola recebera doações de um laboratório de eletrônica da MESBLA, doação da SANESA, Siemens, Firma Luborba, Firma Manuel do Patrocínio, Cia. Ansen Industrial, Cia. Metalúrgica Bárbara, Cia. Ferro Brasileiro, Bardelho Borrielo Eletromecânica,

Inducon, Siemens do Brasil, Rancor, Mesbla, Cia. de Instrumentos Científicos Nansen, Liceu de Artes e Ofícios, Tecnobrás S.A e SANESA. (RELATÓRIO-DIRETOR, 1963, p. 20)

Essas doações foram fundamentais à consolidação da Politécnica, pois se somavam às aquisições feitas pela direção e iam formando a infraestrutura dos laboratórios.

A Poli contou ainda com colaborações em recursos humanos de governos estrangeiros, por meio de convênios com os conselhos britânico, dinamarquês, canadense e francês, recebendo professores para ministrar disciplinas e cursos de extensão, além de possibilitar que docentes da Politécnica fossem se capacitar em universidades dos países conveniados.

Além dos convênios internacionais, existiram também os intercâmbios em nível nacional, firmados com instituições como a Escola Federal de Engenharia de Itajubá, a Escola de Engenharia de São Carlos, da Universidade de São Paulo (USP), o Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA); e também convênios com órgãos públicos, como a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), entre tantos outros.

Também contou com colaborações de governos municipais, principalmente os obtidos na segunda gestão do prefeito Elpídio de Almeida, de Campina Grande, que apesar de não ter obrigação legal em auxiliar a Politécnica, ajudou a instituição em algumas de suas dificuldades. Segundo Lynaldo Cavalcanti, que seria o segundo

¹⁴ Relatório do Diretor, 1963, p.18.

diretor da Politécnica, apesar do apoio e do esforço e de algumas ações inovadoras para manter o ensino de engenharia de qualidade, a Politécnica barrava nas limitações financeiras do Estado da Paraíba, responsável pela manutenção dessa instituição (antes de sua federalização). As limitações financeiras do Estado da Paraíba daquele tempo constituíam grandes dificuldades, especialmente no tocante à contratação de professores, à aquisição de materiais para o funcionamento dos laboratórios, etc. A Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Ciência e da Técnica (FUNDACT) teve um papel importante no apoio à Politécnica. O prefeito Elpídio de Almeida convidou o diretor da Politécnica, Antônio da Silva Morais, para presidente da FUNDACT.

Lynaldo Cavalcanti comenta sobre os objetivos da FUNDACT:

A ideia de criação dessa fundação surgiu de uma conversa entre ele (Lynaldo), Lopes de Andrade e Edvaldo de Sousa do Ó. Lopes mais conhecido como o sociólogo era uma pessoa de ideias muito férteis, e além de ter facilidade de escrever, já elaborava como proposta e objetivos bem definidos, ele já tinha sido assessor do ex-governador José Américo, diria até que ele foi um dos principais assessores. Depois que José Américo saiu do governo, ele foi convidado para trabalhar na prefeitura como assessor de Elpídio de Almeida, então Lopes, Edvaldo e eu tínhamos um contato muito frequente, e surgiu então essa ideia de criar essa instituição e fortalecer a Escola Politécnica, que estava começando com muita dificuldade, pois a mesma ainda pertencia ao governo do Estado, então era uma forma da prefeitura dar uma contribuição, em vez de criar a Faculdade de Ciências Econômicas, criar uma fundação que apoiasse a conso-

lidação da Escola Politécnica e outras que viriam depois. (ALBUQUERQUE, 2004, p. 20)

Segundo Lynaldo Cavalcanti, um dos motivos para a criação da FUNDACT foi contribuir para sanar as dificuldades que a Escola Politécnica estava passando, indo de encontro aos argumentos elaborados por Lima (1996), para o qual, o principal motivo foi a trajetória desse desenvolvimento industrial vivenciado por Campina nesse período, uma vez que a FUNDACT primava pelo desenvolvimento industrial atrelado à educação.

De fato, com criação da FUNDACT, o poder público municipal instituía uma forma legal de ajudar a Escola Politécnica por meio da concessão de bolsas de estudos e material didático, além de ter ajudado na aquisição do terreno, no bairro de Bodocongó, onde foi construída a sede definitiva da Escola Politécnica.

A Politécnica, ao longo de sua história, contou com a ajuda da iniciativa privada local, regional, nacional e internacional, bem como de órgãos públicos das três esferas governamentais. Foi um projeto ousado que ganhou a adesão de diferentes segmentos.

BIBLIOTECA: UM ESPAÇO DO SABER

Ao longo do tempo, em alguns momentos mais e em outros menos, a biblioteca sempre recebeu atenção por parte de sua diretoria. Nos relatórios anuais, fazia-se referência a constantes aquisições de livros e periódicos, além das constantes doações de obras e inú-

meras revistas de engenharia que a Politécnica recebia, o que contribuiria para o aumento de seu acervo.

Foi observado, ainda, o constante crescimento quantitativo do acervo, bem como o aumento do número de consultas à Biblioteca, a partir do momento que passa a ser contabilizada:

TABELA 1 - ACERVO DA BIBLIOTECA

Ano	Consultas	Volumes
1960 ¹⁵	-----	2.938
1961 ¹⁶	-----	3.321
1962 ¹⁷	-----	3.521
1963 ¹⁸	294	3.938
1964 ¹⁹	2454	5.066
1970 ²⁰	4161	7.861

Podemos observar que existia uma política de aquisição de livros para a Biblioteca, principalmente a partir da atuação do segundo diretor, Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque, que, em curto

15 EPUP / Relatório Anual de 1960, p. 12-14.

16 EPUP / Relatório Anual de 1961, p. 16-17.

17 EPUP/ Relatório Anual de 1962, p. 08-09.

18 Ver **Relatório do Diretor. Ano 1963**. Informa que, dos 410 livros adquiridos nesse ano, 135 foram de doações. A Biblioteca ainda iria receber doações das seguintes publicações: Aero Magazine; Nucleonics; Electronics World; Power; Flooring; International Management; Notícias Técnicas; Noticiário Willys; Revista Técnica Sulzer; Construction Methods; Ingenieria Internacional Construcción. p.19.

19Relatório do Diretor referente ao ano de 1964. Nesse ano, a Biblioteca da Escola teve seu patrimônio enriquecido com 1.396 volumes. Cumpre ressaltar que as doações de grande número de volumes foram feitas pela Escola de Engenharia da Universidade de Recife, pelo Instituto Militar de Engenharia e pelo Instituto Tecnológico da Aeronáutica, p. 13.

20Relatório do Diretor referente ao ano de 1970. Cabe enfatizar ainda que a Biblioteca ainda recebia como doação 578 livros, p.41.

período, praticamente dobrou o número de exemplares. Uma das possíveis justificativas para o crescimento acelerado desse acervo se deve ao fato não do primeiro diretor não ter uma política mais agressiva, mas sim pelo segundo ter contado e buscado mais apoio em órgãos governamentais.

NOVAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

O corpo docente da Escola Politécnica foi formado inicialmente por engenheiros oriundos do Departamento de Estradas de Rodagens, do Departamento de Estrada de Ferro, do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas e do Departamento Nacional de Produção Mineral. Mas quem eram esses engenheiros que passaram a lecionar na nova Escola? Em quais instituições foram formados? Tomando como referência a fala de Moraes, eram egressos das seguintes instituições:

Apesar de alguns engenheiros terem sido formados na Escola de Engenharia de Minas e Metalurgia de Ouro Preto, outros na Escola Politécnica da Universidade de São Paulo e alguns ainda na Escola de Engenharia do Ceará, quase todos eram formados na Escola de Engenharia de Pernambuco. (MORAIS, 2004. p.08).

Ainda de acordo com informação presente no anuário de 05 de maio de 1953, da Escola Politécnica, o corpo docente aprovado pelo Parecer nº 140, da Comissão Superior de Ensino, é formado por:

QUADRO 1 - DISTRIBUIÇÃO DOS PROFESSORES NAS RESPECTIVAS DISCIPLINAS

Professor – Disciplina
Antônio da Silva Morais - Química Tecnológica e Analítica
Austro de França Costa - Cálculo Infinitesimal - Cálculo Vetorial
Glauco Benévolo de Benévolo - Geometria Descritiva – Elementos de Geometria Projetiva – Perspectivas – Aplicações Técnicas
Giuseppe Gioia - Geometria Analítica – Elementos de Monografia
Onofre Pereira Chaves - Desenho à Mão Livre – Geométrico e Projetivo
Kleber Cruz Marques - Mecânica Racional procedida de elementos de cálculos vetoriais
Max Hans Karl Liebig - Física (1ª e 2ª Cadeiras)
Adelmar Xavier de Andrade - Topografia – Geometria Elementar
Otávio Santiago - Geologia Econômica – Noções de Metalurgia
Amadeu Ramos Freire - Desenho Topográfico e Perspectivas
José Dias Fernandes - Resistências dos Materiais – Grafostática
Pedro Bento Collier - Mecânica Aplicada às Máquinas – Máquinas Hidráulicas
Vinicius Londres da Nóbrega - Hidráulica Teórica e Aplicada
Luiz Carrilho - Desenho Técnico Aplicado às Máquinas
Speridião Gabínio de Carvalho - Estabilidade das construções – Concreto Armado
José Franciscano do Amaral - Materiais de Construção – Tecnologia e Processos Gerais de Construção
Carlos Roberval Guimarães - Estabilidade – Congresso – Arquitetura – Desenho Técnico
João José Rodrigues - Portos, Rios e Canais
Serafim Rodrigues Martinez - Estradas de Ferro e Rodagens
José Marquês de Almeida Junior - Organização das Indústrias
José Roriz da Rocha Leão - Desenho Técnico – Pontes – Viadutos – Estradas – Saneamento

Observamos que Antônio da Silva Morais, Austro da França Costa, Glauco Benévolo de Benévolo, Giuseppe Gioia e Onofre Pereira Chaves²¹ foram relacionados para ministrar disciplinas. No

²¹ Ver Livro-Relatório Primeiro Semestre de 1955, o qual contém informações referentes a 1953 e 1954, p. 06.

decorrer dos anos, os demais professores contratados foram paulatinamente assumindo suas respectivas disciplinas. Ao chegar no quinto ano de funcionamento da Politécnica, todos os professores contratados estavam integrados ao cotidiano da instituição.

Todavia, o ensino nos primeiros anos foi marcado por esse grupo de professores fundadores²² que, além de ministrar aulas na Escola Politécnica, estavam envolvidos com outras atividades, permanecendo na Escola apenas o tempo de ministrarem as aulas, pois naquele momento, nenhuma instituição de ensino era obrigada a adotar o regime de tempo integral, ao contrário, era uma singularidade a dedicação exclusiva.

Havia um objetivo de inserir no ensino experiências voltadas para a prática na formação. Era uma exigência da diretoria que os professores, de acordo com suas respectivas disciplinas, levassem seus alunos para aulas de campo, onde se estabelecia uma relação entre conhecimento teórico e atividades práticas. Passaram a ser frequentes as aulas de campo, a exemplo do professor Josemir Vasconcelos de Castro, que ensinava a disciplina de Química Tecnológica e Analítica, e levou, no ano letivo de 1963²³, os estudantes da primeira série de Engenharia Civil até João Pessoa para uma visita à fábrica de Cimento Portland Zebu e também à Hidrelétrica de Paulo Afonso.

²²De acordo com o relatório das verificações procedidas na Escola Politécnica da Universidade Paraíba, em Campina Grande – Estados da Paraíba – pelos inspetores – 1958, p. 176-209, os professores da Politécnica tinham uma formação bastante diversificada: Química Industrial; Engenharia Civil, Licenciatura em Desenho, Matemática e Física; Engenharia Química; Bacharelado em Matemática; Engenharia de Minas; Engenharia Industrial Mecânica; Engenharia Elétrica; Engenharia Agrônoma; Bacharelado em Ciências Econômicas, sendo a maioria desses professores formados em Engenharia Civil.

²³ Relatório do Diretor referente ao ano de 1963, p. 21.

Não obstante essas iniciativas, a instituição convivia com o fato de seus professores terem justificadas dificuldades nas atividades práticas porque não podiam se dedicar exclusivamente ao ensino, uma vez que não existia regime de tempo integral, o que comprometia uma melhor qualidade do ensino. Sem o regime integral, era praticamente impossível desenvolver pesquisas e extensão universitária com estudantes, uma vez que não havia disponibilidades de horários desses docentes, que precisavam desenvolver outras atividades para complementar sua renda.

Essas limitações começaram a ser superadas no governo de Juscelino Kubitschek, com a criação da Comissão Superior do Plano de Institutos (COSUPI), a partir das iniciativas de um professor do Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA), Luiz Ernesto de Oliveira Júnior. Seu objetivo era dar condições de funcionamento às escolas de engenharia recém-criadas no Norte e Nordeste, dentre elas a Politécnica:

O presidente da COSUPI chega a Politécnica e diz que tem algum dinheiro para despesas de equipamentos para laboratórios, para matérias básicas, para compra de livros e para pagar professores contratados em tempo integral, pode ser os professores que já estão aqui e que tenham a fim de assumir o tempo integral e se dedicar exclusivamente à Escola e, conseqüentemente, aprofundar os estudos e orientar alunos (...). Sugiro ainda que vocês procurem professores no Instituto Tecnológico da Aeronáutica. (ALBUQUERQUE, 2004, p. 24)

Foi por meio das ajudas financeiras da COSUPI, a vinda para Campina Grande de três professores da área de Física do ITA:

Átila Almeida, Vladimir Guimarães e José Rezende Pereira Neto, contratados em regime integral para lecionar na Escola Politécnica da Paraíba. Esse acontecimento possibilitaria um grande salto qualitativo no ensino da Politécnica.

Finda a primeira gestão da Politécnica, em que fora fundamental a influência política, a determinação e a atuação do grupo de seus fundadores, é eleito para sucessão de Antônio da Silva Morais o engenheiro civil e professor Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque. Com ele, iniciava-se um novo tempo em que, uma vez consolidada a instituição, se investiria fortemente na qualidade, no reconhecimento regional e nacional de seu ensino, na ampliação dos cursos de graduação e na criação de cursos de pós-graduação.

Com Lynaldo, ocorrem a intensificação da ampliação da quantidade de professores em regime de tempo integral e a política acadêmica de busca por professores de instituições de outros Estados e regiões. Nesse sentido, a Politécnica passou a contar, além dos professores que já vinham desempenhando suas atividades, com novos professores, os quais foram se incorporando ao quadro efetivo dessa instituição. Entre eles, registramos: Joost van Damme²⁴, Evandro Emílio Mariano da Rocha, José Ivan Carnaúba Accioly, Mário Toyotaro Hattori, Nakai Hiroshi e Regis Guimarães. Todos vindos do Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA)²⁵.

Apesar da ajuda que a Escola Politécnica estava recebendo da COSUPI para a contratação de professores de centros mais avança-

²⁴ Relatório do Diretor para o ano de 1966, p. 225.

²⁵ Relatório anual referente ao exercício de 1967, p. 184.

dos de ensino, a exemplo do ITA e do Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa em Engenharia (COPPE) não era uma tarefa fácil convencer um profissional a sair de um centro avançado e vir para uma cidade do interior do Nordeste, onde havia uma Escola ainda começando, onde a perspectiva de crescimento poderia não ser tão atraente. Sobre isso, podemos ver o depoimento de Lynaldo:

Como diretor, fui buscar mais gente no ITA. Também recrutei algumas pessoas de Pernambuco que estavam fazendo mestrado na COPPE, no Rio de Janeiro, mas sem vínculo empregatício. Nesse tempo, a COPPE estava apenas começando, porém, com certeza, já evidenciava a sua grande potencialidade. Entretanto não era nada fácil atrair docentes para a nossa Escola Politécnica, mesmo em se tratando de recém-graduados. Não se tinha o tempo integral e os salários da Universidade não compensavam. Eu tinha que armar uma fórmula para aumentar a remuneração. Por exemplo, o professor ficava encarregado de ensinar duas disciplinas: assim ele recebia uma gratificação pela segunda disciplina. Eu ia ao ITA todo fim de ano para convencer os recém-formados a trabalharem em Campina Grande. Entre 1965 e 1967, consegui recrutar uns dez. Depois com o apoio do BNDES, eu trouxe mais uns dez, já em 1971. Como o ITA tem uma tradição de excelência, um bom recém-graduado seu, na maioria das vezes, nada fica a dever de um mestre titulado pela COPPE. (ALBUQUERQUE, 2004, p. 327)

Com a chegada de professores em regime de tempo integral, ocorre uma mudança substancial na qualidade do ensino que até então vinha sendo ministrado, pois a cada término da aula, o

docente contratado em regime parcial tinha que voltar para seus afazeres, mesmo que se tentasse suprir essa necessidade levando os alunos para aulas práticas de campo, com o professor contratado em regime de tempo integral, pois além de lecionar, teria condições de acompanhar o aluno de forma mais completa, onde poderiam desenvolver atividades relacionadas ao campo de pesquisa, usando os laboratórios para essa finalidade. Sobre essa diferença, podemos ver o depoimento de um aluno que depois se tornou professor:

Esses professores em regime de tempo integral deram uma contribuição muito grande no sentido de melhorar o que já estava sendo feito aqui, pois não se limitavam apenas a dar aulas, eles, além de dar aulas, conversavam com os outros professores dando ideias novas e procuravam manter um relacionamento bastante estreito com os alunos. Esses professores, vendo a necessidade de laboratórios, recorreram ao ITA e conseguiram a doação de um pequeno laboratório de física, passando a dar aulas teóricas e também aulas práticas nesse laboratório, retratando sempre alguma experiência em que mostrava a validade daquilo que eles tinham visto na teoria. (MOITA, 2004, p. 10)

Além dos egressos de instituições nacionais, que passaram a lecionar na Escola Politécnica, observamos também a vinda de vários professores estrangeiros, como Earl Logan Junior, da Universidade do Arizona, que veio colaborar como orientador de professores da instituição, além de planejar os laboratórios de Mecânica dos Fluidos e Transmissão de Calor²⁶. Outro estrangeiro da época foi o professor

²⁶ Relatório anual referente ao exercício de 1967, p. 184.

Yves Cezard, da Universidade de Toulouse, que colaborou durante dois anos com essa Escola, tendo lecionado no campo da geração, transmissão e distribuição de energia elétrica.

Foi graças a essa abertura, através dos convênios estabelecidos entre a Escola e governos estrangeiros, com a presença de professores estrangeiros, o envio de professores para o exterior que colocou a Politécnica em contato com aquilo que se passava de mais sofisticado na área da ciência e da técnica em centros mais avançados.

No que diz respeito ainda aos afastamentos, outro tipo seria aquele em que os docentes eram intimados a deixar as atividades didáticas para prestar serviços em órgãos públicos²⁷, a exemplo do próprio diretor da Escola, Antônio da Silva Morais, e de Otávio Santiago: o primeiro para dirigir o Instituto de Química em João Pessoa, e o segundo para prestar serviços à SUDENE no Rio Grande do Norte, tendo ainda Zezé Marques, que se afastou temporariamente para exercer o cargo de secretário de Viação e Obras no governo de João Agripino²⁸, dentre outros casos.

RIGOR NO VESTIBULAR

Apesar de o Estatuto Interno dessa Escola ter reservado quarenta vagas destinadas anualmente para o curso de Engenharia Civil, esse número não foi atingido por um determinado período. Mas o que justificaria o não preenchimento das vagas? Seria o fato de essa

²⁷ Relatório do Diretor referente ao exercício de 1963, p. 07.

²⁸ João Agripino governou a Paraíba entre os anos de 1966 a 1971.

especialidade não interessar aos estudantes da cidade e região? Ou seria pelo rigor dos concursos de habilitação²⁹?

Verificamos, através da documentação da Escola Politécnica, que, desde o primeiro concurso de habilitação³⁰, existia um rigor muito grande nesse exame, uma vez que o aluno, para ser admitido no curso de Engenharia Civil e mais tarde em outros cursos, teria de passar pelas provas escritas na primeira etapa das seguintes disciplinas: Química, Desenho, Física e Matemática I e II. Concluída essa primeira etapa, o candidato ainda era submetido a uma banca composta de três membros, que aplicava a prova oral dessas disciplinas acima referidas; após a segunda etapa, eram somadas as notas nas provas escritas e orais e se dava a média final. Assim pode ser observado que, a partir do primeiro concurso de habilitação³¹, houve um alto índice de reprovação, tendo, dos 26 alunos inscritos, apenas nove conseguido êxito, ou seja, o percentual de reprovação quase ultrapassou os 60%, indicando assim que nem toda pessoa que se submetesse à seleção passaria com facilidade, assim como comenta Morais:

Isso para nós representava uma vitória, um motivo de orgulho, porque se passassem todos, eu

²⁹ Apesar de Antônio Morais, em seu depoimento ao se referir a esse período, chamar vestibular, nos relatórios encontramos a expressão concurso de habilitação.

³⁰ Os documentos exigidos para se inscrever no concurso de habilitação: o estudante teria que ter concluído o curso secundário completo, histórico escolar, carteira de identidade, atestado de idoneidade moral, atestado de sanidade física e mental, atestado de vacina, certidão de registro civil, prova de quitação dos serviços militares, título de eleitor e quatro fotos 3/4. Exigências que perpassam todo o período de existência da Escola Politécnica.

³¹ Relatório do Segundo Semestre de 1955. Apesar de, na capa desse relatório semestral, estar se referindo a 1955, além de conter informações referentes a esse ano, também se reporta ao ano de 1954. Ao se referir ao número de aprovados nesse primeiro concurso de habilitação, a informação do número de alunos formados não está de acordo com os números de Morais, pois enquanto este diz que foram aprovados nove alunos, no relatório constam onze alunos aprovados.

iria me sentir um pouco acanhado em dizer que a Escola Politécnica começou a sua existência, seus trabalhos e fez um vestibular e passaram todos, aí diminuía o valor de cada um daqueles que compareceram e foram aprovados, agora esses aprovados foram até o final do curso de Engenharia Civil, pois estavam muito bem preparados, foram muito bem selecionados, o que foi motivo de orgulho e satisfação para todos nós. (MORAIS, 2004, p. 12)

Primeiramente poderia até parecer estranho um diretor de uma escola discutir o elevado número de alunos reprovados no primeiro vestibular, pois por causa disso várias vagas ficaram a ser preenchidas. Mas por outro lado, ao se buscar perceber a razão dessa alegria de Morais, é compreensível que esse diretor fizesse a leitura que, se todos passassem no vestibular, a instituição já seria estigmatizada como uma escola sem credibilidade; e, caso contrário, se passassem poucos alunos, refletiria de forma positiva junto à comunidade, pois demonstrava que a Politécnica era uma escola séria.

A Politécnica é especial nesse ponto. Porque, às vezes, o camarada diz: não, está começando, pode fazer de qualquer jeito. Mas, lá não, pelo contrário, a gente estava começando, tinha que fazer melhor do que os outros. Com esse vestibular, cuja aprovação foi de trinta por cento e a reprovação foi de quase setenta por cento, ninguém estranhou. Os alunos ficaram satisfeitos, os que passaram e os que deixaram de passar verificaram que o negócio era sério. Em Campina Grande, em termo de negócios, se pensava que quem paga mais tem a melhor, quem paga menos tem que ceder a vez. Na Escola Politécnica, era diferente. Na parte do ensino, eu tive muita sorte. (MORAIS, 2004, p. 02)

Observa-se, nesse depoimento, que para Morais seria imprescindível demonstrar à sociedade local a imagem da Escola como uma instituição séria, que fosse bem vista pela comunidade e, para que isso acontecesse, seria necessário começar pelo próprio vestibular. Apesar de não se conhecer os reais motivos que levaram o diretor a sentir a necessidade de reafirmar essa imagem da Escola, uma das possíveis justificativas se dava pela necessidade de apoio da Politécnica diante daqueles segmentos da sociedade local, que poderia vir a contribuir, como já foi abordado, pois se a Politécnica não primasse por tal seriedade, seria difícil alguém acreditar e investir seu dinheiro em uma instituição desacreditada.

Todavia, para se obter esse prestígio, algumas situações teriam que ser superadas, a exemplo da tentativa do pessoal do agrupamento militar querer entrar na Escola de qualquer jeito só para preencher o tempo livre:

Tínhamos, em Campina Grande, um agrupamento militar e, quando apareceu a Escola Politécnica, todo esse pessoal decidiu entrar na Escola para aproveitar o tempo em que não estavam trabalhando. Então eu procurei persuadi-los de que não era oportuno aquilo, tinha alguns que já oficiais, com patente muito superior; tinha jovens recém-saídos da Academia Militar e se é uma Escola nova, vamos botar esse pessoal lá dentro. E vieram, se matricularam e não foram bem-sucedidos, tendo apenas um sido aprovado e todos os outros reprovados. Mas botaram na cabeça que iriam passar - isso na primeira época, no primeiro vestibular - fizeram um segundo e confirmou aquela rejeição, tive que passar por cima de tudo isso, sem ferir suscetibilidade de todos esses, e com muita consideração. Eu credito

se eu tivesse outro temperamento, talvez não tivesse o sucesso que eu tive. A gente precisa ter muita mobilidade, muita capacidade de aceitação de certas coisas para poder então continuar, porque eu pensava em uma coisa maior, em uma escola que tivesse o nome e tivesse respeito (MORAIS, 2004, p. 06-08)

É possível perceber ainda nesse depoimento de Moraes que, ao dizer: “por ser uma Escola nova, vamos botar esse pessoal para dentro”, que existiam pressões externas no sentido de facilitar a entrada na Escola de pessoas que não estavam preparadas para passar no vestibular. Pressões que aparentemente não foram atendidas, principalmente, no que se refere ao processo relacionado ao vestibular, pois em cada concurso de vestibular as notas de cada candidato eram registradas nos relatórios, buscando sempre manter a lisura do processo.

Contudo, esse índice de reprovação não estaria apenas restrito ao primeiro concurso, uma vez que, durante os anos subsequentes, observou-se que não existiu nenhum tipo de facilidade relacionada à entrada de alunos na Escola. Em 1959, dos 23 alunos inscritos para concorrer a uma vaga no curso de Engenharia Civil no primeiro concurso de habilitação³² desse ano, apenas nove foram aprovados. Já no segundo concurso de habilitação de 1959, dos trinta candidatos inscritos apenas quatorze obtiveram êxito. Juntando os dois concursos de vestibular, das quarenta vagas disponíveis, apenas 23 foram preenchidas.

32 Relatório do 1º e 2º Concurso de Habilitação de 1959. É importante informar que eram realizados dois concursos de Habilitação por ano.

CONCLUSÃO

Em linhas gerais, podemos afirmar que a história da ciência e tecnologia na cidade de Campina Grande está ligada à Escola Politécnica da Paraíba, instituição que fundou uma prática de gestão acadêmica com ações contínuas e crescentes de busca pela melhoria da qualidade de ensino, surgindo de suas iniciativas várias relações institucionais e interinstitucionais voltadas à qualidade de ensino, ao fortalecimento da pesquisa em ciência e tecnologia e às ações de pesquisa e extensão com foco no desenvolvimento da cidade e região.

Foi graças ao vanguardismo e à vontade de fazer algo que contribuiu para o desenvolvimento da cidade que indivíduos como Antônio da Silva Moraes, José Marques de Almeida Júnior, José Stênio Lopes, Lopes de Andrade, Edvaldo de Sousa do Ó, Lynaldo Cavalcanti e José Pedrosa, bem como o esforço de alunos, funcionários, entre outros, ajudaram a Escola Politécnica a se tornar uma instituição de excelência, o que viria a ser mais tarde a Universidade Federal de Campina Grande.

Pois corroboramos o depoimento de Zezé Marques:

Imensurável. [era grande] o volume de engenheiros de todas as áreas que saía daqui bons técnicos (...). As pessoas vinham procurar mão de obra especializada aqui. A Politécnica exportou engenheiros civis, eletricitas, técnicos de toda qualidade para todo esse Nordeste, sem precisar importar do Sul, tudo gente boa. (ALMEIDA JUNIOR, 2004, p. 36)

A repercussão desses cursos era tanta que vários jovens chegavam à Politécnicada vindos dos municípios da Paraíba, de outras localidades do Nordeste e, até mesmo, de outras regiões do país para prestar vestibular na Escola Politécnicada. Nesse sentido, é possível observar, com base nos discursos dos professores-fundadores, diretores e ex-alunos, bem como nos discursos produzidos e veiculados pela mídia, que a Escola Politécnicada foi uma instituição que se diferenciava das demais escolas de engenharia por sua vanguarda.

Parte dos que faziam essa instituição estava sempre em busca de realizar algo novo no tocante ao ensino, como na aquisição de equipamentos, como foi o caso da compra do primeiro computador em Campina Grande, o primeiro do Norte-Nordeste e um dos cinco primeiros do Brasil. Toda essa busca por inovação, o entusiasmo e a fé no futuro que prevalecia naquele momento da Politécnicada tornavam real a ideia de transformar essa instituição em uma nova referência regional no tocante ao ensino das engenharias.

REFERÊNCIAS

- ACERVO de depoimentos do Projeto Memória – **Organização e Preservação da Memória da Ciência e Tecnologia em Campina Grande** (1952-2002).
- ALBERTI, V. **Manual de História Oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.
- DELGADO, L. N. História Oral. **Memória, Tempo, Identidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
- DO Ó, Edvaldo de Sousa; JÚNIOR, L. J.; CARTAXO, M. (Org.). **História da Universidade Regional do Nordeste**. Governo do Estado da Paraíba. 2006.
- DO Ó, Edvaldo de Sousa. **Politécnica** - Primeira Escola Superior de Campina Grande. Campina Grande: Editora Campina Grande LTDA, [s.d.].
- LE GOFF, J. **História e Memória**. 2. ed. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 1992.
- LIMA, R. A. **A luz que não se apaga** – Escola Politécnicada da Paraíba e a formação de um campo científico-tecnológico. Campina Grande: EDUEPB. 2010
- LOPES, Stênio. **Escola Politécnicada de Campina Grande** – Uma Experiência de Desenvolvimento Tecnológico do Nordeste. Campina Grande: Editora Tecnal: S/D.
- LOPES, Stênio. **Campina**: Luzes e sombra. Campina Grande: [s.n], 1989.
- MONTENEGRO, A. T. **História oral e memória**: a cultura popular revisitada. São Paulo: Contexto. 1992.
- THOMPSON, P. **A Voz do Passado**. História Oral. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1992.

Entrevistas

ALMEIDA JUNIOR, José Marques de. 25 de junho de 2004.

MOITA, Adalberto Machado. 28 de abril de 2004.

MORAIS, Antônio da Silva. 18 de dezembro de 2004.

MELO, Antônio Ildefonso de Albuquerque. 01 de junho de 2004.

PEREIRA, Edson da Costa. 05 de outubro de 2004.

LOPES. José Stênio de Lucena. 28 de julho de 2004.

ALBUQUERQUE. Lynaldo Cavalcanti. 17 de fevereiro concedida a Manuel Domingos.

ALBUQUERQUE. Lynaldo Cavalcanti. 17 de fevereiro concedida a Shozo Motoyama.

Periódico

Diário da Borborema. Acervo do Diário da Borborema.

Arquivo Central da UFCG

Relatório do Primeiro Semestre de 1954 da Escola Politécnica da Paraíba.

Relatório do Segundo Semestre de 1955.

Relatório das verificações procedidas na Escola Politécnica da Universidade da Paraíba, em Campina Grande – Estados da Paraíba – pelos inspetores – 1958.

Relatório do 1º e 2º Concurso de Habilitação de 1959.

Relatório Anual referente ao ano de 1963.

EPUP / Relatório Anual de 1960.

EPUP / Relatório Anual de 1961.

EPUP/ Relatório Anual de 1962.

Livro de Atas referente ao ano de 1954.

Livro de 1955, referente ao funcionamento do primeiro semestre de 1954.

A ESCOLA POLITÉCNICA: CULTURA POLÍTICA E BURLAS (1964-1976)

Rosilene Dias Montenegro
Fábio Ronaldo da Silva
Jadilma Nunes

O rosto volta-se para o passado. Onde vemos uma cadeia de acontecimentos à nossa frente, *ele* vê uma única catástrofe, que prossegue amontoando detritos sobre ruínas até chegarem a seus pés. Se ao menos ele pudesse ficar para acordar os mortos e juntar os fragmentos do que se quebrou! Mas sopra uma tempestade dos lados do Paraíso, batendo suas asas com tal força que o Anjo não mais pode fechá-las. Essa tempestade o leva irresistivelmente para o futuro, para o qual dá as costas, enquanto o monte de detritos a seus pés chegava aos céus. Essa tempestade é o que chamamos de progresso. (Walter Benjamin, 1971).

INTRODUÇÃO

Criada em 1952, na cidade de Campina Grande, a Escola Politécnica da Paraíba teve sua existência datada no período de 1952 a 1978. Foram 26 anos de funcionamento dos quais mais da metade ocorridos nos anos de maior força da ditadura militar, momento que coincide com a expansão de cursos e a melhoria da infraestrutura física da Escola Politécnica. E, também, o período do reconhecimento acadêmico da qualidade de ensino no país e no exterior, socialmente referendado.

O presente artigo pretende analisar algumas situações do cotidiano da Escola Politécnica da Paraíba no que diz respeito mais direta e evidentemente ao domínio da ditadura militar, buscando verificar posições políticas de membros de sua comunidade acadêmica, a relação institucional com a Reitoria da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), então comandada por um professor que era também major do Exército, Guilardo Martins Alves, o Ministério da Educação e Cultura (MEC), e com o governo do Estado da Paraíba.

Como se conduziu a Escola Politécnica da Paraíba entre 1964 e 1971? Como era vista e dita por seus membros e pelos segmentos sociais externos a ela? Como foi seu funcionamento durante o regime militar? Houve dificuldades? Perseguição? Adesão à ordem política vigente?

A pesquisa foi realizada a partir de fontes primárias, por meio de pesquisa nos arquivos do jornal *Diário da Borborema*, sediado em Campina Grande e pertencente à empresa Diários Associados, do paraibano e empresário dos meios de comunicação Francisco Assis Chateaubriand. Também utilizamos entrevistas com fundadores e com pioneiros da Escola Politécnica da Paraíba; registros orais (entrevistas) que constituem o acervo de história oral do Projeto Memória da Ciência e Tecnologia¹; os estudos sobre a história e a memó-

1 O Projeto Memória é o nome da ação de pesquisa e extensão em história e memória da ciência e tecnologia, cuja atuação se assemelha à de um laboratório de história. Foi criado em 2004 e é coordenado pela historiadora Rosilene Dias Montenegro, tendo surgido de proposta de pesquisa sob sua liderança, apresentada ao CNPq, sob o nome de Projeto Memória da Ciência e Tecnologia em Campina Grande (1952-2002), tendo assim sido aprovada. A proposta original teve vigência de dois anos, continuando após esse prazo. O Projeto Memória possui acervo de registros orais, audiovisuais e fotografias sobre a Escola Politécnica, e história da ciência e tecnologia, principalmente.

ria da Escola Politécnica produzidos pelos pesquisadores do Projeto Memória; e os estudos acadêmicos divulgados em artigos científicos, dissertações e teses sobre o período da ditadura militar.

As referências teóricas são buscadas nas contribuições do historiador francês Michel de Certeau; e as referências sobre o período da ditadura militar baseadas nos estudiosos brasileiros sobre o tema.

TRADIÇÃO CONSERVADORA

A década de 1960 constitui-se em um marco na sociedade ocidental. Tempos de contestações (“o imaginário no poder”), mobilização cultural, disputas ideológicas, resistências políticas e muitas mudanças. Desde as comportamentais – do rebolado frenético de Elvis Presley – às mudanças das práticas culturais resultantes dos movimentos sociais de reivindicação de direitos feministas, dos negros e dos homossexuais; ou ainda as mudanças resultantes dos processos políticos, como a Revolução Cubana (1959 – aos dias atuais). Esses e outros tantos acontecimentos no Ocidente, durante os anos 1960, marcaram tanto a sociedade que, até hoje, em pleno século XXI, alguns desses eventos ainda se fazem sentir.

No Brasil, o início da década de 1960 é marcado também por grande mobilização política. A dualidade capitalismo norte-americano *versus* socialismo soviético, período da chamada Guerra Fria, se refletia em todo o Ocidente e também na sociedade brasileira. As forças nacionalistas favoreciam o fortalecimento das esquerdas. E o Partido Comunista Brasileiro (PCB), mais que outros partidos

e organizações da esquerda, apropriou-se politicamente do momento favorável ao debate ideológico, desempenhando importante papel na articulação do movimento sindical e angariando simpatias dos setores progressistas – no meio estudantil, sindical e intelectual. O ideário da revolução “democrática e anti-imperialista” circulava abertamente no debate nacional. O fortalecimento da ideologia comunista no Brasil preocupava as forças conservadoras que, temendo mudanças que pusessem fim aos seus interesses, se mantinham unidas e reagem forte, brutal e articuladamente.

O início da década de 60 no Brasil foi de aprofundamento de tendências e mudanças surgidas no período do governo Juscelino Kubitschek (JK). Foi um momento de instabilidade política e econômica e profundas incertezas quanto ao destino do país. Período em que a passagem de país rural para maioria urbana, somado aos avanços dos movimentos sociais e da inserção das massas trabalhadoras nas disputas políticas propiciou o surgimento de novos códigos de sociabilidade e práticas comportamentais. Sociabilidades e práticas que se manifestavam na ebulição e intensificação das disputas de ideias, projetos e influências políticas, expressas nas rupturas e inovações no campo artístico-cultural e no aumento das reivindicações por reformas econômicas e sociopolíticas:

Durante a curta existência do governo João Goulart (setembro de 1961 a março de 1964), um novo contexto político-social emergiu no país. Suas características básicas foram: intensa crise econômico-financeira; constantes crises político-institucionais; crise do sistema partidário; ampla mobilização política das classes populares paralelamente a uma

organização e ofensiva política dos setores militares e empresariais (a partir de meados de 1963, as classes médias também entram em cena); ampliação do movimento sindical operário e dos trabalhadores do campo e um inédito acirramento da luta ideológica de classes. (TOLEDO, 2004, p. 2)

A década de 60, paradoxal e tragicamente, foi marcada pelo golpe militar, que interrompeu a experiência democrática retomada no segundo governo de Vargas e mergulhou o país em um dos períodos mais sombrios da história brasileira: o período da ditadura militar. Momento da história do país em que os militares, juntamente com os civis (políticos, empresários e detentores de grande capital) deram um golpe de Estado no país, usurpando o poder e retirando da Presidência do Brasil o então presidente João Goulart (1961-1964), eleito em processo democrático legítimo. Esse acontecimento explicitou e explicita a força do pensamento autoritário, presente nas ações dos segmentos conservadores de extrema direita, que se recusam respeitar a legitimidade das disputas e divergências peculiares à democracia política e não absorvem “a efetiva participação de organizações populares no cotidiano das relações políticas” (DELGADO, 2010, p. 142).

Após esse golpe de Estado, em 1964, que desrespeitou o sagrado voto das urnas, a jovem democracia e a Constituição Federal vigente, os militares deram o golpe nos demais golpistas (o chamado golpe no golpe) A esse respeito, o historiador Carlos Fico (2004, p. 24) diz: “Se a preparação do golpe foi de fato ‘civil-militar’, no golpe, propriamente, sobressaiu o papel dos militares. Além das movimentações de tropas, desde o início do regime foi indiscutível a prepon-

derância dos militares, em detrimento das lideranças golpistas civis”, instituindo a ditadura militar, que durou 21 anos (1964-1985). Época que ficou conhecida pela falta de democracia, pela censura, pela supressão de direitos constitucionais, pela perseguição política, pela tortura, entre outras violações aos direitos humanos. A ditadura militar, instituída em 31 de março de 1964, restringiu o exercício da cidadania, reprimiu com violência os movimentos sociais e os partidos de oposição, utilizando-se de prisões ilegais, tortura física e assassinato de militantes políticos, e interrompeu a experiência democrática da sociedade brasileira.

No tocante à política econômica após 1964, a questão do desenvolvimento em geral “não se trata mais da discussão do desenvolvimentismo enquanto uma ideologia e um projeto de desenvolvimento para o país” (SAES; SAES, 2016, p. 47). Os resultados foram bastante contraditórios, o país ingressou numa fase de industrialização e crescimento econômico acelerados, mas sem beneficiar a maioria da população, em particular, os trabalhadores.

Na ditadura militar, o uso e o controle dos meios de comunicação foi imprescindível à dominação político-ideológica, pois somente era permitida a veiculação de matérias convenientes ao regime militar (DANTAS, 2014). Os fatos eram omitidos ou distorcidos pelos órgãos de censura do regime militar. Em Campina Grande, por exemplo, o jornal *Diário da Borborema*², em geral, se posicionava como se não estivesse acontecendo nada de grave no país, como se fosse natural a interrupção de um governo legítimo e a instalação de uma ditadura (MONTENEGRO; SILVA, 2011).

2 Fundado em 02 de outubro de 1957 e que possuiu circulação diária e regular até 2012.

Durante o auge da ditadura militar, o periódico citado concedeu especial destaque às matérias sobre a Escola Politécnica, divulgando informações que iam desde a formatura de alunos à instalação de um “cérebro eletrônico”³, provavelmente devido à imposição da censura aos assuntos e temas sociopolíticos. E, também, porque a instituição era um patrimônio cultural de grande importância da cidade, já naquele momento a maior cidade do interior da Paraíba, um dos Estados mais pobres da região e do país.

FEDERALIZAÇÃO DA POLITÉCNICA

Em 13 de dezembro de 1960, o *Diário da Borborema* publicou uma matéria informando a transformação da Escola Politécnica da Paraíba, até então uma instituição de ensino superior estadual, em instituição federal. A Universidade Estadual da Paraíba fora federalizada por meio da Lei nº 3.835, de 13 de dezembro de 1960, assinada pelo então Presidente da República, Juscelino Kubitschek de Oliveira, passando a se chamar Universidade Federal da Paraíba.

A federalização da Universidade Estadual da Paraíba nesse período⁴ foi resultado de um processo de articulação da bancada parlamentar da Paraíba, que, pressionada pela Escola Politécnica da Paraíba e por outros segmentos das elites paraibanas, propôs a reunião dos cursos de ensino superior então existentes no Estado

3 Como eram chamados os computadores na década de 1960.

4 Segundo Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque, em 1955, o governador José Américo de Almeida (1951-1956), criou a Universidade Estadual da Paraíba, da qual fizeram parte a Politécnica e outras instituições de João Pessoa, também criados em seu governo.

em uma única instituição: a Universidade Federal da Paraíba. Eram eles: Faculdade de Filosofia da Paraíba, Faculdade de Odontologia da Paraíba, Escola Politécnica da Paraíba, Faculdade de Direito da Paraíba, Faculdade de Medicina da Paraíba e Escola Anexa de Enfermagem da Paraíba (Portaria Ministerial nº 365, de 9 de junho de 1958), Faculdade de Ciências Econômicas da Paraíba, Escola de Engenharia da Paraíba, Escola de Serviço Social da Paraíba, Faculdade de Farmácia, da Universidade da Paraíba, e Faculdade de Ciências Econômicas de Campina Grande.

Existe um silenciamento na história do ensino superior na Paraíba no que diz respeito à participação da Escola Politécnica no processo de federalização que ensejou a criação da Universidade Federal da Paraíba. E é preciso que intervenhamos nesse silenciamento. Nossa pesquisa nos levou ao seguinte entendimento: a UFPB foi criada como resultado da luta da elite de Campina Grande para a transformação da Escola Politécnica da Paraíba em instituição federal de ensino superior.

Em fins da década de 1950, a Politécnica já havia formado duas turmas de engenheiros civis, em 1958 e em 1959, cujos egressos foram imediatamente absorvidos pelo mercado de trabalho; havia conseguido o terreno para a construção de sua sede definitiva, cujas obras de construção estavam aceleradas e em vias de inauguração; havia conseguido a contratação de alguns professores de seu quadro efetivo em regime de dedicação exclusiva; e recebia jovens dos Estados da região Nordeste, que chegavam a Campina Grande atraídos pela fama da jovem Escola Politécnica da Paraíba.

O entusiasmo dos professores, servidores técnicos (então chamados de funcionários) e alunos reflete o êxito da Politécnica e também o espírito de uma época de entusiasmo decorrente do crescimento econômico proporcionado pelo desenvolvimentismo – ideia de forte recepção em Campina Grande. Essas ideias iam ao encontro do imaginário presente na identidade da cidade, fazendo-se muito especial aquele momento da instituição (TORRES, 2010). E sua comunidade entendia aquele como momento único, ou o mais apropriado, para dar um passo ainda maior: transformar a Escola Politécnica da Paraíba em Universidade Federal de Campina Grande. Nessa estrutura, Campina Grande contava com a Escola Politécnica e com a Faculdade de Ciências Econômicas (FACE), que, mais tarde, se tornariam o Centro de Ciências e Tecnologia (CCT) e o Centro de Humanidades (CH), respectivamente. A proposta foi apresentada aos parlamentares da cidade, sendo solicitada a adesão deles à ideia e a esse projeto de federalização.

Ao tomar conhecimento do projeto da Poli, os parlamentares de João Pessoa condicionaram seu apoio à transformação do projeto (que beneficiava somente a Politécnica e a Faculdade de Ciências Econômicas) em uma proposta mais ampla, abrangendo as instituições de ensino superior da capital, João Pessoa. As lideranças da Poli não se opunham à criação da UFPB com as instituições que dispunham em João Pessoa, mas queriam ter sua própria “federal”. Todavia, a avaliação dos parlamentares era que não havia força política para criação de duas instituições federais na Paraíba naquele momento. Ou a UFPB ou nada. Diante daquela realidade, a Poli aquiesceu diante da proposta da bancada parlamentar da Paraíba.

E, desse modo, foi criada a Universidade Federal da Paraíba, com oito instituições de ensino superior da capital do Estado da Paraíba e duas instituições de ensino superior de Campina Grande.

O sonho de ser a Universidade Federal de Campina Grande ficou então adiado, somente se realizando, com algumas particularidades, 42 anos depois quando finalmente foi criada a Universidade Federal de Campina Grande, em 06 de abril de 2002.

DISPUTAS E RESISTÊNCIAS

No período de 1940 a 1960, muitos indivíduos e empresas se instalaram em Campina Grande, atraídos pelas oportunidades criadas pelo comércio de algodão e pela vitalidade econômica da cidade. Esses indivíduos e empresas contribuíram para o desenvolvimento socioeconômico campinense. No âmbito do ensino, destacaram-se a Escola Técnica do Comércio de Campina Grande (1955), a Fundação para o Desenvolvimento da Ciência e da Técnica (1956), a Faculdade Católica de Filosofia de Campina Grande (1952), a Faculdade de Serviço Social de Campina Grande (1951), que está na origem da Universidade Regional do Nordeste (URNe). Esta, que fazia parte desse momento histórico da cidade e suas elites, a qual passava por uma crença forte de valorização da educação e do ensino superior, foi criada em 1966 por meio de lei municipal e transformada, em 1986, na Universidade Estadual da Paraíba. Instalou-se na cidade para suprir uma lacuna na área da cultura, uma vez que se entendia que Campina Grande já estava bem encaminhada em termos

de condições para se desenvolverem ações em ciência e tecnologia, como afirma Lopes de Andrade (1967). “Mesmo sendo voltada para o desenvolvimento da ciência e tecnologia, a cidade está sendo dotada da URNe, que irá contribuir para o crescimento de outro campo de saber, o cultural” (DB, 01/03/1967, p. 02).

Quando iniciamos a pesquisa do Projeto Memória da Ciência e Tecnologia em Campina Grande (1952-2002), a literatura sobre a Escola Politécnica da Paraíba se resumia a três livros: *Escola Politécnica de Campina Grande – Uma Experiência de Desenvolvimento Tecnológico do Nordeste e Campina: Luzes e sombra*, ambos de autoria de Stênio Lopes; e *Politécnica - Primeira Escola Superior de Campina Grande*, de Edvaldo de Sousa do Ó. Após mais de dez anos de trabalho, temos algumas relevantes contribuições para a história da ciência e tecnologia em Campina Grande, especialmente para a história da Escola Politécnica.

Os primeiros livros sobre a Escola Politécnica, conforme já afirmado, fundaram uma imagética discursiva, um ver e um dizer sobre a querida Poli, vista e dita como lugar harmônico, fraterno, solidário e cheio de comunhão e felicidade, certamente com influência da participação engajada e apaixonada desses dois autores na história dessa instituição e também na de Campina Grande. Podemos entender o discurso fundador da Politécnica por alguns aspectos que nos parecem mais prováveis. É de conhecimento público que os autores dos primeiros livros sobre a história dessa instituição também foram seus fundadores e colaboradores. Edvaldo de Sousa do Ó fez parte do grupo que sonhou, discutiu, articulou e fundou a Escola Politécnica da Paraíba. E Stênio Lopes, embora tenha se envolvido com o

projeto após a fundação da instituição, foi um de seus pioneiros e a defendeu com sua “arma”: as letras, as ideias veiculadas no periódico *Diário da Borborema*. Ambos também foram professores dessa instituição e assim produziram uma história, conforme mostrado por Michel de Certeau (1999), a partir de “(...) um lugar social, de práticas científicas e de uma escrita”.

Esses fundadores da Politécnicia disputaram a hegemonia de um discurso, a história que representaria a realidade dessa instituição. Disputaram a perpetuação de um acontecimento que entendiam ter mudado “os destinos da cidade de Campina Grande”, a qual, na ausência dessa instituição, jamais ou talvez dificilmente tivesse se tornado polo de produção tecnológica em software e de referência acadêmica em dois cursos de grande prestígio na área tecnológica, Engenharia Elétrica e Ciência da Computação. É possível que, desde seus primeiros escritos, esses autores já estivessem disputando suas inscrições no legado deixado pela Poli: o campus universitário de Bodocongó, o Centro de Ciências e Tecnologia (CCT) e a Universidade Federal de Campina Grande.

A memória é um espaço de disputa (POLLAK, 1989). Disputavam esse espaço contra a mediocridade e o comodismo que tendem a predominar em suas zonas de conforto, no ordinário de cada dia, uma vez que esses autores – no sentido lato do termo – não se contentavam com a mesmice. Essa disputa foi vencida, ao menos no plano discursivo, pois a história da Politécnicia que prevalece é a do lugar de felicidade e harmonia. Discurso que deve ser entendido em seu tempo e lugar. Mas é preciso revolver as camadas de proteção

e desconfiar, interrogar, suspeitar; entender os silêncios, identificar as lacunas, buscar respostas. Histórias que foram se tornando mais impertinentes à medida que realizávamos as entrevistas em busca das memórias de fundadores, pioneiros, colaboradores, professores, funcionários, alunos da Politécnicia. Relatos e colaborações de grande relevância à historiografia desse tema.

Começamos as entrevistas com prioridade para os fundadores (professores ou funcionários), pois já se encontravam em idade avançada, e era muito importante obter o registro de suas memórias. Ao mesmo tempo, realizávamos também as entrevistas com os pioneiros. Por fundadores da Escola Politécnicia da Paraíba, nomeamos aqueles que participaram desde a discussão da ideia de criação da Politécnicia até, e especialmente, os que participaram da reunião que criou a Escola Politécnicia da Paraíba (1952). E nomeamos de “pioneiros” aqueles que passaram a fazer parte do quadro efetivo da Politécnicia nos seus primeiros ou nos anos da gestão de seu primeiro diretor, Antônio da Silva Moraes.

Havia, na Escola Politécnicia, muitas qualidades e competências e também muitas limitações, desafios e disputas. Essa instituição não foi um paraíso, nem lugar mítico de paz e harmonia, assim como não são as instituições de ensino superior ou de outro nível no Brasil ou no exterior. O que se destaca nessa instituição é a amplitude relacionada à quantidade de indivíduos e, portanto, de possibilidades de tensionamentos nas defesas dos diferentes interesses, por vezes conflitantes. Certamente essas disputas, fossem por causa de cargos, fossem por vaidades não atendidas ou não reconhecidas, deram ensejo a imagens que, se não chegaram a denegrir,

sem dúvida, atingiram a contribuição de alguns de seus atores. Aqui destacaremos um dos atores de maior projeção da Escola Politécnica da Paraíba, o engenheiro civil, natural de Campina Grande, Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque, diretor da Politécnica no período auge da ditadura militar.

A partir de 1964, a Escola Politécnica passou pelas dificuldades do período da ditadura militar. Ressaltemos que sua extinção se deve à reforma da estrutura acadêmica imposta pelo MEC, a chamada reforma cêntrica.

Tempos de poucos recursos, censura, policiamento ideológico, perseguição. Sobre o assunto, o ex-funcionário da Poli José Nogueira⁵ relatou em entrevista concedida ao Projeto Memória:

Lynaldo Cavalcanti passou a ser vigiado porque tudo tinha que ter o crivo dos militares. Sendo assim, tudo ficou mais difícil nesse tempo (...), no começo do golpe, foi muito pesado, a gente era vigiado, para se ter uma ideia, havia militares na Escola disfarçados. Com a instalação do golpe, todas as atividades da Politécnica tinham que ser comunicadas com antecedência ao comando do regime; por exemplo: para se ter uma aula de campo, na cidade de Boqueirão, o professor tinha que mandar um ofício ao Comandante do Exército com a relação dos alunos, porque o comandante ia examinar a relação dos alunos, e se tivesse algum suspeito, ele tirava da lista e suspendia a viagem, ou seja, tudo ficou mais difícil devido à presença dos militares. Mas a Escola, mes-

⁵ José Nogueira foi funcionário da Escola Politécnica, depois UFPB. Era motorista da Administração Superior e prestou serviços ao professor Lynaldo Cavalcanti. É aposentado pela UFPB e, atualmente, trabalha como motorista contratado pela Associação Técnico Científica Ernesto Luiz de Oliveira Júnior (ATECEL).

mo assim, não parou. Porque o Dr. Lynaldo [Cavalcanti] era muito teimoso e tocou o barco para frente a ponto de criar uma certa desconfiança no próprio Reitor [Guilardo Alves Martins], que achou que ele estava avançando demais. O Reitor achava que tudo tinha que passar pelo controle dos militares e doutor Lynaldo continuou fazendo a Escola crescer. Por conta da centralização, e por ser muito vigiada, veio a ideia de se criar a ATECEL⁶; justamente para dar um apoio à Escola Politécnica, porque estava muito difícil continuar os projetos. (NOGUEIRA, 20/05/2004, p. 6-7.)

Outro relato sobre as dificuldades enfrentadas pela Politécnica no período da ditadura nos foi dado pelo professor Edson Pereira. Segundo ele, a Politécnica só não fechou porque contou com ajuda do segmento empresarial.

A Escola Politécnica não fechou graças ao apoio de empresas da cidade, da Federação das Indústrias e da Associação Comercial. Mesmo assim nós nos cotizávamos para compra material de expediente, (...) para manter a Escola Politécnica funcionando. Nós fazíamos questão que nossos alunos soubessem disso, que eles estavam fazendo prova com papel comprado pelos professores, que o mimeógrafo não parava de produzir material didático porque os professores davam dinheiro para comprar estêncil e álcool e o que precisasse [ser comprado]. (PEREIRA, 05/10/2004, p. 10)

A ditadura militar não diminuiu as dificuldades de recursos da educação superior na UFPB. Algo singular, porém, aconteceu

⁶ Associação Técnico Científica Ernesto Luiz de Oliveira Júnior (ATECEL).

nessa instituição. Enquanto o reitor, homem de confiança do regime militar, aceitava as dificuldades como naturais, na Politécnica, Lynaldo buscava solução para os desafios de manter uma instituição de qualidade de ensino e não dispor dos meios para isso. Nesse sentido, realizou uma gestão que buscou parceiros, financiamentos e apoios. Nesse sentido, relata seu primeiro contato com o CNPq, em busca de apoio financeiro:

[...] levei um bom tempo para conseguir o primeiro apoio [...] consegui o auxílio para renovar o equipamento do laboratório de ensaio de materiais da Politécnica, que eu tinha montado um laboratório com equipamentos que eu consegui a doação do DNOCS. (...) era um equipamento velho que nós reciclamos e botamos para funcionar e fazíamos ensaios de materiais para várias instituições e para ensino também. Mas eu precisava de uma máquina universal de ensaio, um equipamento de maior porte, (...) levei uns dois anos ou mais para conseguir no CNPq. (ALBUQUERQUE, 14/01/2005, p. 11)

O próprio Lynaldo Cavalcanti, em entrevista concedida ao historiador Manuel Domingues Neto, então vice-presidente do CNPq, afirmou que tinha muita ambição no que se referia à Escola Politécnica. Talvez por isso, e por outros motivos, ele tenha sido “analisado” mais de perto pelo reitor Guilardo Martins.

Eu queria fazer da “escolinha” de Campina Grande, como era chamada pelos cearenses e pernambucanos, uma Escola. Uma Escola que fosse respeitada, que tivesse conceito, que tivesse qualidade, que tivesse professores qualificados, que tivesse pesquisa,

tivesse tecnologia, tivesse relação com a indústria. Esse era meu sonho (...). (ALBUQUERQUE, 11/01/2005, p. 07)

Entretanto a relação entre o diretor da Escola Politécnica da Paraíba e o reitor da Universidade Federal da Paraíba não era fácil. “Mesmo sendo uma relação profissional, nunca foi boa”, afirma Cavalcanti (2005).

O reitor chegou a impedir que colaborações interinstitucionais ocorressem. Vejamos:

[...] fiz uma proposta [ao Conselho Britânico] para uma cooperação em engenharia mecânica, depois, em função da intervenção do reitor Guilardo Martins, o Conselho Britânico fez um ofício para mim dizendo que o reitor não recomendava a cooperação com a Escola Politécnica em mecânica porque ele pretendia concentrar mecânica em João Pessoa (...) então, diante disso, eu direcionei a cooperação para eletrotécnica e para engenharia civil. (ALBUQUERQUE, 14/01/2005, p. 7)

Independentemente das tensões entre a Politécnica e a reitoria da UFPB, o funcionamento do campus de Campina Grande tocava sua vida normalmente. E esse “normalmente” incluía as sempre presentes ações que não deixavam a Poli cair em rotina, ou melhor dizendo, as novidades faziam parte de sua rotina.

O *Diário da Borborema*, nesse mesmo período, publicava notícias sobre os candidatos aprovados no vestibular e algumas notícias irrelevantes, haja vista o momento político por que passava o país. Entretanto, em uma busca mais acurada, encontramos algumas

poucas notícias do *Diário da Borborema* nas quais a Politécnica era citada e que é possível perceber críticas veladas, sempre implícitas, à ditadura, como a matéria publicada no *Diário da Borborema* de 1º de abril de 1964 sob o título “Alunos da Politécnica decidem, em assembleia, entrar em greve para apoiar o presidente João Goulart”. E continua: “Segundo Gil Teixeira Filho, presidente do Diretório Acadêmico da Politécnica, o movimento paredista será uma manifestação da greve geral decretada pela UNE em sinal de protestos contra a crise atual e contra a crise nascida de uma política dirigida por maus brasileiros”.

Edson Pereira nos relata algumas lembranças de sua experiência no Movimento Estudantil da Escola Politécnica.

[...] entrei em [19]63 e, na época, quem já estava no Movimento Estudantil filtrava muito os que pretendiam entrar, os que chegavam eram observados muito tempo até merecerem a confiança de participar do Movimento Estudantil, mas nós o fizemos, e acho que fizemos bem, fizemos com lisura, com espírito público, com patriotismo, lutávamos pela melhoria de qualidade de ensino, muita coisa do discurso que ainda se vê hoje, mas realmente melhoria da qualidade do ensino, só que nós também não colocávamos a administração como inimiga, apenas somos de lados opostos. Havia um entrosamento muito grande entre os alunos e a administração, o Diretório Acadêmico apoiava muito a administração da antiga Politécnica até para fortalecimento, porque havia o preconceito contra a Escola Politécnica, principalmente quando ela começou a fazer parte da Universidade Federal da Paraíba. A Politécnica sempre foi discriminada, **ou a gente se unia ou então simplesmente o projeto podia falir.** (PEREIRA, 05/10/2004, p. 7-8) (grifo nosso)

O golpe militar ocorrera três meses após a nomeação de Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque como diretor da Escola Politécnica da Paraíba⁷. E, ao contrário do que Pereira afirma, Lynaldo por um tempo não foi bem quisto pelo Diretório Acadêmico da Escola Politécnica, que o via como um indivíduo de “direita”.

Antes de Lynaldo, disse Edson Pereira, o antigo diretor, Antônio da Silva Moraes, era mais preocupado em fazer a Escola funcionar com o curso de Engenharia Civil e, em alguns momentos, a instituição acabava se mostrando apolítica.

Doutor Moraes, assim como os demais administradores e professores, sentia que a situação da Escola Politécnica era frágil e se fragilizaria mais ainda se pendesse para esse ou aquele grupo político, então tentavam efetivamente manter uma posição equilibrada de quem quer manter a instituição apolítica. (PEREIRA, 05/10/2004, p. 7)

É possível constatar dois níveis de disputa: o “de dentro” e o “de fora”. Por “de dentro”, entendemos as disputas por poder na gestão, então relacionadas ao cargo de direção da Escola Politécnica e a oposição política a Lynaldo mantida pelo Diretório dos Estudantes. Enquanto “de fora”, seriam relacionadas ao boicote criado pelo reitor Guilardo Martins à Politécnica e às dificuldades impostas pelo regime político ditatorial.

⁷ Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque foi nomeado em 03 de janeiro de 1964, para mandato com término em dezembro de 1967. Mas houve uma alteração nos mandatos de instituições federais, de modo que sua gestão foi prorrogada para um segundo mandato, que findou em março de 1971.

Quanto à disputa interna, ou “de dentro”, não temos ainda indícios de que a oposição a Lynaldo tenha apresentado projeto político acadêmico, o que nos leva a inferir que a disputa interna travada por seus opositores se resumia a interesses de indivíduos e grupos por ocupar os cargos superiores de gestão.

O projeto político pedagógico implantado por Lynaldo teve como metas: a qualidade de ensino, com ampliação do quadro docente em regime de trabalho de dedicação exclusiva; a construção de laboratórios com condições de formação dos alunos; o incentivo à pesquisa e à extensão universitária; a qualificação docente; e o intercâmbio nacional e internacional. Já no tocante à disputa com os “de fora”, podemos verificar que houve, sim, dificuldades ampliadas pelo boicote de Guilardo Martins, com quem Lynaldo nunca teve uma relação fácil.

Nunca tinha visto [Guilardo Martins] na minha vida, sabia nem quem [ele] era. E foi um período difícilimo, quer dizer, imagino que os outros diretores atravessaram o mesmo problema, talvez os de João Pessoa menos porque conheciam ele, (...) ele pra mim foi um negócio de total desconhecimento, não sabia quem era e houve muita dificuldade inicial de relacionamento com ele. (ALBUQUERQUE, 11/01/2005, p. 10)

Essa dificuldade, certamente, se fez ainda maior para Guilardo Martins, totalmente desprovido de perfil administrativo, diante do perfil inquieto, inovador e empreendedor do gestor Lynaldo Cavalcanti. Foram muitos os boicotes, dos quais apresentaremos

alguns. Em 1963, foi criado o curso de Engenharia Elétrica na Politécnica. Lynaldo fez parte do projeto de criação. Era uma ousadia sem tamanho uma instituição do interior do Nordeste criar um curso tão importante para a área estratégica de desenvolvimento no Brasil e mundo. Em 1964, com o golpe militar e a nomeação pelo regime militar de Guilardo Martins para reitor da UFPB, o curso de Engenharia Elétrica viu-se na iminência de ser extinto antes de seu começo. Faltavam profissionais em condições de contribuir com a formação dos alunos e consolidação do curso. A Poli já mantinha contatos com o ITA, mas a nova gestão estreitou ainda mais essa relação de colaboração.

[...] eu não tinha pretensão e nem tinha cacife para, eu como diretor de uma escola do interior, sem muito apoio do reitor, que nem entendia o que eu estava fazendo, eu... eu prometer mais do que eu prometia, eu ia ao ITA não pegava professor, é evidentemente que eu não teria cacife para isso. [mas] pegava recém-graduados, os melhores. (...) a minha experiência me dizia o seguinte: um graduado do ITA na década de 60 era igual um mestre da COPPE⁸ (...). (ALBUQUERQUE, 06/01/2005, p.25).

Outra disputa com “os de fora” expressa bem o pioneirismo da Escola Politécnica com repercussões positivas para os seus cursos, entre os quais o de Engenharia Elétrica: a instalação de um computador IBM-1130, o primeiro da Poli e o primeiro existente em uma escola superior do Norte e Nordeste, ao final de 1967.

8 Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia (COOPE). Fundada em 1963.

Era um computador enorme, criado pela IBM em 1965 para uso de engenheiros, cientistas e matemáticos, além de suportar também serviços administrativos de pequeno volume. Máquina de terceira geração para a época, com 32K de memória principal e um sistema formado por uma unidade de disco de 512K de 16 bits, uma impressora de 120 linhas por minuto e uma leitora de cartões com velocidade de 600 cartões por minuto. O IBM 1130 tinha a capacidade de uma simples máquina de calcular, mas, para a época, era extremamente útil e inovador.

Procurado para apoiar o projeto de aquisição do computador para a Escola Politécnica, Guilardo Martins se recusou. Discordava que o computador fosse alojado em uma cidade do interior. Só apoiaria a ideia se fosse do interesse e demanda do campus de João Pessoa. Diante dessa recusa, Lynaldo junto com professores e funcionários buscaram alternativas para a compra do computador. Surgiu, então, a proposta da criação da Associação Técnico-Científica Ernesto Luiz de Oliveira Júnior (ATECEL) para viabilizar o Centro de Processamento de Dados (CPD) da Politécnica.

Desse modo, a ATECEL foi criada em agosto de 1967. “Para fazer essas coisas que não podia fazer institucionalmente, foi através da ATECEL que se conseguiu comprar o computador”, como afirma o professor Stênio Lopes (28/07/2004, p. 15).

José Marques de Almeida Jr. (o Dr. Zezé), professor-fundador da Escola Politécnica da Paraíba, nos relatou o porquê e a importância da ATECEL:

[A ATECEL] surgiu na Universidade, na Politécnica, para que os recursos fossem aplicados com maior rapidez, e o mais barato possível. Para isso, foi criado esse órgão, que fazia as obras, [e as] executavam (...) e, ainda hoje, faz esse serviço. O que é de ruim, “carne de peçoço”, a Escola mandava para a ATECEL. (ALMEIDA JR, 25/06/2004, p. 26.)

O dinheiro necessário à aquisição do IBM 1130 foi obtido por meio do envolvimento de toda a comunidade acadêmica – professores, funcionários e alunos, tendo contado também com apoio de indivíduos e segmentos da sociedade campinense.

Nós fizemos um movimento entre os ex-alunos, nesse tempo já tínhamos umas 8 turmas de ex-alunos. Eram turmas pequenas, mas tinha muita gente que era ligada à Escola (...) e cada um doou (...) [C215] 200 cruzeiros e fizemos uma rifa de um [carro] Volkswagen, uma rifa de um boi? (...) para gerar recursos para [pagar] as despesas da instalação [do IBM1130], para fazer um piso de madeira, piso falso para esconder as instalações, reforçar a instalação elétrica (...). (ALBUQUERQUE, 11/01/2005, p. 19)

Na época, o computador comprado para a Politécnica custou em torno de 17 (dezessete) mil cruzeiros novos. Era muito dinheiro para a época.

A instalação do IBM1130 foi noticiada pelo Diário da Borborema em dois momentos: o primeiro em 04 de julho de 1968, que,

9 Segundo Stênio Lopes, “Esaú Catão criava gado holandês de primeira qualidade e fornecia leite para a cidade. [Ele] ofereceu um reprodutor holandês novinho, importado diretamente da Holanda, então foi o primeiro objeto do sorteio”.

além de informar aos leitores que professores, alunos e ex-alunos da instituição, além de várias empresas do município, ajudaram a pagar quase todo o valor do “cérebro eletrônico”, dizia que o equipamento não seria de uso exclusivo da universidade:

Ajuda decisiva de JA ao computador da Politécnica

Como é do conhecimento público, os professores da Escola Politécnica de Campina Grande, sempre procurando melhorar e aperfeiçoar as condições técnicas para a formação mais apurada dos seus alunos, criaram, há alguns meses atrás, a Associação Técnico Científica Ernesto Luiz de Oliveira Júnior (ATECEL), com a finalidade de promover pesquisas nos campos da hidráulica, mecânica, eletrônica e em outros setores da engenharia para a realização de suas finalidades, a ATECEL criou e irá manter um Centro de Processamento de Dados que disporá de um computador eletrônico IBM – 1130, já encomendado e que será instalado ainda este mês em dependência da Escola Politécnica cedida para esta finalidade. O uso do computador IBM 1130, além dos serviços que prestará às empresas públicas e privadas de Campina Grande e do estado da Paraíba, possibilitará melhor formação dos alunos dos cursos de Engenharia Civil, Mecânica e Elétrica da Escola Politécnica da Universidade Federal da Paraíba, possibilitando à referida Escola ficar em dia com os avanços da ciência e tecnologia. As demais Escolas Superiores de Campina Grande terão pleno acesso ao computador para trabalhos didáticos e de pesquisa sem nenhum ônus. (...) APOIO DO GOVERNO: O governador João Agripino recebeu em audiência especial no Palácio da Redenção, ontem, pela manhã, uma comissão de professores integrada por Lynaldo Cavalcanti, José Geraldo de Araújo, Luiz José de Almeida, Regis Ribeiro Guimarães e

Walter de Lázaro, e o presidente do Diretório Acadêmico da Politécnica, o estudante Evaldo Antonio Miranda de Souza, acompanhados dos secretários de estado Juarez Faria e José Marques de Almeida Junior. Na oportunidade, o chefe do Executivo paraibano garantiu uma ajuda substancial, através do pagamento de 50% do aluguel, durante um período de carência, de pelo menos seis meses, num total geral de cerca de 20 mil cruzeiros novos. (...).

E, em 18 de agosto de 1968, mês em que ocorreu a instalação do computador, foi publicada a seguinte notícia:

Campina na era da automação

[...] Com a inauguração do computador IBM-1130 na Escola Politécnica, cuja programação de trabalho alcançará várias empresas privadas e públicas, além do treinamento de alunos dos cursos de engenharia daquela unidade de ensino e pesquisa, a nossa cidade revela-se mais uma vez pioneira no Nordeste brasileiro, colocando-se em pé de igualdade com Fortaleza, Salvador e Recife e outros grandes núcleos urbanos do Brasil que já utilizam computadores em suas atividades científico-tecnológicas e econômicas. O crescente intercâmbio de informações; professores e alunos entre a Escola Politécnica de Campina Grande e o ITA, um dos mais adiantados centros de pesquisas e estudos do Brasil e do mundo, assim como entre a escola campinense e universidades da Europa e entidades internacionais interessadas em projetos nos campos científicos e de tecnologia, eis o que principalmente explica a inauguração de ontem, atraindo sobre a nossa cidade as atenções do mundo cultural brasileiro e de outros países. Na opinião praticamente unânime dos que a conhecem em sua atual fase de expansão, formando quadros técnicos

de alto nível, não ser dos melhores de que se pode orgulhar o ensino superior do Nordeste, mas de todo o país a Escola Politécnica de Campina Grande enfileira-se, hoje entre as quatro ou cinco escolas de engenharia de maior renome do Brasil, graças à seriedade do trabalho que realiza e aos elevados objetivos que presidem a orientação de seus currículos. A Politécnica desmentiu todo o pessimismo fundado na desconfiança de que, fora dos centros urbanos tradicionais do litoral, representados pelas capitais políticas dos estados, não era possível o ensino superior em alto nível e capaz de amplo reconhecimento pelas elites, culturais do país e do estrangeiro. (...).

Oficialmente, segundo Lopes, não veio nenhum dinheiro da reitoria da Universidade Federal da Paraíba. O computador foi adquirido com ajuda dos estudantes e ex-estudantes da Politécnica e da sociedade campinense. E foi para a sociedade campinense que o computador passou a prestar serviços, sendo também uma forma de angariar fundos para pagar as prestações da máquina. “Nós começamos a gerar recursos meses depois, quando a gente começou a imprimir folhas de pagamento do governo do Estado, imprimir contas da CAGEPA, da SANESA, enfim, da Companhia de Eletricidade de Campina e de João Pessoa”, afirma Cavalcanti.

Ainda no ano de 1968, Lynaldo Cavalcanti deu início à implantação de cursos de pós-graduação na Poli, o que acabou se concretizando dois anos depois, com a instalação do mestrado em Engenharia Elétrica, em 5 de outubro de 1970, em sessão solene com a presença do reitor Guilardo Martins.

É importante trazer aqui mais um fragmento da entrevista do professor Pereira que afirma que a criação dos cursos de pós-graduação em Campina Grande deixou o reitor um pouco incomodado.

Durante a ditadura, na gestão do reitor Guilardo Martins, que se encheu de ciúmes com relação à direção da Escola Politécnica, mais especificamente com relação à pessoa do Lynaldo Cavalcanti, porque Lynaldo conseguiu dois cursos de pós-graduação para Campina Grande, quando não se esperava isso antes de mais dez anos de vida da Escola: o curso de pós-graduação em Civil e o curso de pós-graduação em Elétrica. (PEREIRA, 05/10/2004, p. 8)

A imagem de uma Escola progressista e moderna, que estava ajudando a cidade de Campina Grande a se modernizar, a ser um centro de excelência no ensino superior e que ajudaria a solucionar os problemas regionais, mesmo numa época tão conturbada política e economicamente que foi a década de 60, era bastante forte como poderemos perceber na matéria que o *Diário* publicou comemorando os dez anos da Poli.

[...] A partir de 1963, com a mudança para sua sede própria, em Bodocongó, vem apresentando grande expressão com a ampliação da área construída, instalação de diversos laboratórios e aumento do acervo de seus equipamentos. Também foram criados os cursos de Engenharia Elétrica e Engenharia Mecânica, além das opções de Transporte e Saneamento, do curso de Engenharia Civil. Elevou-se ao nível de ensino tecnológico e básico, com a incorporação de novos docentes egressos de outros centros, principalmente do ITA. AVANÇO: Professores estrangeiros, de alto nível, através da Cooperação Técnica

Francesa, da USAID e da Comissão FULBRIGHT lecionam naquela escola superior e vários professores participam de curso de pós-graduação e aperfeiçoamento no sul do país e no estrangeiro. A EPUPF mantém convênios com a Escola de Engenharia de São Carlos e o ITA, por meio da Universidade Federal da Paraíba, e acordos de cooperação técnica para Hidráulica de Toulouse, França. EXPANSÃO: A Escola Politécnica é hoje, indiscutivelmente, uma das melhores unidades de engenharia do nosso país, para satisfação e orgulho dos campinenses. Dispõe de área construída de 600 m² e, no momento, se encontram em construção mais 1300 m². Trezentos jovens de todo o Nordeste realizam seus estudos, orientados por 54 professores. (Diário da Borborema: 06/10/1967, p. 08)

Foi o vanguardismo e a vontade de fazer algo que pessoas como Antônio Morais, José Marques de Almeida Júnior, Stênio Lopes, Lynaldo Cavalcanti, alunos, funcionários, dentre outros, fizeram da Escola Politécnica uma instituição de excelência, favorecendo a instalação e a atração de empresas voltadas para produção e serviços de tecnologia em Campina Grande. Foram essas e outras notícias sobre o processo de desenvolvimento da cidade publicadas pelo *Diário da Borborema* num período em que o Brasil vivenciava, a contragosto, o regime militar.

CONCLUSÃO

Os relatos que nos servem de fonte para conhecer a história da Politécnica, as diferentes posições e simpatias dos entrevistados,

nos levam a discordar que a Escola Politécnica da Paraíba tenha sido um lugar de comunhão e harmonia. Desconfiamos que exista esse lugar no mundo de hoje. Sobre as tensões e disputas, entendemos que muito provavelmente surgiram de discordâncias do dia a dia, conforme segue.

Em 1963, Antônio Morais, diretor da Politécnica já há onze anos, foi convidado pelo reitor da UFPB da época, Mauro Márcio Porto, para fundar o Instituto Central de Química na cidade de João Pessoa (ALBUQUERQUE, 11/01/2005, p. 2). Antônio Morais aceitou o convite e ficou acumulando a direção da Politécnica com essa nova missão, enquanto não se dava a escolha de seu sucessor. Nessa ocasião, Lynaldo era o vice-diretor da Poli, por convite de Antônio Morais. Muito provavelmente, Antônio Morais frustrou-se com Lynaldo devido a uma ação administrativa tomada por ele, quando estava diretor em exercício, em uma das ausências de Morais, então instalando o referido instituto. Por essa altura, o candidato natural à sucessão de Morais era José Marques de Almeida Jr, conhecido por Doutor Zezé, e Lynaldo era o candidato da preferência da maioria da Congregação.

Naquele tempo, não havia ainda o voto direto nas instituições de ensino, ou seja, a comunidade acadêmica não votava nos seus gestores. A nomeação do diretor, bem como do reitor, era feita pelo Ministro de Educação (MEC) a partir de uma lista sêxtupla. O processo de escolha dos nomes para compor a lista sêxtupla para diretor da Politécnica, a ser encaminhada para o MEC, era feita pela Congregação, tipo de assembleia departamental. Antônio Morais

articulou com alguns professores a indicação do nome de Austro França Costa, professor membro do grupo fundador da Politécnica. E embora a legislação federal não permitisse a participação de alunos e servidores técnicos na escolha dos gestores, a chapa de Austro França se adiantou buscando o apoio dos alunos por meio do Diretório Acadêmico da Escola Politécnica da Paraíba. E os estudantes sabem animar uma eleição e fazer pressão política. A disputa se deu com suas articulações, pressões e manobras, e “aquela pitada” de desqualificação do oponente, recorrente nessas disputas. Foi a partir desse momento, no processo de campanha eleitoral, que surgiu o discurso de que Lynaldo representava a direita e Austro França (por extensão, Antônio Morais) representava a esquerda. Sobre esse episódio, disse Lynaldo: “a única forma de me queimar era me rotular de direita, porque Austro era tão direita quanto eu, talvez até mais, porque ele era um grande empresário na época e, pros padrões de Campina Grande, ele era um grande empresário e era da Federação das Indústrias...” (ALBUQUERQUE, 11/01/2005, p. 6).

Não obstante as estratégias de desqualificação de Lynaldo, sua chapa foi vencedora, sendo então nomeado diretor da Escola Politécnica da Paraíba para o mandato de 03 de janeiro de 1964 a 31 de dezembro de 1967. Mas afinal, foi simpatizante do golpe? Manuel Domingos, provocando o entrevistado em busca de respostas, indícios e pistas sobre o assunto, insiste:

MANUEL: (...) O senhor viu com certa simpatia o golpe?

LYNALDO: Bom, eu como classe média, a gente, via um pouco preocupado. A gente tinha aquela história, coisa que colocaram na cabeça da gente, que comunista come criança e não sei o quê, a gente de certa forma via com uma certa preocupação a situação que *tava* se criando no país, de instabilidade. (...) eu *tava* no governo há 3 [três] meses e pouco na direção da Escola Politécnica e já sentia o clima. O Diretório que tinha sido contra mim¹⁰ eu procurei me aproximar deles e trabalhar em consonância com eles, mas a situação era muito instável, inclusive internamente. (ALBUQUERQUE, 11/01/2005, p. 5)

Mas Lynaldo também falou sobre sua admiração por duas personalidades políticas da época, Miguel Arraes, então governador de Pernambuco, cassado no dia 1º de abril de 1964 por suas posições progressistas e de esquerda; e por Celso Furtado, destituído do cargo e exilado para fugir da tortura ou coisa pior.

[...] O Arraes... havia uma simpatia com ele, porque era uma pessoa que vinha renovar, que era uma pessoa que dava um grande respaldo em mudar o projeto da SUDENE que *tava* em andamento. 1959, 1963... a SUDENE *tava* no auge. Celso [Furtado] *tava* lá e inclusive aquela medida de Celso de mandar pessoal da SUDENE capacitado no estrangeiro na área de Recursos Hídricos, dar bolsas de estudo para os estudantes de ensino superior nos estados do Nordeste na área de Matemática, Física, Química e Biologia, o próprio CECINE, criado em Pernambuco e o CECIBA criado na Bahia, e outros centros de ciências... era uma coisa vista com muita simpatia e muito apoio. Celso também, nós apoiávamos muito Celso, que foi engolfado e derrubado pela Revolução. (ALBUQUERQUE, 11/01/2005, p. 8)

10 Refere-se ao processo de escolha do sucessor de Antônio da Silva Morais, em 1963, para escolha do novo diretor da Escola Politécnica da Paraíba.

Diante da polarização ideológica entre ditadores usurpadores do poder e militância de esquerda, parte significativa da sociedade brasileira adotou a posição de não se envolver, não se comprometer, não expor clara ou publicamente sua opinião, por medo ou por outras razões que fogem ao objetivo deste artigo. Muitos fizeram apenas “dançar conforme a música” (*sic*), o que não significa que essa posição fosse de defesa da ditadura. Em muitos casos, foi uma posição de sobrevivência, de defesa da própria segurança e da segurança de familiares.

Lynaldo, ao que nos parece, não vinculava suas simpatias a posições políticas e ideológicas, mas a ações efetivas de desenvolvimento do Nordeste. Não encontramos registro de manifestação política contrária ou favorável à ditadura, ou à democracia, representada pela esquerda. Lynaldo foi inovador, ousado, arrojado em sua gestão, não mediu esforços para dotar a Politécnicade condições de qualidade em pessoal, ambientes, equipamentos, pesquisa, pós-graduação e intercâmbio acadêmico. Não discriminou posição política nem de direita nem de esquerda, mas trouxe para junto de si pessoas que comungavam com o espírito inovador, em geral indivíduos progressistas ou de esquerda. Teve uma gestão ideologicamente vinculada a uma concepção desenvolvimentista para a nação, cuja contribuição, consoante a essa compreensão, realizava o quanto podia na Escola Politécnicade Paraíba.

Em passagens de sua entrevista ao CNPq, Lynaldo afirmou que nunca fez concessão ao golpe, o que é possível ser constatado nas

mais de duzentas páginas de entrevista, nas memórias dos entrevistados pelo Projeto Memória da Ciência e Tecnologia e nas conversas informais tidas com várias pessoas da época. Aliás, o que mais causa admiração nas pessoas e tem sido um dos assuntos mais destacados é, justamente, o período de Lynaldo Cavalcanti como reitor da UFPB, em que a universidade admitiu em seu quadro de pessoal dezenas de indivíduos de posição política de esquerda, alguns deles perseguidos pela ditadura militar. Período também de funcionamento democrático nas instâncias deliberativas da UFPB. Isso em plena ditadura, mas prevalecendo na universidade o discernimento intelectual de Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque e a valorização que dava às pessoas, às gentes.

REFERÊNCIAS

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

DANTAS, Audálio. A mídia e o golpe militar. In: **Estudos Avançados**. v. 28. n. 80. São Paulo, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142014000100007>. Acesso em: 30 abr. 2017.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. O Governo João Goulart e o golpe de 1964: memória, história e historiografia. **Revista Tempo**. v. 14. n. 28, jan./jun. 2010.

DO Ó, Edvaldo de Sousa. **Politécnica** - Primeira Escola Superior de Campina Grande. Campina Grande: Editora Campina Grande LTDA, [s.d.].

FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. **Revista Brasileira de História**. v. 24. n. 47. São Paulo: 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882004000100003>. Acesso em: 27 abr. 2017.

LOPES, Stênio. **Escola Politécnica de Campina Grande** – Uma Experiência de Desenvolvimento Tecnológico do Nordeste. Campina Grande: Editora Tecnal, s/d.

LOPES, Stênio. **Campina**: Luzes e sombra. Campina Grande: [s.n], 1989.

MONTENEGRO, Rosilene Dias; SILVA, Fábio Ronaldo da. **Burlas e astúcias na Escola Politécnica da Paraíba no período da Ditadura Militar**: Memória, História oral e escrita. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300901091_ARQUIVO_Anpuh_2011-trabalhocompleto-doc.pdf>. Acesso em: 01 maio 2017.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989, p. 3-15. Disponível em: <http://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2017.

SAES, Flávio A. M. de; SAES, Alexandre Macchione. O pensamento econômico brasileiro no século XX: uma breve nota sobre as principais tendências e rupturas. **Economia & história**: difusão de ideias econômicas no Brasil. Revista da FIEPE. mar. 2016. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2499797/mod_resource/content/1/pensamento%20econonmico%20brasileiro%20tendencias%20.pdf>. Acesso em: 29 abr. 2017.

TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: o golpe contra as reformas e a democracia. **Revista Brasileira de História**. v. 24. n. 47. São Paulo, 2004.

TORRES, José Valmi Oliveira. **Escola Politécnica e a construção identitária de Campina Grande como polo tecnológico**. Dissertação de Mestrado. PPGH/UFCG, 2010.

Fontes

Edson Pereira. Entrevista concedida ao Projeto Memória da Ciência da Tecnologia, em 05/10/2004, 32p.

José Nogueira. Entrevista concedida ao Projeto Memória da Ciência da Tecnologia, em 20/05/2004, 14p.

Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque. Entrevista concedida ao CNPq, em 06/01/2005, 27p.

Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque. Entrevista concedida ao CNPq, em 11/01/2005, 22p.

Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque. Entrevista concedida ao CNPq, em 14/01/2005, 23p.

“EU SOU CAPAZ DE IR À LUA”: AS MULHERES DA POLITÉCNICA DE CAMPINA GRANDE

Raquel da Silva Guedes

“(…) Porque mulher não é pragmática. Não é uma questão de preconceito [...]. É que para ser uma mulher na área de exatas, ela tem que ser uma “mulherona” [guerreira], entendeu? Na engenharia as mulheres têm que ser independentes, fortes, porque a profissão exige isso de você. (PEREIRA, 2015, p. 23)

INTRODUÇÃO

Como as mulheres são tratadas na Ciência e Tecnologia (C&T)? Quais os principais desafios da profissão? Como elas enxergam a atuação na área em questão? Para responder a esses questionamentos, utilizaremos as entrevistas feitas com ex-alunas e ex-funcionárias da Escola Politécnica da Paraíba, em que relatam o cotidiano na instituição de ensino, buscando analisar o atípico e suas consequências. A proposta foi questionar e relativizar os discursos coletados de modo a entender a história feminina na Escola Politécnica da Paraíba.

Por questão de privacidade, utilizaremos nomes fictícios nos fragmentos utilizados no corpo do texto, uma vez que os relatos

trazem histórias pessoais, narrativas íntimas que tocam a sensibilidade da vida conjugal, materna e profissional. Como lidamos com mulheres ainda atuantes na profissão, mesmo tendo sua autorização, decidimos usar desse recurso para privar um pouco a intimidade de nossas entrevistadas.

As entrevistas feitas para esta pesquisa começaram com perguntas direcionadas, mas terminavam em um relato de história de vida, diante da empolgação dos entrevistados em falar sobre a participação na Escola Politécnica. Existem dois tipos de história de vida: a completa, que retrata o conjunto da experiência vivida; e a tópica, que focaliza uma etapa ou determinado setor da experiência que está se levando em questão (BONI; QUARESMA, 2005). Em nossas entrevistas, deixamos os colaboradores cientes de nosso interesse, no entanto colocamos nossos ouvidos à disposição para que eles falassem por largos espaços de tempo do cotidiano “daquela época” pelo simples prazer de contar que fizeram parte “daquela história”, que se respalda na atualidade com tanto louvor. O resultado foi positivo, pois lhes deixar à vontade nos permitiu tomar conhecimento de pequenas histórias cotidianas que refletem a realidade com a qual trabalhamos e que serão descritas durante este trabalho.

REFLEXÕES FEMININAS SOBRE SER ENGENHEIRA

O trecho que inicia esta escrita foi retirado da entrevista concedida por Helena Pereira ao Projeto Memória da Ciência e Tec-

nologia em Campina Grande¹¹. Trata-se de um comentário sobre o dado estatístico de que as mulheres engenheiras em atuação profissional não ultrapassam dez por cento dos profissionais de engenharia. Como entender esse dado? A entrevistada compreende que a condição de gênero feminino exige da mulher um sobre-esforço para se inserir no mercado profissional, exigindo delas qualidades pessoais como força de vontade, determinação e independência.

Helena Pereira repercute a imagética discursiva de que, para ser da engenharia, é preciso ser mais que uma mulher comum. É preciso ser “mulherona”, no sentido de ser “guerreira”, de lutar aguerridamente pela realização profissional. Não pode ser uma “mulherzinha” (comum, tida culturalmente como frágil e inapta ao exercício de determinadas funções).

Em geral, não nos damos conta de como reproduzimos a lógica discursiva que tem cumprido uma função de dominação de gênero, ou seja, a capacidade e função da mulher, que determina que, para estar em tal local, elas precisam apresentar um desempenho muito maior que o exigido ao homem. Evidente constatação da lógica da reprodução da diferença de gênero, que é uma diferença cultural, política e de poder. Ao enaltecer as conquistas profissionais, resultantes de muito esforço, determinação e, certamente, muita competência, a entrevistada não se apercebe - como, em geral, as mulheres e a sociedade como um todo não observam -, que reproduzem uma imagética discursiva.

11 O Projeto Memória da Ciência e Tecnologia se inicia como uma proposta de projeto de pesquisa, efetivamente realizada, mas que ganha tamanhas proporções que desde 2005 funciona como um Núcleo de estudos em História de Ciência e Tecnologia, Memória e História Oral.

A MULHER NA C&T TEM QUE SER MAIS FORTE?

A visão que as entrevistadas passaram denuncia que o feminino nessa área precisa ter uma rigidez e se adequar ao espaço e às características da profissão. Essas exigências, em geral, são expressas como “dificuldades”, por sua vez criadas culturalmente pelo gênero dominante, que geralmente detém a primazia do discurso e do poder de decidir.

Certamente, essas dificuldades de gênero (aqui entendidas como a dificuldade cultural de o gênero masculino se comportar com respeito à igualdade, por um lado; e a dificuldade cultural de o gênero feminino se manter na disputa pelos espaços diante dos significativos obstáculos criados pelas máquinas de poder) estão relacionadas e provavelmente têm acarretado a desistência das mulheres nessa área.

Refletindo sobre a presença feminina no curso em que se dispôs a atuar, quando aluna da graduação em Ciências da Computação, Rafaela Duarte, hoje professora Doutora do Departamento de Ciências da Computação da Universidade Federal de Campina Grande - UFCG¹², ressaltou: “A minha turma de graduação era meio a meio, mas os professores sempre foram quase que 100% homens. Já como professora, de turmas de 41 alunos, apenas 4 são mulheres. Eu não sei explicar o motivo, mas gostaria de saber” (2016, p. 05).

¹² Resulta da criação da Escola Politécnica da Paraíba de criação em 1952 com o curso de Engenharia Civil. Ademais vira Centro de Ciência e Tecnologia da Universidade Federal da Paraíba em 1975 e, apenas em 2002, é desvinculada, formando a Universidade Federal de Campina Grande.

É inegável a diferença quantitativa na participação feminina. Sobre essa diferença, Eduarda Silva reflete:

Elas são poucas e, com o passar do tempo, acho que foi piorando a situação [...] eu não sei explicar esse fenômeno, não ... Mas, em vez de ir aumentando [a quantidade de mulheres nas engenharias], foi diminuindo. Eu cheguei a ter uma turma onde só tinha uma aluna. Ela hoje, inclusive, mora na França. [...] Então, essa turma só tinha ela de mulher, e assim sempre tinham poucas, tinha período que eram duas, três, quatro... Eu não sei o que acontece, talvez, uma coisa que eu fico pensando, na minha geração era aquela época que tinha, era um rescaldo da libertação sexual, que a mulher começou a ir para todos os lugares, se liberar, [...] a engenharia era um símbolo, um reduto machista, não é? Que era uma forma de invadir, de chegar lá, entende? Pode ser que tenha alguma coisa a ver com isso, mas depois foi caindo, caindo. (SILVA, 2016, p. 09)

Para as entrevistadas, existe uma causa que afasta as mulheres de seguir carreira nas áreas da ciência e da tecnologia. Rafaela Duarte constata isso, mas não sabe explicar o motivo, enquanto Helena Pereira acredita que o feminino não quer encarar as barreiras que a profissão exige e este pode ser o motivo da pouca quantidade feminina nessa área, ressaltando que, para ela, o ramo exige mais das mulheres. Já Eduarda Silva entende que, na década de 1960, devido ao movimento feminista e às reivindicações de igualdade de sexo (hoje ressignificada por meio do conceito “igualdade de gênero”), fazer a opção por ser engenheira significava um protesto à libertação

feminina, pois o espaço da engenharia era predominantemente masculino, e hoje essa causa feminista tem perdido força.

Percebe-se que a construção discursiva que naturaliza o espaço da ciência e da tecnologia como masculino também se faz presente nas mentes das próprias mulheres que atuam na área. Uma vez que precisam ser “mulheronas”, ter forças para lidar com as adversidades, revelando uma ambiguidade de pensamento.

Vejamos o que nossas colaboradoras revelaram sobre as relações interpessoais nos seus espaços de trabalho, de familiares e de amizade. Iniciaremos pelas memórias das entrevistadas que cursaram engenharia na Escola Politécnica da Paraíba¹³ (1952-1978).

A escolha do caminho profissional é uma decisão difícil na adolescência. Trata-se de um desejo ou uma aptidão que é compartilhado com a família em busca de concordância. Nossas entrevistadas justificaram suas escolhas como decorrentes da facilidade e identificação, no ensino médio, com as matérias de exatas - Matemática, Física e Química. Daí escolherem Engenharia Civil, ou Engenharia Elétrica, ou Engenharia Mecânica, ou Ciências da Computação. E como as famílias receberam essas escolhas? A essa pergunta, Ana Maria Costa informou:

Aceitaram normalmente, meus irmãos, meu pai, ele era um homem liberal, era um homem com curso

13 Criada em 1952 na cidade de Campina Grande, na Paraíba, sob o governo de José Américo (1951-1956), disponibilizou inicialmente o curso de graduação em Engenharia Civil, seguido do curso de Engenharia Elétrica e Engenharia Mecânica. Deu formação ao posterior Centro da Ciência e Tecnologia do campus II da Universidade Federal da Paraíba.

superior. Mas a minha mãe, uma mulher com o segundo ano primário, era uma pessoa sem muita instrução, sem muita visão, ela dizia “oh, minha filha, eu preferia que você tivesse passado em um curso de corte e costura, que era mais útil a você”. A gente queria estudar e ela era contra [...] dizia que a gente ia se casar e ter filhos, ia ser doméstica e precisava aprender coisas que mulheres aprendem: a bordar, cozinhar, costurar, [...] essas outras coisas, deixasse isso para os homens... Coitadinha, mas no fim ela se adaptou, já idosa. (COSTA, 2012, p. 09)

Já Helena Pereira disse:

A minha mãe quase se mata, né? Porque eu passei a vida inteira dizendo que ia fazer medicina, e aí depois que eu resolvi fazer engenharia, ela ficou muito sentida, e o resto ninguém nunca questionou, não. Algumas pessoas diziam “ah, Engenharia Mecânica? Mecânica? Tem certeza que vai fazer Mecânica? Porque ainda tinha um certo..., mas aí assim, que minha mãe influenciou ou que me proibiu não, o importante era que eu estivesse na universidade. (PEREIRA, 2015, p. 07)

Para Rafaela Duarte:

Primeiro eu queria ser médica, mas eu sempre odiei sangue, [...] meus pais [...] deixaram] a gente muito livre, [...] nunca chegaram *pra* dizer nada, porque eles eram cirurgiões, mas eu não precisava ser, *né?* [...] Aí minha segunda opção era fazer arquitetura, mas [...] meu pai especificamente disse que não ia deixar uma filha mulher, com 17 anos, morar sozinha em João Pessoa [...]. Aí eu vi num livrinho da

Folha de São Paulo que arquitetura é coisa do passado, o negócio agora é computação, computação gráfica. Eu digo, opa! Tem computação em Campina, vou fazer computação e assim fiz. Não sabia nem *pra* que servia esse curso. Mas não precisava ir *pra* João Pessoa, sozinha, com 17 anos, novinha, mulher. (DUARTE, 2016, p. 03)

Em 1961, Ana Maria foi estudar no Colégio Estadual da Prata¹⁴ pela reconhecida qualidade de ensino dessa instituição à época. Analisando a informação de Ana Maria sobre a preocupação de sua mãe no tocante à sua decisão, a opinião de que era melhor que se preparasse para o casamento, a entrevistada atribui esse julgamento à falta de formação escolar de sua mãe, quando comparada à opinião de seu pai, que “era um homem liberal, era um homem com curso superior”.

“Minha filha, eu preferia que você tivesse passado em um curso de corte e costura, que era mais útil a você”, disse a mãe de Ana Maria ao saber da escolha profissional, passando para filha uma opinião muito comum às mulheres cuja formação cultural e escolar estava influenciada pelo discurso com função pedagógica de conformação do gênero feminino à dominação masculina. Uma fala predominante até os anos sessenta do séc. XX, em que ainda se primava por ensinar as “prendas domésticas”.

Em 1976, quatorze anos após a experiência relatada por Ana Maria, a reação de familiares de uma mulher que ingressou numa engenharia já se mostrou mais aberta. Ao menos na experiência de

14 Colégio Estadual Elpidio de Almeida, mais conhecido como Estadual da Prata foi o colégio de ensino secundário mais importante na história de Campina Grande. Tinha uma formação de ensino diferenciada dos outros estabelecimentos de ensino da cidade.

Helena Pereira. A reação dessa mãe foi de queixa, mas somente porque surpreendeu sua família ingressando em um curso diferente do antes informado. Já os conhecidos estranharam a escolha não só por ser uma engenharia, mas engenharia mecânica. O olhar atípico, talvez por entenderem que engenharia mecânica seria um lugar mais masculino que outras engenharias.

Em 2000, na reação de uma mulher e seus familiares quanto à aprovação em um curso da área tecnológica, neste caso em análise, a experiência de Rafaela Duarte, constata-se uma falta de preocupação, ou uma recepção tranquila, quanto à escolha de uma mulher pela carreira num curso de Computação, uma área tecnológica. Não é atribuído valor de gênero à escolha, porém o pai da entrevistada não permitiria deixar a filha, com dezessete anos, morar sozinha em outra cidade e prefere que ela reorganize suas opções.

Esses três fragmentos de memória nos permitem perceber uma mudança de mentalidade quanto à presença da mulher na C&T, denotando uma evolução na ocupação dos espaços públicos pelo feminino. Sem dúvida, ainda são significativas as restrições, mas menos contundentes. Mantém-se um estranhamento, um certo incômodo em relação às mulheres nas tecnologias, porém ela se mostra mais expressiva atualmente no campo profissional.

Em conversa com as entrevistadas, foi possível perceber que elas mantinham forte ligação afetiva com a figura paterna. No caso de Rafaela, mesmo tendo o pai recusado apoio caso ela quisesse cursar uma universidade em outra cidade, foi a alta posição social dele que lhe permitiu as facilidades nos caminhos que trilhou: a ciência da computação. Rafaela Duarte afirmou: “Eu me encontrei em si-

tuações privilegiadas porque meu pai é um médico muito conhecido na cidade” (2016, p. 02).

Muito parecida à condição de Rafaela Duarte foi a de Ana Maria. Seu pai era um juiz de Direito, culto e, por isso, sempre prezou pela educação superior das filhas. Eduarda não somente teve o apoio do pai, como passou por uma experiência bem interessante: se formaram no mesmo ano, embora em cursos diferentes, o que se tornou um motivo de orgulho para ambos.

Essas experiências mostraram que, mais que uma relação de pai e filha, o cuidado e o apoio dos pais, especialmente da figura paterna, foram fundamentais para essas mulheres. Já ao analisarmos a relação das entrevistadas com seus cônjuges, no que se referiu às escolhas profissionais, percebemos que ocorreram algumas tensões e mesmo algum conflito no casamento, conforme segue. Ana Maria Costa, ao falar das reações do marido, conta:

Eita, “pegava ar”, porque a namorada de todo mundo fazia Pedagogia ia casar e eu fazia Engenharia e ainda queria fazer a pós e não sei o quê. Eu ia lá *pro* meio do mundo e ele ficava lá desesperado. Eu fumava dentro da universidade e ele ainda era do segundo grau, aí os caras da universidade, meus colegas eram amigos dele e falavam que eu fumava e ele dizia que sabia que eu fumava e eu fumava por todo canto e eu dizia para eles não ligarem com os caras porque eles estavam fazendo inferno. Aí, depois de um tempo passou, começaram a entender. Quando fomos fazer a pós, eu queria emendar o mestrado com o doutorado porque foi fora, mas ele dizia: não, você é muito cigana, aventureira, vamos voltar. (COSTA, 2012, p. 15)

Já Eduarda Silva relatou:

Restringir não, mas tem ciúmes, entende? Tem uma ciumeira, isso eu tenho certeza absoluta. Ele não assume de jeito nenhum isso, [...] fui chefe do departamento e ele era meu “subordinado” [Risos]. Sempre teve essa disputa porque assim, eu sou uma pessoa muito proativa, não sou de esperar, meu temperamento é assim: eu vou, penso as coisas, quando delineio que é ali, eu vou e digo: é isso e vou... ele não, ele é de pensar, medir, refletir, analisar... [...] mas eu acho que tem esse ciúme... Essa história de que “não, você é mulher, então eu que tinha que estar na frente”, entende? [...] tem o incômodo que é a mulher que está à frente, é a mulher que está tomando conta. (SILVA, 2016, p. 07)

Nessa experiência, ser engenheira realça ainda mais as tensões pela disputa dos papéis sociais atribuídos aos diferentes gêneros. O marido tenta pressionar Eduarda para o papel social e culturalmente atribuído ao gênero feminino: esperar pelo marido para dar providências às coisas, pedir a opinião do marido antes de tomar decisões, etc. Ter uma vida profissional intensa, recusar-se e não se importar com as reivindicações do marido certamente o desagrada. A recusa de Eduarda é porque entende que os problemas precisam ser resolvidos e a vida tem de continuar.

Ao relatar sobre a relação carreira profissional e vida conjugal, Helena Pereira disse:

O meu marido é cabeça demais. Todo dia eu dou graças a Deus, nesse aspecto, meu marido é mara-

vilhoso. Nunca tive problema com ele, não. Nunca, não. *Tá*, se existe uma coisa que, no meu casamento, é bom, é exatamente isso. É, eu telefono *pra* ele, digo “olhe, eu estou não sei *aonde*... eu *tô* em Recife, de lá eu vou *pra* não sei pra onde com fulano de tal”. Ele não sabe nem quem é fulano de tal. Sempre foi ótimo, sempre foi bom demais. E, na verdade, meu marido sempre foi muito pavão e sabe que eu sou apaixonada por ele, aí pronto. É questão de personalidade dele, tanto é que sempre se achou. (PEREIRA, 2015, p. 21)

Rafaela Duarte reside em Campina Grande e trabalha no Recife:

Eu acho que ele ser da mesma área que eu facilita, mas se ele não fosse da mesma área e tivesse a atitude que ele tem, ele é uma pessoa muito... Eu terminei o doutorado antes dele porque eu sou mais velha que ele, [...] eu entrei *pra* ser professora antes dele. Assim, meu currículo já tem mais experiência que o currículo dele, não sei se isso ajuda porque todo mundo espera que o homem esteja à frente da mulher em termos profissionais [...]. Como eu sou mais velha, naturalmente eu iria estar à frente dele em termos profissionais, *né*? Ele não se incomoda. (DUARTE, 2016, p. 21)

Percebe-se, nesses relatos, uma evolução nas mentalidades em seus respectivos tempos. A partir desses fragmentos e em relação a essas experiências, vimos que o comportamento dos homens tem a ver com a personalidade de cada indivíduo, mas sabemos que o meio influencia o comportamento social. Pode-se dizer que Rafaela e Helena tiveram um pouco mais do que “sorte”, elas escolheram

cônjuges que participaram de um meio público onde as mulheres que exercem determinadas funções já se fazia mais comum, em uma década diferente, ocasionando menor estranhamento, ao contrário do que ocorreu com Ana Maria e Eduarda.

A presença da mulher na carreira acadêmica, na área científica e tecnológica, exige estratégias e táticas. É comum o feminino recorrer a burlas para tentar se impor. Para o historiador francês Michel de Certeau, estratégia é:

O cálculo (ou a manipulação) das relações de força que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder (uma empresa, um exército, uma cidade, uma instituição científica) pode ser isolado. A estratégia postula um lugar suscetível de ser circunscrito com algo próprio e ser a base de onde se pode gerir as relações com uma exterioridade de alvos ou ameaças. (CERTAU, 2014, p. 93)

Diante de situações de desigualdade de gênero e ambientes de exclusão de estudo e de trabalho (muitas vezes, de forma velada), o feminino buscou estratégias, um cálculo das relações de forças entre homens e mulheres. Vimos, durante esta escrita, através da escolha de cursos, da influência da família e dos cônjuges, o uso da estratégia por meio de jogos discursivos, o que resultou na limitação da mulher no trabalho e ocasionou a baixa participação feminina na C&T.

O uso da estratégia e da fiscalização do meio pela observação, juntamente com o discurso de um saber, fizeram do meio profissional e dos maridos um espaço/ser transformado estrategicamente, por acreditar no lugar que escolheram como o essencial para

elas. Em contrapartida, como um mecanismo de burla, as mulheres passaram a utilizar a tática para conquistar o chamado não lugar. Para Cerateau, a tática é:

A ação calculada que é determinada pela ausência de um próprio. Então nenhuma delimitação de fora lhe fornece a condição de autonomia. A tática não tem por lugar senão o do outro. E por isso deve jogar com o terreno que lhe é imposto tal como o organiza a lei de uma força estranha. A tática é o movimento “dentro do campo de visão do inimigo” e no espaço por ele controlado. (CERTEAU, 2014, p. 94)

A tática seria um movimento de defesa dentro do lugar, ou seja, a negação ao ambiente que cria meios de fugir e/ou lidar com tal. Não possui modos de criar um espaço distinto e ser um adversário declarado ou visível, logo opera “golpe por golpe, aproveitando as ocasiões” (CERTEAU, 2014, p. 95). Esse não lugar permite mobilidade, mas apenas por meio da sabedoria de esperar uma oportunidade de se operacionalizar; para isso, utiliza-se da astúcia.

Nesses termos, a astúcia seria a esperteza, a habilidade de quem não se deixa enganar. É buscar benefícios através de uma situação. É uma arte de fraqueza, pois quanto maior o poder, menor a capacidade de mobilidade e, assim, de usar da astúcia. Dessa forma, a tática é comandada pelos acasos do tempo e, por isso, é determinada pela ausência de poder. Foi exatamente assim que fizeram as mulheres citadas colaboradoras dessa pesquisa. A astúcia de Ana Maria foi fingir não escutar a mãe e pedir para que o marido não ouvisse os amigos. A de Helena foi não ouvir os amigos. A de Rafaela, por

se tratar de uma geração à frente, foi se impor. E Eduarda negou o lugar, tomando as providências e decisões quando preciso.

Sem dúvida, nossas entrevistadas tiveram vários aspectos em comum em suas experiências e, intuitivamente, fizeram uso das mesmas estratégias ou estratégias muito parecidas. Uma delas foi a insistência em permanecer no ambiente de trabalho, não obstante as restrições enfrentadas.

Os diferentes tipos de táticas são encontrados nos modelos de retórica. Utiliza-se do discurso para persuadir, seduzir o outro, na intenção de eliminar o discurso e os limites das estratégias, pois ambos se necessitam nesse jogo de relação de forças que está em todos os lugares. Avaliemos, então, mais esses ambientes a partir de outro elemento: a dificuldade das mulheres para conciliação da vida profissional e do lar. Vejamos o que as nossas entrevistadas acham sobre o assunto e como elas reagem à chamada “jornada dupla feminina”. Ana Maria foi concisa: “Fiquei fora do ar por uma década e meia, cuidar dos meus filhos e do trabalho ao mesmo tempo me consumiu muito tempo, não dava nem para respirar; quando cresceram, melhorou, filho adolescente acha que é independente”. (COSTA, 2012, p. 15)

Helena relata:

Mulher, eu nem sei te dizer, visse, como foi que eu sobrevivi. Porque é o seguinte, quando eu fiz o mestrado, eu tinha dois bebês, você imagina o que é fazer mestrado com dois bebês, né? Faltava babá, faltava tudo. Eu acordava cinco horas da manhã, lavava as fraldas das meninas, preparava o almoço com todo o esmero, arrozinho com cenoura dentro,

uma alimentação... os meninos tiveram sempre uma alimentação muito boa. Pegava os meninos, nessa época, a situação era apertada, eu não tinha carro, pegava um *busão*, saía. Eu tinha de uma hora da tarde, uma e meia, no mestrado. Eu levava as meninas para a creche de tarde, dois bebês, uma diferença de um ano e três meses de uma para a outra. Então era uma com oito meses e a outra com um ano e pouco, certo? Mais ou menos essa diferença, que ambas precisavam de braço, eu saía com sacola, e o povo na rua sempre me ajudava. Eu sempre tive uma energia da bexiga. Eu sei que de noite eu chegava, botava todo mundo *pra* dormir e tinha o seguinte, *era* as meninas estudando e eu desenvolvi uma coisa maravilhosa, eu conseguia estudar dentro de uma boate, você pode estar fazendo a maior festa, se eu me entreter com aquilo que eu *tô* fazendo, o resto morreu. Então eu estudava com as meninas no meu pé. Ter filho nunca foi empecilho para que eu estudasse. (PEREIRA, 2015, p. 24)

Ambas demonstram dificuldade em lidar com a conciliação das atividades maternas, do lar e profissionais, mesmo assim emitem satisfação. Existe um ar de felicidade pelo cumprimento dos ofícios, pois, para elas, é como uma batalha vencida, mas deixando claro que o exercício da dupla jornada exige muito da mulher, é fase de adaptação, “a gente esquece da gente, é muita coisa *pra* dar conta” (COSTA, 2012, p. 15). O ocorrido é possível porque as entrevistadas acreditam que cabe ao feminino as ideias organizacionais no lar, pois elas que observam as necessidades da família. Rafaela Duarte explica:

Porque, apesar da gente já ter evoluído muito, quem é que no final toma conta da casa de verdade? É a mulher, *né*? Na minha casa mesmo, por mais que eu

lute, meu marido nunca tem as ideias organizacionais. Eu tenho que ainda ficar: “Você vai fazer isso”, eu tenho que ser o cérebro, se não o negócio não vai andar direito. De vez em quando, eu paro tudo, faço nada, a casa fica uma bagunça e ninguém se incomoda, *né*? Uma hora eu me incomodo e volto, entendeu? (DUARTE, 2016, p.23)

As entrevistadas reforçam o discurso da “mulher cuidadora”, demonstram que elas são as únicas capazes de cuidar de todos os ofícios, porque apresentam um sistema organizacional ligado aos detalhes em suas respectivas personalidades. Colocam que apenas a mulher consegue enxergar os detalhes do que a família precisa, que são elas que se desdobram para fazer a comida, “pegar na escola” e “estudar com os filhos no colo”. Denunciam ainda que, quando decidem desopilar desse papel de orientadora da família, a casa geralmente “fica uma bagunça”, o que não incomoda os moradores da casa, apenas a elas, ocasionando o retorno à atividade de cuidadora.

Sem perceber, as entrevistadas reforçaram o discurso de que apenas elas estariam para o lar. Em seguida, perceberemos, no depoimento de Eduarda Silva, que, na maioria dos casos, os maridos só auxiliaram quando convocados. Nota-se, então, que houve uma ausência masculina na ajuda dos cuidados do lar:

Eu voltei do doutorado, com dois meninos pequenos, para dar aula, para montar casa... É claro que eu não escrevi a tese nesse primeiro ano, aí quando meu marido voltou, eu digo: agora tome conta de casa, de menino... Que não é bem assim, a gente pensa que é, mas não é, porque assim: homem ajuda quando

não atrapalha, mas não assume, você tem que estar dentro, não é isso, tem que fazer aquilo. Você tem que estar no controle, não tem para onde. Existem exceções, eu conheço homens que dão conta de tudo, mas a grande maioria das vezes é assim, na casa você tem que cuidar de casa. Tem que gerenciar, é casa, menino, marido, tem que gerenciar tudo, e sua vida profissional. Então resultado: um ano depois eu não tinha terminado, eu só terminei com mais um ano, ou seja, eu passei dois anos aqui e aquela história, aquela pressão que todo mundo dizia “Ih, terminou?”. Não terminei, não... “Ah, termina mais, não”. Olhe, dá uma vontade de eu voar em cima e dizer: eu termino. Ao invés de você receber incentivo, a história é essa, termina mais não, *tá bom*... Eu digo, eu termino. (SILVA, 2016, p. 02)

A autoafirmação de cuidadora do lar e de que os homens não conseguem fazer o trabalho familiar com êxito, juntamente com a crença de que o papel do lar é dado à mulher, acabou, possivelmente, afastando o marido da ajuda nos afazeres de casa. Nesse ponto, Eduarda toca em uma realidade dita nos relatos dos Cadernos Pagu¹⁵ em relação à persistência de que uma mulher não poderia estar na C&T a porque não apresenta um tempo maior de dedicação ao exercício laboratorial devido à chamada dupla jornada de trabalho, que seria o acúmulo das funções profissionais e familiares. Nesse aspecto,

15 O Núcleo de Estudos de Gênero – Pagu integra o Sistema COCEN (Coordenação de Centros e Núcleos) vinculados à reitoria da Universidade Estadual de Campinas, que congrega 21 centros e núcleos interdisciplinares. A institucionalização do Pagu (1993) foi resultado do trabalho de pesquisadoras inseridas em campos disciplinares distintos que buscavam dialogar com as teorias feministas e de gênero. O Pagu conta com pesquisadores plenos, pesquisadores colaboradores – Vinculados a departamentos da UNICAMP e outras instituições, Universidade Federal de São Carlos, Universidade estadual Paulista, além de pesquisadores pós-doutorandos ligados a agências financiadoras nacionais e internacionais.

a entrevistada reitera que teve dificuldades na conclusão da pesquisa de doutorado devido a tal conjuntura; o oposto de seu marido, que podia fazer hora extra no laboratório.

Outro ponto comentado pelas entrevistadas foi como o meio encarou a presença feminina nos cursos de graduação optados e se houve algum preconceito ou brincadeira de mau gosto que chegou a incomodá-las. Ana Maria Costa relata: “Essas brincadeiras existiam, mas em nível de brincadeira porque era uma novidade. A gente fazia Topografia, aí eles brincavam que a gente ia se arranhar no mato de saia, toda arrumada. (COSTA, 2012, p. 13)

Novamente em nossas análises, deparamo-nos com um divisor de décadas. Ana Maria é da década de 1960, quando uma mulher estar na C&T era novidade. Porém, por ser minoria, participava de salas de aula com número de alunos restritos e de departamentos menores, por isso ela coloca que não existia um preconceito explícito ao feminino na referida área, mas que havia piadas, apenas com um tom de descontração. Pelo exemplo dado na aula de Topografia, enxergamos que o tom usado reflete a propagação de um discurso, mas de maneira despreziosa, que caracteriza uma anedota ao fato delas estarem com vestimentas que julgavam inapropriadas para aula, por serem desconfortáveis para o ofício. Percebe-se que o estranhamento da turma é ver mulheres aparentemente delicadas estarem em uma função que exigia o contrário.

O fragmento demonstra uma leveza das situações, as brincadeiras não incomodavam a entrevistada, tudo era levado na “esportiva”. Uma década depois, especificamente em 1977, Helena Pereira apresenta uma resposta que nos leva a uma perspectiva distinta:

Ah! são histórias fantásticas assim de, por exemplo, a gente estar na sala com um professor de Mecânica falando de tensão, quando eu entrava na sala, o próprio professor junto com os estudantes dizer tesão. De um dia eu estar passando num corredor da biblioteca, eu ter saído e entrado no corredor, sair todos os estudantes da sala, não tinha tido aula no bloco, professor tinha se atrasado e eu *tava* me dirigindo *pra* assistir minha aula de Física Experimental lá no bloco C e a turma de Elétrica do meu primo, certo? saiu de dentro da sala e: “Gostosa! Gostosa! Gostosa! Gostosa!”. Fizeram um corredor assim [descreve com as mãos um corredor duplo]. Ou eu corria eu não sabia se eu chorava, se eu ia *pra* trás, se eu ia *pra* frente, eu sei que eu encarei assim a multidão e passei. Agora assim, pessoalmente, individualmente ninguém me afrontava, eles só me afrontavam em grupo, como sempre aquela coragem masculina de afrontar em grupo. (PEREIRA, 2105, p. 07)

O relato da entrevistada traz vários significados em cada história. Primeiro a brincadeira do professor junto com os alunos de trocar a palavra “tensão” por “tesão”, apesar de constrangedora, aparenta ser inofensiva para a entrevistada, uma vez que ela demonstra não sentir incômodo por conhecer seus colegas de turma e ter uma relação amigável com o responsável pela disciplina. O segundo episódio mostra o peso que ela sentiu em ser mulher e enfrentar a multidão. O ato de todos os alunos terem saído das respectivas salas de aula, fazerem um corredor duplo esperando a aluna passar, repercutindo o hino “Gostosa”, que é pejorativo para a época, além de se tratar de um episódio constrangedor, foi uma situação delicada, que a entrevistada desabafa não saber reagir. A maneira de reação foi tomar coragem e enfrentar a situação, percorrendo o corredor como

se nada estivesse acontecendo. Ela complementa, ainda, que nunca recebeu tais afrontas individuais, “sempre em grupo”, pois alega que a coragem masculina era limitada.

A maneira como os alunos reagiram com Helena não demonstra apenas um estranhamento, mas também falta de respeito; é fruto de um pensamento hoje designado como machista, expressa uma ofensa, além de uma exposição física e moral. Porém, as situações às quais ela esteve exposta não a fizeram desistir do curso de graduação, são relatadas como um caso de estranhamento, de briga por espaço e tentativa de imposição de respeito que hoje são superadas pela entrevistada.

Rafaela Duarte dá segmento a esse raciocínio, quando relata como os alunos a tratavam em sala de aula, sendo ela uma professora jovem no curso de Ciências da Computação:

Hoje em dia eu acho que eles me respeitam muito, *tô* ficando mais velha. Casei, casei de novo agora, *nê*? Eu acho que eles estão me respeitando mais no sentido que eu vou dizer agora: no início, quando eu cheguei, solteira, eu era bem mais magra, eu era muito mais jovem, tinha 30 anos quando eu entrei aqui no departamento, eu recebi tanta cantada que vocês não fazem ideia, ao ponto de, às vezes, eu precisar, assim, vestir outra roupa, dizer “Não, essa roupa aqui que eu sempre usava, vou usar mais, não, porque mostra as costas e eu não vou querer mostrar nada, não”. Aqui na UFCG nem tanto, foram poucas as situações que eu passei de uma cantada em sala de aula. Mas eu ensinei em uma faculdade particular e eu pedi demissão porque eu não *tava* me sentindo bem com o assédio dos alunos. Pedi demissão de um lugar, isso é uma coisa muito grave. O coordena-

dor de lá me apoiou, disse que eu podia punir e tal, mas é o tipo de coisa que é muito difícil você... Eu vou punir um aluno porque ele fica me ligando? Me chamando *pra* ir ao cinema? Me cercando no Google Talk? Querendo sair? Ou quando eu chego na universidade quer me acompanhar até meu carro? Eu vou punir como esse aluno? Eu acho que eu não sabia da lei Maria da Penha, podia ter aplicado, *nera?* (risos). (DUARTE, 2016, p. 17)

O relato pode ser caracterizado como assédio. O ato de pedir demissão por se sentir invadida demonstra uma situação delicada para a professora, além disso a não liberdade de escolher uma roupa com a qual se sinta bem, mas uma que disfarce as curvas ou cubra completamente o corpo, denuncia o receio da mulher em despertar o desejo e perder a autoridade, o que demonstra que, para o feminino, há uma preocupação ou um apelo maior para conseguir respeito. Helena Pereira nos contou ainda que, trabalhando no Recife, as pessoas duvidavam de seu estado civil: “O povo achava que era mentira, que eu não tinha marido, eu era independente demais *pra* ter marido” (2015, p. 15). Ela ainda complementa: “Você percebe o tempo todo que eles ficam esperando um escorregão seu, um escorregão sexual” (2015, p. 17). O fragmento vem a calhar com a falta de respeito à condição feminina e a associação da mulher à sexualidade, aquela que está propensa a ceder.

Por isso, Rafaela se mostra muito incomodada com tais fatos, que indica ainda serem cotidianos. As queixas demonstram como a mulher ainda é interpretada sexualmente no universo masculino e quando não, a competência é colocada à prova, como ela afirma:

Tirando Gabriel, que chegou *pra* mim e disse que, quando viu que quem ia dar a disciplina era mulher, ficou arrasado (risos), porque achava que não ia aprender nada, mas depois a gente ficou tão amigo que ele teve coragem de me contar... tirando isso, o resto foi tranquilo. (DUARTE, 2016, p. 18)

A dúvida sobre a capacidade profissional por se tratar de uma mulher exercendo determinada função é real na C&T. No caso exposto, pode-se perceber na fala do discente ao dizer que ficou “arrasado” por pensar que não tiraria proveito dos conteúdos da disciplina quando viu que seria uma professora a ministrante responsável. Há uma desconfiança da competência da professora apenas pelo fato de ser uma mulher à frente da disciplina, episódio, para esse aluno, incomum e, por isso, duvidoso.

Comparando os episódios citados, analisa-se que a mudança no comportamento dos colegas das entrevistadas e a forma como elas reagem não são apenas fruto da mudança de décadas e/ou de gerações, mas sim de uma memória seletiva. Quando indagadas sobre a eventual possibilidade de terem sofrido algum preconceito e/ou passado por situações constrangedoras, todas elas deram uma pausa momentânea, buscando na memória algum episódio, a primeira resposta é que não; insistindo um pouco mais no assunto e perguntando sobre o cotidiano em determinados ambientes, as histórias se revelam, como ocorreu com Helena Pereira: “Não sofri nenhum *bullying* por ser menina [pausa] quer dizer mentira, sofri, bastante, ai! Demais até! Agora que eu me lembrei, sofri muito! Não foi pouco, não!” (2015, p. 07). A memória seletiva, para Pollack (1989), é

um mecanismo mental que nos protege de lembranças inconvenientes, pode ser um modo de defesa, um esquecimento acionado como uma natureza subjetiva. Por que isso ocorre?

Quando perguntamos algumas questões a Eduarda Silva, houve uma dificuldade de lembrar algum episódio constrangedor. Ela assumiu que já pensou sobre o assunto, mas não chegou a nenhuma conclusão: “Pode até ter existido, mas eu não lembro” (2016, p. 05). Perguntamos, então, se ela sabe o motivo que não a faz lembrar desse fragmento:

Olha, eu sempre digo o seguinte: você vê o que quer. Então assim, eu acho que nunca dei importância para isso. Tanto é, você me pergunta isso, eu procuro na cabeça e não consigo lembrar, porque, se houve, foi insignificante e eu passei por cima, entende? Eu sou feito um trator, quando quero as coisas, eu me dano e sai do meio quem tiver no meio. Então, posso te garantir o seguinte: eu nunca deixei de fazer nada por ser mulher, por algum impedimento... e não lembro de fato que eu possa relatar que mostre, mas também eu sei que, no âmbito da universidade, é uma situação completamente diferente. Você for conversar com alguém que trabalha no mercado fora, eu tenho certeza que a história é diferente. Então assim, não registro. Tê juro, eu procuro... Uma vez, eu acho que até consequência da primeira entrevista, eu fiquei “meu Deus, como é que pode? Não tem, não? Não é possível que não tenha. Porque todo mundo tem, as mulheres tudo conta, por que eu não conto?” É uma coisa muito simples: eu não registrei. Pronto. Deve ter acontecido, mas *pra* mim estou me lixando, deixei para lá e tchau. (SILVA, 2016, p. 08)

Nesse caso, a entrevistada demonstra uma seletividade na memória, ela não registra, aparentemente, nenhum momento em que tenha sofrido constrangimento, pois “nunca deu importância”, devido ao fato de ser “insignificante”, e por isso não guardado. Em seguida, percebe-se uma autoafirmação quando ela diz que nada pôde pará-la, pois a obstinação sempre a fez seguir em frente. O tom de determinação demonstra uma força como uma capa de proteção, uma vez que ela ainda diz que, em outros setores de emprego, as coisas podem ser diferentes. Por último, há a comprovação da memória seletiva: “eu não registrei, pronto”, ou seja, ela optou por esquecer tais episódios da vida, mas será que a entrevistada não lembra realmente de nada? Em seguida, Eduarda nos conta episódios que remetem aos problemas conjugais devido à profissão, mesmo que em tom de fatos corriqueiros. É possível perceber que tais problemas afetaram de alguma forma a sua vida. Então, a postura de não se incomodar e/ou não registrar, juntamente com o uso da seletividade da memória, pode ser caracterizado como mais uma tática para manter o equilíbrio emocional.

Há uma maquiagem de como realmente elas se sentem, só é possível perceber as lacunas através da conversa e da emoção, mas de início as entrevistadas demonstram resistência a tais adversidades. Diante disso, pode-se dizer que existem duas reações do público que foram tocadas em conversa: a primeira foi apresentada anteriormente, trata-se das brincadeiras ou situações constrangedoras às quais as entrevistadas estiveram expostas durante o percurso acadêmico; a segunda está em como elas se sentiram nesse meio. Qual a sensação mais comum? Se ambas negam, indiretamente, incômodo com os

episódios constrangedores, a questão que virou pauta em seguida é: qual a sensação mais comum que elas tinham em um ambiente de maioria masculina? Eduarda relata:

Os professores mais antigos que eu sentiam como um paternalismo, sabe? Como quem diz assim, não, deixa eu cuidar dela porque ela é mulher, eu sentia nesse sentido. Às vezes, sabe? Como que uma proteção para mim, pelo fato de eu ser jovem e mulher, mas assim, isso foi depois de muito eu procurar, eu digo assim, como isso era agradável, eu guardei (risos). (SILVA, 2016, p. 08)

Observa-se que há o ato de cuidar da figura feminina pelo masculino, o que Eduarda nomeia como paternalismo, que seria um sistema de relações sociais, unidos por um conjunto de valores, doutrinas políticas e normas fundadas na valorização positiva da pessoa do patriarca, ou seja, a responsabilidade direta por alguém geralmente em um regime de autoridade, indicando que tal cuidado não era apenas uma preocupação e/ou gentileza, bem como uma forma de fiscalização direta não só para supervisionar o trabalho, mas possivelmente para socorrer se algo pudesse dar errado. Trata-se, então, de uma linha tênue que vai de um cuidado a uma dúvida ao trabalho feminino, o que diferencia é como a pessoa cuidada reage a isso e a forma como a autoridade do ato paternalizador é colocada.

Tal posicionamento pode gerar consequências que vão do incômodo à insegurança, como podemos perceber na fala de Rafaela. Quando perguntamos sobre eventuais brincadeiras dos amigos, ela relata que os meninos diziam que, para as mulheres, era mais

fácil conseguir notas boas porque o responsável de determinadas disciplinas eram homens. Em seguida, ela cita que, por outro lado, os professores que ela teve eram muito cuidadosos devido ao fato deles conhecerem os pais da entrevistada. Mas como ela se sentia nesse misto de cuidado paternalista e brincadeira de amigos?

Naquela época, eu era muito nova. Eu pensava que era coisa da cabeça deles, em nenhum momento eu me senti constrangida por causa dessas brincadeiras. Hoje que eu tenho mais maturidade, eu sei que é um discurso que se você escuta muitas vezes pode lhe trazer insegurança, sim. Mas, na época, eu não achei que isso poderia acontecer, eu não me sentia bem às vezes quando ia assistir aula e eu era a única mulher, por exemplo. Por alguma razão, eu não me sentia bem e sempre achei que realmente os professores tratavam as mulheres com um pouco mais de delicadeza, também não é tão mais delicadeza não, mas, por exemplo, questão de palavrão, às vezes, um professor quando tem uma turma cheia de homem, ele vai falar palavrões; e quando tem uma mulher, às vezes, ele se contém *pra* não falar por causa daquela mulher. E de vez em quando eu escutava um comentário “quando Rafaela vai, o professor fica mais, ou quando fulana vai, quando as meninas estão na sala de aula, o professor fica mais tranquilo, assim, a aula fica mais leve”. (DUARTE, 2016, p. 06)

A entrevistada não só toca na questão do paternalismo, que pode ser interpretado na fala dela como respeito, quando afirma que há uma diferença de comportamento dos professores com as alunas, como alega que não sentia incômodo com as brincadeiras dos colegas de curso. Porém, analisando com maturidade, percebe que a repetição de tais discursos pode causar insegurança, sendo assim ne-

cessário um preparo psicológico para não se privar de viver no meio público. Ainda no fragmento, há a confissão de que ela sentia certo incômodo por ser, muitas vezes, a única mulher da turma, como uma espécie de vergonha. O desequilíbrio quantitativo de gênero na sala de aula causava inibição na entrevistada.

Nesse aspecto, nas leituras e conversas que obtivemos desde o início desta pesquisa, foi possível perceber que as mulheres na C&T vivem uma questão de preparo pessoal forte, que pode ser interpretada como uma forma de defesa justamente da possível insegurança que os discursos lhes causam. Acontece que a maioria delas relata que são testadas cotidianamente e fiscalizadas mais que o necessário, bem como comenta que as causas que levam a esses testes vão desde comprovar competência até minar o trabalho profissional das mulheres e que, por isso, o ambiente de trabalho, às vezes, acaba sendo pesado, como podemos perceber no relato de Helena:

Eu hoje me considero uma mulher meio “machona” [firme] exatamente pelas coisas que eu tive que vencer, porque outra fase difícil da minha vida foi quando eu entrei *pra* professora dentro do departamento de Engenharia Mecânica, um monte de velho, eu chegar doutora, mais jovem, mulher, primeira! E chegando assim *pra* tomar lugar, *pra* tomar espaço, então foi guerra mesmo! Guerra! Você ter que enfrentar coisas assim... Só como eu não dou espaço *pra* acontecer nada, fica todo mundo esperando que você dê uma escorregada assim... Tipo sexual, certo? A ideia é essa, é que você vá fazer alguma besteira, *né?* Mas aí eu casada e sempre fui uma pessoa muito séria então, me imponho com muita facilidade, muita facilidade mesmo, não tenho problema, não. (PEREIRA, 2015, p. 12)

No fragmento, analisa-se a visão que o departamento teve com a presença de Helena: o estranhamento não foi devido apenas ao fato de ser mulher, mas a possível qualificação e a pouca idade também foram motivos de problema. Houve, dessa forma, uma briga por espaço e a disputa ultrapassou as causas de gênero e chegou à geração. O que surpreende é a forma como as coisas são colocadas: primeiro, o termo usado para os embates no departamento “foi guerra mesmo”, ou seja, foram situações de peso em que ambas as partes se agrediram de alguma forma e não abriram mão do espaço.

Outro ponto de análise é quando ela diz que se considera uma mulher “machona”, devido aos desafios que enfrentou, visivelmente pesados se analisarmos todos os fragmentos já mencionados. A autoadjetivação é curiosa porque, mesmo as mulheres tentando se destacar no impasse das relações de gênero na C&T, e a entrevistada sendo consciente de que alguns de seus desafios foram operacionalizados por homens, ela se denomina de tal forma para trazer a ideia de firmeza, força e determinação necessária para lidar com os problemas cotidianos, confirmando assim, ainda que sem intenção, a ideia discursiva da virilidade masculina. Ela sai das características que comumente são dadas a uma mulher, nega o lugar e parte para o não lugar, mas reafirmando um ponto característico que em sua trajetória de vida indiretamente tentou desconstruir.

Por que essa confusão de ideias ocorre? Comumente as mulheres da ciência e tecnologia passam por dois momentos: estão cotidianamente em um ambiente predominantemente masculino, logo acabam se envolvendo no meio e aderindo não só às características da profissão, mas também aos discursos, como coloca Helena Perei-

ra: “Eu convivo com tantos homens que, às vezes, não me sinto bem em um ambiente feminino” (2015, p. 12). Assim, por vezes, as mulheres da área acabam repercutindo as ideologias, elas se disciplinam e se adequam ao meio por necessidade e isso as confunde comportamentalmente, ou ocorre o que Rafaela frisou: às vezes, as mulheres na área não conseguem enxergar no cotidiano os acontecimentos como uma forma de limitação ao feminino:

Então, quando eu entrei aqui, todos os professores que existiam tinham sido meus professores e, como eu já disse, eu era uma CDF [estudiosa]. Meu pai é muito conhecido, então eu sempre me senti assim, cercada de pais, um monte de pais ao meu lado *pra* me ajudar, é... Que, na época, eu achava muito bom, hoje eu enxergo de outra forma, eu acho que eu demorei muito a usar a lente de enxergar o tratamento que a mulher tem diferenciado, eu demorei muito a enxergar isso. (...) Na época, eu achava ótimo que eu tinha aqueles professores que me admiravam e que achavam que ainda eram meus professores, *pra* me guiar na minha profissão. Hoje em dia, eu acho que ser mulher, eu tenho a sensação que não é tão fácil como ser homem na profissão da gente, mas eu demorei muito a perceber isso entendeu? (DUARTE, 2016, p. 11)

Percebe-se que inicialmente a entrevistada se sentia protegida, existia uma relação de afeto com os professores, o que acabava por tirá-la do campo da insegurança e colocá-la em um patamar de conforto, só sendo possível pelo conhecimento que ela tinha com eles desde a graduação. Passado o tempo, ela analisa os fatos profissionais que já presenciou/vivenciou e acredita que é mais difícil

ser uma mulher na C&T, e ainda que demorou a perceber isso, o que só foi possível quando ela passou a “usar a lente que enxerga as coisas” ou seja, passou a analisar mais o meio em que se apresenta profissionalmente.

A leitura sobre o tema acabou influenciando a entrevistada de forma a refletir sobre os episódios passados e presentes na vida. Rafaela acredita que começou a enxergar o mundo de outra forma e procura ter paciência com quem não “usa as lentes” (termo usado para designar quem não percebeu a diferença de tratamento entre homens e mulheres na C&T) porque foi vítima do ato de não discernir por muito tempo.

Nesse ponto de análise, questiona-se se é possível classificar os episódios citados como intolerância. A resposta muda conforme a perspectiva dessas mulheres: Eduarda enxerga as diferenças do meio, bem como Ana Maria, mas ambas as enfrentam como algo corriqueiro; já Helena demonstra um incômodo com o que passou, mas também com ar de irrelevância por acreditar que conseguiu vencer tais obstáculos; porém Rafaela enxerga os episódios como uma intolerância que limita a atividade feminina.

Logo, os eventos podem ser classificados como casos de intolerância, porém os fatos mudam de acordo com a temporalidade: em 1960 e 1970, as eventualidades são mais expressivas por se tratarem de uma outra geração, de uma formação cultural distinta que estava presa à ideia de uma educação para a mulher que seria feita sob limitações. Por isso, a presença feminina na C&T foi usada inicialmente como uma forma de protesto, trata-se da ocupação dos lugares que não eram tidos para o feminino ou que tinham menor número delas.

Nesse aspecto, o ato da transgressão¹⁶ causou um incômodo, uma disputa; em alguns lugares, uma perseguição, a ideia de novidade deixou o meio inseguro e talvez por isso as mulheres digam que se sentem testadas.

Porém, mesmo com as limitações, elas não se enxergam como vítimas, alegam dificuldades, relatam episódios, mas encaram com pragmatismo na ideologia de que os episódios fazem parte do meio. Algumas não usam as lentes e não conseguem ver limitações, outras acreditam que passam por desafios profissionais e algumas já se sentem limitadas. Assim, o estranhamento ao diferente, a não adaptação ao atípico tornam mais difícil lidar quando as expressões são silenciosas, como afirma Rafaela:

Quando você *tá* numa situação que a desigualdade é institucionalizada, tem leis que regem a desigualdade é muito mais fácil, eu acho que é muito mais fácil você lutar contra aquilo ali, mas quando você *tá* numa situação onde a desigualdade é sutil e, pior, quando algumas mulheres negam, quando algumas mulheres que são exatamente aquelas que estão sendo prejudicadas por conta da desigualdade, elas negam que isso existe. É uma luta totalmente difícil. Você mesmo disse “tem um monte de mulher que eu pergunto e diz que não existe nada disso”. Existe, mas é muito sutil, é preciso você ter aquela lentezinha de “ó, aqui é preconceito”. (DUARTE, 2016, p. 15)

16 Foucault entende como um ato relativo ao limite, em que limite e transgressão articulam um jogo, pois esta transpõe uma linha que se fecha imediatamente, apresentando-se como aparentemente intransponível. Contudo, esse movimento não cessa, ele recomeça infinitamente. Estar no limite da transgressão é caminhar sobre um terreno de excessos e romper o limite. Mas é necessário separar a ideia de limite e a de transgressão, pois “o limite e a transgressão devem um ao outro a densidade de seu ser: a inexistência de um limite não poderia absolutamente ser transposto”. (FOUCAULT, 2012, p.13)

A sutileza utilizada na C&T dificulta a forma de lidar com as eventualidades ou até de tentar modificá-las. Há uma negação explícita, de alguma forma as mulheres evitam uma vitimização ou simplesmente não percebem certos aspectos nesse campo, o que até as ajudam a conduzir o trabalho. Por outro lado, as situações de limitação à participação feminina na C&T continuam a existir e vão se reconfigurando de acordo com o passar das décadas, de forma sutil. Houve avanços, há estudos específicos, campanhas, porém o estranhamento ao atípico continua de certa maneira afetando a contribuição feminina, não passando de uma contribuição de 10% na categoria.

Partindo desse pressuposto, se detectamos em conversa uma problemática no setor, se há uma limitação na área em estudo no quesito presença de mulheres, perguntamos, então, o que elas acham que seria necessário para uma eventual mudança e/ou melhora:

Eu acho que isso é desigualdade de gênero, eu acho que a gente deve lutar contra isso. Mas eu também não sei como, não, porque é muito complicada essa questão. Quem são os ídolos de computação? Porque vocês não são da área, os ídolos de computação são os donos do Google, dois homens. O dono do Facebook, um homem. O dono da Amazon é um homem, são raríssimas as mulheres que são os ídolos da gente, não existe ídolo hoje desse nível, existe do passado... Ada, aquela mulher que escreveu a linguagem ADA, mas como o cara do Facebook? Como o Mark Zuckerberg não tem ninguém, como os donos da Google não têm ninguém, entendeu? Cadê a mulher fazendo isso? Então, a sensação que talvez a gente tenha é que só os homens são capazes de chegar lá, *né*? Mas não é. Isso ajuda nos 10%. (DUARTE, 2016, p. 14)

As mulheres que, de alguma forma, conseguem enxergar as eventuais limitações como um problema não conseguem ver uma maneira de resolução, o que acaba atrapalhando uma possível mudança de realidades. A entrevistada, em especial, cita que o comportamento feminino na área acaba também prejudicando o interesse de novas profissionais, pois ao citar os principais ídolos atuais na Ciência da Computação, ela não contabiliza uma mulher envolvida nos grandes experimentos mais usados pela população mundial e acredita que a falta de um exemplo feminino contribui para a não procura pela área de conhecimento e pesquisa. Para ela, é como se a falta de um exemplo desse a confirmação de que a computação é masculina e que os homens tiveram sucesso mais facilmente. Ela ainda completa o raciocínio alegando que “é tão cultural que, às vezes, a gente acha que é natural” (DUARTE, 2016, p. 14).

Há, na fala da entrevistada, uma confirmação de que a adesão da expressão cultural é tão comum que passa a ser vista como natural, que a ausência feminina no setor desencoraja novas procuras e quem já faz parte dele não vê como operacionalizar uma mudança ou, muitas vezes, não acredita que algumas ações sejam fruto de limitações. São essas as opiniões femininas de mulheres atuantes na área a que tivemos acesso e, em meio a essa enxurrada de questões que observamos e relatamos neste capítulo, pensamos que havia a necessidade de tentar entender como o masculino enxerga a temática. A procura não foi difícil, uma vez que em nosso projeto de pesquisa já tínhamos o hábito de entrevistar o masculino na C&T para as pesquisas em outras linhas de estudo. Em meio a outras abordagens, indagávamos como era a convivência deles com as mulheres, desde a

graduação até a experiência profissional, e o que eles achavam sobre a atuação feminina na área.

Trouxemos dois exemplos: o primeiro, doutor em Engenharia Elétrica e atual professor da Universidade Federal de Campina Grande, João Sales, e o também professor da mesma instituição, porém no curso de Engenharia Mecânica, Adailton Monteiro. Perguntamos primeiramente como era a participação feminina nos respectivos cursos de graduação como estudantes e professores, se eram muitas ou poucas mulheres:

As mulheres, na época, no curso de Engenharia era uma coisa rara, porque a minha turma... nós entramos eram 150 alunos, entraram 75 no primeiro período, 75 no segundo. E, na época, eu acho que nós tínhamos 5 ou 6 mulheres no curso de Engenharia Elétrica. E esse número também se repetia para Engenharia Civil, que era o curso que tinha na época também, e era bem pouca gente. Hoje em dia, o número é bem maior, mas em Engenharia Elétrica era coisa rara, realmente. (SALES, 2013, p. 03)

São poucas pessoas que eu diria que eu convivi, assim, com mulheres fazendo o curso. Eu acho que demorou um pouco a sair a primeira engenheira mecânica daqui. O curso de Mecânica, sem dúvida nenhuma, é muito mais masculino na sua grande formação. E, graças a Deus, hoje em dia que está ainda aumentando um pouco mais o contingente no curso de Mecânica, feminino, mas mesmo assim, nas minhas disciplinas, nunca passa de um percentual de 30% de mulheres na disciplina. Não passa disso. (MONTEIRO, 2015, p. 15)

Os dois professores comentam que foi pequena a presença feminina na década de 70 na Escola Politécnica da Paraíba, nos cur-

tos de Engenharia Elétrica, Engenharia Civil e Engenharia Mecânica, mas que, com o passar dos anos, esse número aumentou, mesmo que em percentual pequeno. Questionou-se, em seguida, o possível motivo que poderia resultar na pequena demanda e as respostas de ambos eram que, naquela época, o feminino ainda estava se descobrindo, bem como a especialidade da engenharia afastava um pouco esse público. A pauta subsequente circulou em como era a convivência com as mulheres em sala de aula, se houve algum episódio de constrangimento que eles presenciaram e/ou se havia uma diferença de tratamento entre homens e mulheres:

Era tranquilo, não tínhamos problemas, não. É claro que existia uma diferença de formação, digamos assim. Há 40 anos atrás, o relacionamento entre pessoas de sexo diferente não era tão aberto quanto hoje em dia. Tão aberto em termos de contar piadas, de chamar palavrão, essas coisas. Hoje em dia essas coisas ficaram normais, ou usuais, digamos assim. (SALES, 2013, p. 04)

Era uma situação nova, mas uma coisa que você se adapta regularmente, é outro aluno igual a qualquer um, é aluno e foi dado todo o apoio porque tem todo o direito, tem toda a formação e foi incentivado, inclusive essa formação como um todo, eu acho que nunca houve, por parte de qualquer colega meu, qualquer restrição quanto a isso. Ao contrário, se louvou essa situação de uma aluna, de uma moça, no caso, querer se formar em Engenharia Mecânica. Foi dado todo o apoio, eu diria, para esse contexto ser realizado, e foi tratada como qualquer aluna normal, não houve diferenciação nenhuma, pelo menos da minha parte, e dos colegas da mesma forma. Capacidade intelectual é igual a todos. (MONTEIRO, 2015, p. 22)

Percebe-se que ambos os depoentes afirmam que não houve problemas em relação à presença feminina. “Foi tranquilo”, “não tinham problemas”, “foram tratadas normal”, “diferença nenhuma”, foram definições dadas à convivência entre masculino e feminino que ambos presenciaram. A intensidade de como a igualdade foi colocada se distancia dos relatos que as entrevistadas deram sobre os episódios cotidianos que vivenciaram e/ou presenciaram. Em um dado momento, João Sales diz que havia uma diferença no tratamento, mas por uma questão de respeito, a distância entre os gêneros era maior, porque em dada época “não era tão aberto” a relação entre ambos, coisa que para ele melhorou com o tempo, pois se tornou “usual”.

Há uma disparidade entre a ótica masculina e a feminina relatada nesta escrita: o masculino alega que não havia distinção, que o tratamento era igual e que as diferenças eram mais educacionais, enquanto as mulheres relataram episódios de brincadeiras, competição, problemas familiares e até perseguição no trabalho por se tratar de uma mulher na C&T, mesmo que a maioria delas não observe o caso como preconceito, mas como desafio. A sutileza das ações é responsável pelo divisor de opiniões a respeito do assunto, porém mulheres e homens, neste trabalho, concordam que a presença feminina é pequena na C&T, talvez pelo campo de conhecimento, e concordam ainda que a participação de algumas mulheres foi importante como exemplo e até como desbravamento de um lugar social.

Em entrevista, ao falarem sobre o assunto, as mulheres se mostram conscientes desse papel, com um ar de orgulho e satisfação. Sendo assim, pedimos para que elas dissessem como se sentiam dian-

te disso, e Ana Maria Costa disse: “Eu pensava que estava carregando a humanidade nas costas porque todos diziam que a mulher não dava conta do recado e eu tinha que mostrar que dava conta” (2012, p. 17). Expressivamente a entrevistada se sentiu intimada a ser um modelo, se sentiu desafiada e, por isso, doava esforço para conseguir provar que era capaz e assim ganhar respeito. Já Eduarda coloca: “Eu me sentia poderosa [risos]. Nós éramos poderosas. É porque você, jovem, numa carreira promissora, onde a grande maioria era homem e tudo. A autoestima era lá em cima, eu achava ótimo” (2016, p. 05). Ela demonstra que a ciência e a tecnologia, por ser um ambiente masculino e as mulheres por serem minoria, tornava-se um local de status e até de valorização pessoal. Há aqui uma repercussão de discurso de força: considera-se mais forte por estar em um ambiente dito mais difícil para o feminino e isso causa uma supervalorização.

Já Helena comenta: “Minha filha, eu sou capaz de ir à lua. *Pra* mim, não tem limites, basta eu querer (PEREIRA, 2015, p. 22). Nota-se que a entrevistada sente garra e determinação na personalidade. É capaz de ultrapassar os limites para se reinventar desde que se sinta tentada e/ou desafiada ao novo, enquanto Rafaela Duarte coloca: “Eu acho que eu sou forte e determinada, quando eu quero alguma coisa eu luto por aquilo ali, quando eu quero de verdade, eu luto. Eu acho que eu sou forte de aguentar rojões” (2016, p. 23).

Percebe-se um enaltecimento devido à participação na C&T; os desafios do percurso até a estabilidade profissional fizeram com que elas tivessem em si um sentimento de garra proveniente da inserção ao meio. Diante disso, analisamos que o lugar social estudado é repleto de ambiguidades, que vão desde o estranhamento até o

desafio, desde a consciência do papel feminino em tal área até a formação de táticas para achar um não lugar que pudesse dar conforto e mecanismo de vivência no meio. Tal procedimento é possível através da transgressão que ajudou a desconstruir alguns discursos, mesmo que não os tenha eliminado completamente da sociedade, fazendo assim da formação cultural um campo de transformação que, por vezes, limita o atípico ou causa reinvenção dos lugares sociais.

CONCLUSÃO

Qual a importância da ocupação feminina na C&T? Pode-se analisar que seja romper limites, quebrar discursos, reinventar lugares. Qual a dificuldade enfrentada para isso? Percebemos, a partir das entrevistas realizadas, que há um estranhamento no meio acadêmico e profissional que gera competitividade, limitações ao conhecimento feminino e à sua atuação. Vimos que existe uma diferenciação de tratamento que se mostra sutil, que há maior dificuldade feminina em conciliar o pessoal com o profissional, que o meio público testa, supervisiona e, por vezes, limita a atuação das mulheres.

A forma como esse processo lida é, por muitas vezes, silencioso, modificou-se com a mudança das gerações, mas não deixou de existir, talvez por isso o número de mulheres na área ainda seja pequeno. Avalia-se que corriqueiramente o meio oferece um lugar específico para o feminino, que não está no referido campo de pesquisa, e que para que elas possam atuar entre as dificuldades pessoais e profissionais, elas usam de táticas para burlar as estratégias que a

insistência do lugar impõe, mesmo que indiretamente. Aos poucos, elas tentam trilhar o não lugar para poderem atuar expressivamente na profissão, “se impor” como elas comentaram.

Vimos ainda que a forma como o feminino encara esse paradigma é distinta, muitas não enxergam as limitações que o meio oferece, outras se mostram acostumadas a lidar com os empecilhos, algumas criaram as táticas de sobrevivência profissional. Há ainda as que se sentem prejudicadas e que acham que sofreram modos de preconceito, porém elas se sentem guerreiras por participarem da ciência e da tecnologia, apresentam um orgulho da “força” que obtêm para lidar com esse meio público que ainda é reconhecido como masculino. Assim, analisamos que as mulheres na C&T são a transgressão que comumente faz do estranhamento ao atípico ter a oportunidade de se modificar.

REFERÊNCIAS

BONI, Valdete; QUARESMA, Sílvia Jurema. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais - **Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**. v. 2, n. 1 (3), jan./jul. 2005, p. 68-80.

CERTEAU, M. de. **A invenção do cotidiano**: 1, Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 2014.

DO Ó, Edvaldo de Souza. **Politécnica**: Primeira Escola Superior de Campina Grande. Campina Grande: Editora Campina Grande Ltda.

FOUCAULT, Michel. Prefácio à Transgressão. In: **Ditos e Escritos**. v. III. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

POLLACK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989.

CADERNOS Pagu. Núcleo de Estudos de Gênero. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php/script_sci_serial/pid_0104-8333/lng_pt/nrm_iso>. Acesso em: 10 maio 2015.

FONTES

Adailton Monteiro

Engenheiro mecânico. Entrevista realizada no dia 30/06/2015, às 08h, na sala do Projeto Memória da Ciência e Tecnologia de Campina Grande, na UFCG.

Ana Maria Costa

Engenheira civil. Entrevista realizada no dia 06/05/2013, às 19h, na sala do Projeto Memória da Ciência e Tecnologia de Campina Grande, na UFCG.

José Rocha

Engenheiro elétrico. Entrevista realizada no dia 21/05/2013, às 11h, na sala do Projeto Memória da Ciência e Tecnologia de Campina Grande, na UFCG.

Helena Pereira

Engenheira mecânica. Entrevista realizada no dia 03/09/2015, às 19h40, na sala do Projeto Memória da Ciência e Tecnologia de Campina Grande, na UFCG.

Eduarda Silva

Engenheira elétrica. Entrevista realizada em 11/03/2016, às 09h, na sala do Projeto Memória da Ciência e Tecnologia de Campina Grande, na UFCG.

Rafaela Duarte

Cientista da computação. Entrevista realizada em 10/03/2016, às 16h, na sala do Projeto Memória da Ciência e Tecnologia de Campina Grande, na UFCG.

SOBRE OS AUTORES

ROSILENE DIAS MONTENEGRO

Doutora em História pela Universidade Estadual de Campinas. Mestre em Economia Rural pela Universidade Federal da Paraíba. Especialista em Arquivologia pela Universidade de São Paulo. Bacharel em História pela Universidade Federal da Paraíba. Atualmente é professora associada da Universidade Federal de Campina Grande. Atua nos cursos de graduação e pós-graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande, e no curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Estadual da Paraíba. É criadora e coordenadora do Projeto Memória da Ciência e Tecnologia em Campina Grande, criado em 2004, com o objetivo de produzir conhecimento sobre a história e as memórias da ciência e da tecnologia, tendo, a partir de então, se transformado em ação permanente e desenvolvido pesquisa e extensão.

RAFAEL PORTO RIBEIRO

Licenciado em História pela Universidade Federal de Campina Grande – UFCG no ano de 2016. Desde 2012, faz parte do Projeto Memória da Ciência e Tecnologia em Campina Grande, participando de pesquisas na área de História da Ciência e Tecnologia e Memória.

FÁBIO RONALDO DA SILVA

Doutor em História pelo PPGH/UFPE. Mestre em História pelo PPGH/UFCG. Foi professor do curso de Comunicação Social das FIP e do curso de Produção em Audiovisual da Facisa/Cesed; professor no curso de Publicidade e Propaganda da CESREI e professor substituto do curso de Jornalismo da UEPB. Possui especialização em Programação Visual; graduação em Comunicação Social pela UEPB e em História pela UFCG. É pesquisador do Projeto Memória da Ciência e Tecnologia em Campina Grande. Realiza pesquisa nas áreas de comunicação, história e homossexualidades.

JOSÉ VALMI OLIVEIRA TORRES

Mestre em História pela Universidade Federal de Campina Grande, aluno especial do Doutorado em Ciências Sociais (UFCG) e pesquisador do Projeto Organização e Preservação da Memória da Ciência e Tecnologia em Campina Grande. É professor na rede de ensino do Estado da Paraíba.

JADILMA NUNES

Licenciada em História pela Universidade Federal de Campina Grande. Contribui como pesquisadora no Projeto Memória da Ciência e Tecnologia em Campina Grande desde 2004. É professora na rede de ensino do Estado da Paraíba.

RAQUEL DA SILVA GUEDES

Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Foi pesquisadora da CAPES, em que pesquisou a inserção feminina na C&T. É licenciada e bacharela em História pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Atuou como Professora substituta na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Faz parte do Projeto Memória da Ciência e Tecnologia em Campina Grande, onde atua no desenvolvimento para as áreas de ensino, pesquisa e extensão.

Formato 15x21 cm
Tipologia Adobe Garamond Pro
Nº de Pág. 230

Editora da Universidade Federal de Campina Grande- EDUFCG



A Escola Politécnica da Paraíba, carinhosamente chamada de “Poli”, foi fundada em 1952, compôs a criação da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), em 1960; e, em 1976, com a reforma cêntrica determinada pelo MEC, foi transformada em Centro de Ciências e Tecnologia (CCT), passando a integrar a Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), a partir da criação desta instituição em 2002. Passados quase setenta anos de sua criação e quarenta de mudança para CCT, a Escola Politécnica continua presente no imaginário e na história do ensino superior em Campina Grande e região.